

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS**  
**CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**DISSERTAÇÃO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - NOVA**  
**IGUAÇU - E SUAS RELAÇÕES COM A COMUNIDADE: POR UMA**  
**LEITURA CRÍTICA DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO**

**SUELLEN SILVA COELHO DE MELO**

**2020**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS  
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - NOVA  
IGUAÇU - E SUAS RELAÇÕES COM A COMUNIDADE: POR UMA  
LEITURA CRÍTICA DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO**

**SUELLEN SILVA COELHO DE MELO**

*Sob a Orientação do Professor Doutor*  
**Fernando César Ferreira Gouvêa**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/ Nova Iguaçu, RJ

Novembro de 2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M528u Melo, Suellen Silva Coelho de, 1990-  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- Nova  
Iguaçu - e suas relações com a comunidade: Por uma  
leitura crítica das atividades de extensão / Suellen  
Silva Coelho de Melo. - Nova Iguaçu - Seropédica, 2020.  
174 f.: il.

Orientador: Fernando César Ferreira Gouvêa.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em  
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas  
Populares, 2020.

1. Universidade Pública. 2. Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro. 3. Instituto  
Multidisciplinar. 4. Nova Iguaçu. 5. Extensão. I.  
Gouvêa, Fernando César Ferreira, 1961-, orient. II  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos  
Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de  
Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – código de financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de  
Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS  
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**



**TERMO Nº 476 / 2020 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)**

**Nº do Protocolo: 23083.063912/2020-77**

**Seropédica-RJ, 01 de dezembro de 2020.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**SUELLEN SILVA COELHO DE MELO**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 25/11/2020

**Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020**, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Membros da banca:

Fernando Cesar Ferreira Gouvea. Dr. UFRRJ (Orientador /Presidente da Banca).

Flavio Anicio Andrade. Dr. UFRRJ (Examinador Externo ao Programa).

Wanderley da Silva. Dr. UFRRJ (Examinador Externo ao Programa).

Angela Maria Souza Martins. Dra. UNIRIO (Examinadora Externa à Instituição).

Aristeo Gonçalves Leite Filho. Dr. UERJ (Examinador Externo à Instituição).

**(Assinado digitalmente em 01/12/2020 15:32 )**  
FERNANDO CESAR FERREIRA GOUVEA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)  
Matrícula: 1667143

**(Assinado digitalmente em 02/12/2020 21:01 )**  
FLAVIO ANICIO ANDRADE  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptES (12.28.01.00.00.86)  
Matrícula: 1279312

**(Assinado digitalmente em 01/12/2020 19:41 )**  
WANDERLEY DA SILVA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)  
Matrícula: 1839674

**(Assinado digitalmente em 01/12/2020 17:05 )**  
ARISTEO GONÇALVES LEITE FILHO  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 349.523.067-04

**(Assinado digitalmente em 01/12/2020 15:16 )**  
ANGELA MARIA SOUZA MARTINS  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 351.423.917-72

Para verificar a autenticidade deste documento entre em  
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **476**, ano:  
**2020**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **01/12/2020** e o código de verificação: **6f65bd29b7**

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico este trabalho, a Cristo, meu Senhor. A  
Ele, toda Glória e Louvor!*

## AGRADECIMENTOS

A Jesus, pela vida, por todas as minhas conquistas que culminaram na concretização de um sonho, pela força para ultrapassar diversos obstáculos que surgiram neste caminhar. Pai! Sou grata por me tornar capaz de conquistar debaixo do seu propósito, e por ter colocado em meu caminho pessoas tão maravilhosas, com o intuito de me ajudar durante a realização desta dissertação. Meus sinceros agradecimentos, deixo a estas pessoas:

Ao meu marido, Diego Maradona, que não mediu esforços para que eu chegasse até esta etapa, quando pensei em desistir, lá tu estavas amparando-me. Em muitos momentos abrindo mão dos seus planos em prol dos meus sonhos. A ti, meu querido amor, minha gratidão.

Aos meus pais, Sueleide e Antônio, nordestinos, trabalhadores, que mesmo sem serem alfabetizados, me ensinaram o valor da educação, ajudando-me a ser esforçada e depositando em mim a esperança de uma formação continuada, através de seus valores e suor de vossos trabalhos.

Aos meus filhos, Sophia, Samuel e Sarah. Sarah que chegastes no processo de construção dessa dissertação, abrilhantando ainda mais nossas vidas. Agradeço a vocês por me tornar capaz de enfrentar novos desafios. Fazendo-me de uma pessoa melhor e mais determinada.

Aos meus irmãos e irmãs, Renata, Antônio Carlos, Ana Paula, Luís Gustavo e Érica no qual compartilhei aprendizagens, valores e amor.

A meu orientador, Dr/ Fernando Gouvêa, a ti querido orientador, externo meu carinho, e gratidão. Obrigada por acreditar, obrigada por cada conselho, obrigada por cada palavra, obrigada pelos incentivos, pela doçura. Por deixar eu fazer parte de sua trajetória. Fernando, querido e amado Orientador, a ti externo a minha gratidão eterna.

Ao Dr. Flávio de Anício de Andrade por compartilhar seu conhecimento e experiências, que fez com que esta dissertação tivesse esse tema, a partir das minhas experiências acadêmicas construídas com o mesmo. Aproveito, para expressar minha admiração e gratidão pelo seu excelente desempenho na docência e pela forma carinhosa que sempre tratou a minha pessoa, por toda paciência e apoio.

Aos meus amigos, Ana Carolina, Cristiane, Caruanã e Daniele. Meus queridos amigos, louvo a Deus por vossas vidas. Nessa trajetória de grandes desafios, lá vocês estavam, trazendo palavras de conforto, carinho e instruções. Compartilhando vossos sentimentos, saberes, experiências... o meu muito obrigada.

Aos meus amigos queridos de graduação, turma do Curso de Pedagogia 2010.1 que entenderam e sempre estiveram ao meu lado durante toda a minha formação na faculdade, e a partir desta formação possibilitou outras conquistas, dentre essa o mestrado. Agradeço as lindas mensagens de ânimos, toda vez que compartilharam alegrias, angústias, conhecimentos e conquistas, durante todos estes anos. Nossa convivência foi uma experiência bastante enriquecedora.

A todos integrantes do Laboratório de História da Educação Latino-Americana-LHELA, meus queridos, a construção dessa dissertação deve-se muito a vocês. Agradeço todas as palavras de encorajamento, troca de saberes, instruções acadêmicas, foram tantos momentos enriquecedores. Ao LHELA, a minha gratidão.

A querida e doce Judith, minha amiga, que bom ter sido você, não podia ser tão gratificante. Juntas iniciamos essa jornada, e juntas nos apoiamos, choramos, mais do que isso, compartilhamos todo este processo. Como sou feliz por ter sido você!

Aos meus amigos, conquistados ao longo de toda minha vida no colégio Estadual Milton Campos, Escola Técnica Estadual República, a minha amada igreja, Assembleia de Deus Ministério Gidalti e amigos de infância, todos contribuíram com afetos e vivências a este momento sublime para mim.

Ao meu amado, povo brasileiro, um povo trabalhador, no qual financiou este sonho. A este povo trabalhador, toda minha gratidão.

## RESUMO

MELO, Suellen Silva Coelho de. **Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Nova Iguaçu - e suas relações com a comunidade: por uma leitura crítica das atividades de extensão.** 2020. 174 p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2020

A dissertação é fruto das reflexões iniciadas no período de estudos para a monografia do curso de graduação em Pedagogia, sendo delineadas a partir das atividades desenvolvidas em sala de aulas, nas visitas técnicas e discussões no grupo PET Conexões de Saberes Dialogando e Interagindo com as Múltiplas Realidades da Baixada Fluminense. Assim, a partir das indagações surgidas durante a participação no grupo “PET Conexões Baixada: dialogando e interagindo com múltiplas realidades da Baixada Fluminense” (PET Baixada), considerei fundamental pesquisar o papel de Extensão no âmbito da Universidade Federal Rural do Rio Janeiro-Campus Nova Iguaçu- UFRRJ/NI (inaugurado no ano de 2006), a fim de responder à questão de se a mesma se encontra limitada somente aos seus aspectos acadêmicos ou se sua existência como um espaço de diversidade cultural, saberes, ciências, etc. se faz refletida na sociedade em que está inserida, principalmente no aspecto de acesso à educação e à cultura. Para que estas indagações sejam respondidas foi necessário conhecer a Universidade que ali foi implementada, assim como o processo de implementação de uma Universidade Pública em Nova Iguaçu, como também de informar e analisar o que é a Extensão e como suas atividades vêm ocorrendo nessa Instituição, por objetivo de examinar, compreender e estabelecer uma análise crítica da Extensão Universitária no Campus de Nova Iguaçu com reflexões a partir do cotejamento entre os Projetos de Extensão, os Documentos oriundos da Universidade e autoras/es que pesquisam o tema e propõem caminhos para a realização da Extensão em diálogo com a Comunidade. Assim, não invalidando o percurso feito, mas, pelo contrário, compreendendo que todo processo de construção demanda tempo e mudanças, entendo que o Campus Nova Iguaçu tem um longo caminho para o entendimento da Extensão e da sua importância, assim como toda a UFRRJ.

**Palavras-chave:** Universidade Pública. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto Multidisciplinar. Nova Iguaçu, Extensão.

## ABSTRACT

MELO, Suellen Silva Coelho de. **Federal Rural University of Rio de Janeiro- Nova Iguaçu- and its relations with the community: for a critical reading of the extension activities.** 2020. 174 p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Institute of Education / Multidisciplinary Institute, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2020.

The dissertation is the result of reflections initiated during the period of studies for the monograph of the undergraduate course in Pedagogy, being outlined from the activities developed in the classroom, in the technical visits and discussions in the group PET Connections of Knowledge Dialoging and Interacting with the Multiple Realities of the Baixada Fluminense. Connections of Knowledge Dialoging and Interacting with the Multiple Realities of the Baixada Fluminense. Thus, from the questions raised during the participation in the group “PET Conexões Baixada: dialoguing and interacting with multiple realities of the Baixada Fluminense” (PET Baixada), I considered it fundamental to research the role of Extension within the Federal Rural University of Rio Janeiro-Campus Nova Iguaçu- UFRRJ / NI (inaugurated in 2006), in order to answer the question of whether it is limited only to its academic aspects or if its existence as a space of cultural diversity, knowledge, sciences, etc. it is reflected in the society in which it is inserted, mainly in the aspect of access to education and culture. In order for these questions to be answered, it was necessary to know the University that was implemented there, as well as the process of implementing a Public University in Nova Iguaçu, as well as to inform and analyze what the Extension is and how its activities have been taking place in this Institution, for the purpose of examining, understanding and establishing a critical analysis of the University Extension in the Nova Iguaçu Campus with reflections from the comparison between the Extension Projects, the Documents coming from the University and authors who research the theme and propose ways for the realization of the Extension in dialogue with the Community. Thus, not invalidating the route taken, but, on the contrary, understanding that the whole construction process requires time and changes, I understand that the Nova Iguaçu Campus has a long way to understand the Extension and its importance, as well as the entire UFRRJ.

**Keyword:** Public University. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Multidisciplinary Institute, Nova Iguaçu. Extension.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

- BIEXT-** Programa de Bolsas Institucionais de Extensão
- CAPES-** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEDIM-** Centro de Documentação e Imagem
- CEPE-** Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
- CONSU-** Conselho Universitário
- CNEPA-** Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas
- CPC-** Centro Popular de Cultura
- DAT-** Departamento de Administração e Turismo
- DEGEO-** Departamento de Geografia
- DEGASE-** Departamento Geral de Ações Socioeducativas
- DES-** Departamento de Educação e Sociedade
- EGBF-** Escola do Governo da Baixada Fluminense
- ESAMV-** Escola de Agricultura e Medicina Veterinária
- EUA-** Estados Unidos da América
- FORPROEX-** Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades  
Públicas Brasileiras
- FOREXT-** Fóruns de Extensão
- ICES-** Instituições Comunitárias de Educação Superior
- IE-** Instituto de Educação
- IES-** Instituição de Ensino Superior
- IFES-** Instituições Federais de Ensino Superior
- IM-** Instituto Multidisciplinar
- IPF-** Instituto Paulo Freire
- JUC-** Juventude Universitária Católica
- LDBEN-** Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional
- MCP-** Movimento de Cultura Popular
- MEB-** Movimento de Educação de Base
- MEC-** Ministério da Educação
- PDI-** Plano de Desenvolvimento Institucional
- PET-** Programa de Educação Tutorial

**PETBaixada.**- Programa de Educação Tutorial Conexões dos Saberes: Dialogando e Interagindo com as Múltiplas Realidades da Baixada Fluminense

**PICNIG**- Projeto de Implantação do Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em Nova Iguaçu

**PIBID**- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

**PNE**- Plano Nacional de Extensão

**PPP**- Projeto Político Pedagógico

**PRODOCÊNCIA**- Programa de Consolidação das Licenciaturas

**PROEXT**- Pró-Reitoria de Extensão

**PROGRAD**- Pró -Reitoria de Graduação

**PROPPG**- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação

**REUNI**- Projeto de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais

**RENEX**- Rede Nacional de Extensão

**RJ**- Rio de Janeiro

**SOC**- Secretaria de Órgãos Colegiados

**UFRRJ**- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**UFRRJ/NI**- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ Campus Nova Iguaçu

**UFRRJ/PPP do IM**- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Projeto Político Pedagógico do Instituto Multidisciplinar

**UNE**- União Nacional dos Estudantes

**UNIBAF** - Universidade Federal da Baixada Fluminense

**UPB**- Universidade Pública da Baixada

**UR** - Universidade Rural

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1-Abaixo-assinado para conseguir uma Universidade Pública na Baixada Fluminense.....	p.38
Imagem 2- Colégio Municipal Monteiro Lobato.....	p.48
Imagem 3- Discentes do IM no Colégio Municipal Monteiro Lobato.....	p.48
Imagem 4- Construção do IM .....	p.50
Imagem 5 - Distância entre os três locais que sediaram o IM.....	p.53
Imagem 6- Assembleia sobre novo Regimento no auditório do IM.....	p.72
Imagem 7- Protesto organizado por discentes, docentes e técnicos.....	p.72
Imagem 8- Um dos Cartazes confeccionados pelos discentes.....	p.73
Imagem 9- Folder de convocação para uma invasão cultural com o objetivo de trazer espaços de conscientização do novo Regimento.....	p.73
Imagem 10 - Caixa nº 1: destinada aos bolsistas.....	p.123
Imagem 11 - ANO 2016-Caixa nº 1: destinada aos bolsistas.....	p.124
Imagem 12 -ANO 2016-Caixa nº3: 26 projetos e 02 são do IM.....	p.124
Imagem 13- ANO 2016-Caixa nº 4: 11 projetos inscritos, 01 do IM (projetos aprovados e não contemplados).....	p.125
Imagem 14- ANO 2017-Caixa nº 1, cadastro dos bolsistas.....	p.128
Imagem 15 - ANO 2017- Caixa nº 2: 20 projetos ao todo, sendo dois do IM.....	p.128
Imagem 16 -ANO 2017- Caixa nº 3: 23 projetos ao todo e nenhum do IM.....	p.129
Imagem 17 - ANO 2017-Caixa nº 4: 21 projetos, sendo 6 do IM.....	p.129
Imagem 18 - Caixas 1 e 2 com o total de foram 72 projetos inscritos, sendo do 7 do IM.....	p.135

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Disciplinas Obrigatórias em todos os cursos do IM.....	p.45
QUADRO 2- quantitativo de vagas para o 1º e 2º semestres de 2006.....	p.49
QUADRO 3 - Atividades do Programas: PRODOCÊNCIA 2008 a 2009.....	p.58
QUADRO 4 - Atividades extensionistas realizadas pelo PetBaixada.....	p.61
QUADRO 5 - Principais atividades do Pet-Geografia em 2018.....	p.63
QUADRO 6- informações sobre atividades Extensão dos primeiros três anos do IM (2006- 2009).....	p.65
QUADRO 7- Vagas oferecidas em Cursos de Graduação pela UFRRJ_NI.....	p.69
QUADRO 8- Partes do Decreto relacionados a Extensão Universitária.....	p.80
QUADRO 9- Artigos pertencentes a reforma universitária de 1968 que norteiam a Extensão.....	p.84
QUADRO 10 - Objetivos do FORPROEX.....	p.85
QUADRO 11- Fragmentos do Decreto diretamente ligados a Extensão.....	p.87
QUADRO 12- Dimensões de Extensão apontadas por Paulo Freire.....	p.90
QUADRO 13- 5 Diretrizes para as Ações de Extensão Universitária.....	p.96
QUADRO 14- Documentos antigos relacionados à Extensão.....	p.99
QUADRO 15- Quadro com ações de extensão por atividades desenvolvida e eixos temáticos.....	p.104
QUADRO 16 - Compreensão de Extensão no Relatório de Gestão 2016.....	p.105
QUADRO 17 -Compreensão de Extensão no relatório de Gestão 2017.....	p.106
QUADRO 18- Quantitativo de atividades de extensão, realizadas pela PROEXT segundo o Relatório de Gestão 2016.....	p.108
QUADRO 19 -Quantitativo de atividades de Extensão, realizadas pela PROEXT segundo o Relatório de Gestão 2017.....	p.109
QUADRO 20- Correspondente a Projetos aprovados por áreas em 2015 e 2016.....	p.110

QUADRO 21- Atividades cadastradas na Extensão por produtos em 2015 e 2016 .....	p.111
QUADRO 22- Ações realizadas pela PROEXT em 2017.....	p.112
QUADRO 23 - Projetos concorrentes do IM ao edital BIEXT 2016.....	p.124
QUADRO 24- Projetos inscritos do IM ao edital BIEXT 2017.....	p.129
QUADRO 25- Projetos inscritos do IM ao edital BIEXT 2018.....	p.134

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1 A Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária: a gênese da UFRRJ .....	28
1.2 A Universidade Rural-(UR).....	29
1.3 Universidade Rural do Rio de Janeiro e Universidade Rural do Brasil .....	31
1.4 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ.....	32
1.5 A UFRRJ: dos Anos 1980 ao século XXI.....	34
<b>CAPÍTULO 2: DE INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR PARA CAMPUS NOVA IGUAÇU: HISTÓRIA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....</b>	<b>38</b>
2.1. A Universidade Pública da Baixada Fluminense .....	39
2.2 O Instituto Multidisciplinar- IM.....	43
2.3 A Implementação do Instituto Multidisciplinar. (IM).....	49
2.4 O PETBaixada E O PET Geografia .....	62
2.5 A Extensão em seus primeiros três anos .....	67
<b>CAPÍTULO 3: CONCEITOS DE EXTENSÃO: ENTRE A PALAVRA E A AÇÃO .....</b>	<b>75</b>
3.1 Extensão Universitária: seu desenvolvimento. ....	75
3.1.1. Os primórdios .....	76
3.1.2 Os primórdios na América Latina.....	78
3.2 Extensão Universitária: seu ponto de partida no Brasil .....	79
3.3 A Extensão e a sua diversidade de concepções .....	90
3.3.1 Concepção Vertical: Assistencialismo, Opressor, Unilateral, Capital.....	92
3.3.2 Concepção Horizontal: Comunicação, Diálogo, Troca De Saberes .....	94
<b>CAPÍTULO 4: OS PROJETOS DE EXTENSÃO DA UFRRJ- NOVA IGUAÇU: UMA ANÁLISE CRÍTICA EM BUSCA DOS DIÁLOGOS QUE TRAGAM OS VENTOS DA MUDANÇA .....</b>	<b>99</b>
4.1.1 Estrutura e Normas .....	102
4.1.2 A Extensão Nos Documentos Institucionais: Ações e Conceitos .....	105
4.2. Pré-ENEM Ethós .....	113
4.3. BIEXT no IM.....	118
4.3.1 BIEXT 2016 .....	123
4.3.2 BIEXT2017.....;	128
4.3.3 BIEXT 2018 .....	134

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>146</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>152</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>159</b>

## INTRODUÇÃO

Ingressei na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Campus Nova Iguaçu (UFRRJ/NI) (também conhecida como IM-Instituto Multidisciplinar) no primeiro semestre do ano de 2010. Neste mesmo ano e semestre, foi inaugurado o prédio do campus Nova Iguaçu, no qual funciona seu único instituto, o Instituto Multidisciplinar (IM). E antes de adentrar no ensino Superior fiz quase toda formação básica no Colégio Estadual Milton Campos localizado no bairro de Moquetá em Nova Iguaçu.

A UFRRJ/NI foi inaugurada como Instituto Multidisciplinar (IM) em 2006, dessa maneira compreende-se então que, desde a inauguração do campus até a minha entrada na universidade, passaram-se quatro anos letivos, ou seja, a universidade já se encontrava na localidade iguaçuana por um ligeiro período de tempo. Este período ensejou esperanças para aqueles que sempre lutaram por uma universidade pública nesta comunidade. Visto que tal comunidade já lutava por uma Universidade Pública há algum tempo e viu esta luta se transformar em realidade. Entretanto, se faz necessário indagar como foi a instalação desta universidade e quais cursos a mesma estava propondo-se oferecer. Tais indagações serão exploradas no decorrer desta narrativa.

De uma universidade pública espera-se proporcionar um espaço acadêmico de ensino, pesquisa e extensão; de incentivo à cultura, saberes, diversidades étnicas, ou seja, um espaço imprescindível para a difusão de experiências e aprendizados, sendo por muitas vezes um dos poucos locais para promover uma melhor compreensão e acesso à cultura e à formação acadêmica. Esses aspectos descritos tornam-se mais evidentes de acordo com a nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei 9394/96:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

A partir desses aspectos, tendo como base de apoio a LDBEN, percebi que no ambiente prático da universidade havia ações contrárias ou que não atendiam ao que preconizam as finalidades da LDBEN, demonstrando, assim, que a existência de uma lei, não garantia a total aplicabilidade e fiscalização da mesma.

Como moradora iguaçuana, verifiquei que a população à qual tinha acesso cotidianamente, e que por sua vez, localizava-se bem próximo ao local destinado à construção do Campus, não compreendia com exatidão a finalidade dos prédios e a maioria das pessoas com quem eu encontrava considerava serem prédios residenciais (Programa Minha casa, Minha Vida). Embora tenha lutado pela criação de uma Universidade Pública em Nova Iguaçu, a comunidade iguaçuana se ressentia da ausência de um diálogo efetivo com o campus da uma Universidade Pública, (percepção essa compreendida e vivenciada pela autora quando discente da Instituição referida). Isto pode ser atribuído justamente ao fato da Universidade limitar-se estritamente ao círculo acadêmico. Dessa forma, não vivenciando e compartilhando as suas práticas com a comunidade local.

Usando a metáfora do Mito da Caverna, de Platão, a Universidade estava em uma caverna, a caverna de o seu próprio saber acadêmico, tornando-se assim excludente, não mantendo a efetividade de todas as suas funções.

FUNÇÃO ACADÊMICA- fundamentada em bases teórico-metodológicas;  
FUNÇÃO SOCIAL- de promover a organização social e a construção da cidadania;  
FUNÇÃO ARTICULADORA – do saber e do fazer e da universidade com a sociedade (SERRANO, p.12).

O problema ainda persiste, quando deparei-me com as origens dos discentes, até mesmo nos eventos extensionistas organizados pela própria Universidade, sendo em grande parte, eventos restritos para um público específico: para a própria academia. Quando havia atividades de extensão para o público da Educação Básica, era para escolas do ensino médio de Nova Iguaçu particulares e públicas (cujo o acesso se dá pela meritocracia (neste caso FAETEC e CEFET de Nova Iguaçu), demonstrando uma Extensão delimitada a um público mais elitizado. Corroborando dessa forma, um rompimento do que se aplica na nossa Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 207, que explicita a importância dos campos ensino, pesquisa e extensão serem vinculados com as realidades e por conseguinte, necessidade locais

[...] as universidades devem primar pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Partindo dessa premissa, a partir de um ensino crítico, atrelado às realidades locais, deveria ser produzido um conhecimento técnico-científico voltado para os anseios da população, que seria compartilhado através dos projetos de extensão.

A UFRRJ-NI está localizada num município com uma população estimada de 823.302 pessoas (IBGE, 2018), que faz parte da grande metrópole, com um comércio bastante solidificado e um público eleitoral consistente, chegando a ser o 4º maior colégio eleitoral do

estado. O oferecimento de escolas públicas apresenta a seguinte distribuição: no Ensino Fundamental, são 117 escolas municipais e 71 estaduais; no Ensino Médio temos 63 escolas estaduais, uma federal (MEC, INEP, Censo Educacional, 2015), além de universidades públicas e privadas.

Mesmo a cidade com toda esta magnitude de referenciais, apresenta dificuldade de acesso aos arquivos sobre a educação local<sup>1</sup> devido à escassez de registros, reduzido acervo histórico e sucinta menção nas escolas locais. Nova Iguaçu ainda carrega em seu legado histórico um recorrente, perverso e viciado discurso de violência urbana, desigualdades sociais, distribuição não equitativa de renda, bens e serviços ruins, que se configurou, reproduziu e se arraigou no imaginário social, dando à região um estereótipo que está longe de refletir sua realidade. Realidade na qual a Universidade está inserida, não podendo se limitar ao seu mundo acadêmico.

Sendo assim, as minhas primeiras interpretações e impressões da UFRRJ – presentes em meu trabalho de conclusão de curso - apontam uma falta de diálogo com esta comunidade e, portanto, torna-se relevante questionar se a UFRRJ/NI está exercendo sua função social que temos de vivenciar na Extensão Universitária<sup>2</sup>, ou seja, a sua consolidação como um espaço de diálogo e de interação entre a comunidade acadêmica, que desenvolve ensino e a pesquisa sob as perspectivas dos diferentes ramos da ciência, e a sociedade em geral, sobretudo aqueles segmentos organizados que são protagonistas dos vários saberes que contribuem para o desenvolvimento cultural de Nova Iguaçu.

Essa troca proporciona uma aprendizagem mútua entre a universidade e o local, possibilitando o favorecimento de múltiplos olhares reunidos no mesmo espaço sobre temáticas diversas em relação a Nova Iguaçu. Além disso, a vivência entre grupos e pessoas distintas promove a integração social e possibilita novas perspectivas a partir do conhecimento produzido academicamente, de saberes e de experiências que enriquecem o cotidiano da comunidade universitária e da população como um todo.

Portanto, a universidade deve estar inserida permanentemente na comunidade, realizando a troca de experiências, assimilando, revendo valores e prioridades que permitam

---

<sup>1</sup> Em novembro de 2018, a autora para conseguir ter acesso ao acervo de Nova Iguaçu, percorreu pela Prefeitura da cidade, Secretarias de: Cultura e Assuntos Estratégicos, Ciência, Tecnologia e Informação, também realizou uma busca na Câmara de Vereadores e por fim na Casa de Cultura Sylvio Monteiro, todos esses locais foram indicações dos próprios funcionários da prefeitura, sendo somente na Casa de Cultura encontrado um pequeno acervo e praticamente a inexistência de materiais retratando a História da Educação de Nova Iguaçu.

<sup>2</sup> A universidade no Brasil está dividida no tripé: ensino, pesquisa e extensão. Com bases em literaturas, percebemos que a extensão foi ao longo dos anos tratada de maneira diferenciada, com menos relevância. Ora dando mais relevância para o Ensino, outra para a Pesquisa. Essa diferenciação será aprofundada no capítulo 3, um capítulo destinado a conceitos e desmembramento da extensão nas universidades federais brasileiras.

que a população se identifique como sujeito de sua própria história, proporcionando consequentes mudanças das condições de vidas, superando, assim, problemas sociais encontrados na própria comunidade (LIMA, 2003). Neste sentido, a relação mais direta entre a universidade e a comunidade é proporcionada pela Extensão universitária, entendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, que, sob o princípio da indissociabilidade, promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da localidade.

Logo, refletindo sobre o grande potencial de compromisso social da universidade através da Extensão, surgem alguns questionamentos: A UFRRJ/NI está nessa região há pouco mais de uma década, no entanto, ela já está conseguindo ser este espaço de promoção cultural? Conseguiu exercer sua função social? O público local está familiarizado com a mesma? Sua relação com a comunidade é opressora ou dialógica? Para que saibamos se realmente está em interação com seu meio, se faz necessário analisar como a Extensão vem atuando nesta Instituição, também buscar nas vivências atividades de Extensão a legitimidade desse papel da universidade, reunindo neles os principais aspectos de transformação e impacto social, vivenciado ou não, por estar no mesmo território de uma universidade. Presumindo ter na construção e prática dessas atividades Extensionistas, as possíveis respostas de realizações empíricas do Ensino, Pesquisa e Extensão propostas pelo Ensino Superior Público, justificando, desta forma, a realização desta pesquisa.

A Universidade não vai mudar sem a efetiva participação popular, não podendo ser transformada de dentro para fora; pelo contrário, seus muros irão cair de fora pra dentro, como consequência da chegada do povo ao poder. Portanto, a participação da comunidade externa na construção diária da Universidade é essencial, aproximando o saber acadêmico do saber tradicional – cada qual com seu grau e aspecto de relevância (ARAÚJO, 2012, p.44).

Um diálogo com Paulo Freire nos permite questionar e refletir o quanto a educação é extremamente essencial em uma sociedade, afirmando que ninguém tem o poder de conscientizar, entretanto a educação liberta. A educação pode libertar o oprimido, o ser que traz para si a culpa dos problemas sociais tão presentes na realidade do povo brasileiro, portanto, dá-se a necessidade de uma educação transformadora que valorize e compreenda as realidades sociais, culturais e históricas dos seus educandos. O diálogo com este autor nos faz refletir qual educação e que educação a Universidade está propondo vivenciar, se a mesma permite que seus educandos se apossam do aprendizado e se é aguçada a sua ação

transformadora da realidade<sup>3</sup>, e, a Extensão está intrínseca e esse processo, sendo a culminância da teoria com a prática. Uma maneira das universidades exercerem sua autonomia, compreendendo ser a autonomia algo fundamental para não termos uma educação para a submissão:

Autonomia é a capacidade de ser autogovernar [...] capacidade apresentada pela vontade humana de ser autodeterminar, segundo uma legislação moral por ela mesma estabelecida, livre de qualquer fator estranho ou exógeno com uma influência subjugante, tal como paixão ou inclinação afetiva incoercível[...] é preciso que a educação das pessoas seja diversificada o suficiente para que elas possam fazer concorrer entre si comportamentos autônomos, de modo a chegar à idade madura com uma atitude geral de autonomia (FREIRE, 2003, p.10).

As Universidades têm sua autonomia garantida<sup>4</sup> na Constituição Federal de 1988 (Art. 207). Autonomia esta reconhecida por parte da sociedade, a sociedade que fazia parte da academia, (ressaltando que por muitos anos as universidades públicas foram – na maioria dos casos - formada por discentes que não faziam das classes populares), no qual as universidades públicas por muitos anos permaneceram com uma visão positiva por parte da população, com uma boa reputação, a qual foi conquistada a partir de um ensino tratado como eficiente, por pesquisas realizadas e aplicabilidade da extensão, ou seja, tornou-se um legado para toda a sociedade. Sua magnitude perante a sociedade brasileira é perceptível. O acesso se dá de uma forma bem delimitada e restrita, ante ao exposto apresenta a meritocracia como êxito, entretanto com o sistema de cotas afirmativas definido pela Lei no 12.711/2012 e regulamentado pelo Decreto no 7.824/2012, permitiu uma mudança nesse cenário, mas ressalto que alguns cursos nas áreas da saúde, engenharia, direito, etc., contêm ainda um público mais elitizado<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> “A extensão trabalha com o conhecimento (...) exige uma presença curiosa do sujeito face ao mundo.. Reivindica a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está seu ato submetido. Conhecer é ocupação de sujeitos e não de objetos. E é como sujeito e apenas como sujeito, que o homem pode realmente conhecer. Por isso mesmo é que, no processo de aprendizagem, somente aprende verdadeiramente aquele que se apossa do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo” (FREIRE, 2012, p.3).

<sup>4</sup> Com início de governo de Jair Messias Bolsonaro (2019) não podemos afirmar que esta autonomia, mesmo sendo implementada por lei será respeitada, em decorrência da grande opressão desde época de campanha realizado pelo ainda presidencialista. O mesmo já vem estabelecendo um governo hostil e de grande retaliações referente às Instituições de Ensino Superior (IFES), entretanto para o período temporal aqui estabelecido, ficaremos com o período anterior à gestão de Bolsonaro.

<sup>5</sup> Os cursos mais concorridos da Universidade de São Paulo têm percentual maior de alunos de alta renda. Nas sete carreiras mais disputadas, o percentual de alunos com renda familiar acima de 15 salários-mínimos supera a taxa da instituição, que é de 18%. No curso de medicina, 42,3% dos calouros são de famílias com renda superior a R\$ 10.860 (considerado o mínimo de 2014, quando os estudantes responderam ao questionário). No bacharelado em artes cênicas, o índice é de 40%. No jornalismo, que tem 60 vagas, 36,7% dos novos alunos estão na faixa mais alta de rendimento. Levantamento feito pelo **G1** com dados divulgados nesta quarta-feira (3)

O ensino superior público é “satisfatoriamente desenvolvido”<sup>6</sup>, com grandes pesquisas, ensino, etc. e, no entanto, infelizmente ainda não somos capazes de oferecer um ensino superior público para todos os cidadãos brasileiros. Seu campus pode fornecer transformações econômicas, sociais e culturais, as mudanças nas cidades em que elas se encontram são notáveis, jovens de várias regiões diferentes deslocam-se para estudar. Desta forma, favorece a alteridade e transferência mútua de saberes e culturas, etc. Coutinho através da sua tese de doutorado (2014) traz de forma mais aprofundada o quanto a UFRRJ “contribuiu” para o município de Seropédica, direta ou indiretamente.

Seropédica é uma cidade universitária, pois a presença da UFRRJ, desde o segundo quartel do século XX, vem gerando, ao longo de sua história, possibilidades de empregos, direta e indiretamente, para uma parcela considerável da população da cidade, quiçá dos municípios do entorno. Desta forma, foi a partir da instalação da Universidade Rural no local, assim como de outros órgãos subordinados ao Ministério da Agricultura que a cidade surgiu e se desenvolveu. E com a instalação dessa população, o comércio e os serviços foram surgindo para atender o cotidiano de professores, técnicos, e também, estudantes universitários. Os serviços médicos na região eram inexistentes, e, o Posto Médico da Universidade além de atender aos seus funcionários, também atendia às suas famílias e, muitas vezes também, aos moradores que não tinham qualquer vínculo com a instituição. A Universidade prestava atendimento quando procurada pela população, oferecendo alguns serviços médicos, inclusive viabilizando exames médicos, como radiografias no Instituto de Veterinária, único local na região a possuir o aparelho para a realização do exame (COUTINHO, 2014, p 214).

O maior ganho se dá quando essas universidades se abrem para o diálogo com a população local, propiciando um espaço de múltiplos saberes e experiências e fazendo da extensão uma ponte para outros projetos sociais, pesquisas educacionais, dentre outros. As universidades correspondem a locais de produção de conhecimento e constituem-se como uma devolução prática e mais eficiente ao local inserido, entretanto quando as mesmas se isolam das comunidades em que estão inseridas, marginalizam os demais saberes, negligenciam o seu papel social de entretenimento e pluralidade de saberes, não proporcionam

---

pela FUVEST comparou o perfil dos calouros da USP de acordo com questionário respondido por todos os candidatos no momento da inscrição no vestibular. Capuchinho, Cristiane; Moreno, Ana. Do G1, em São Paulo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/06/medicina-da-usp-tem-42-de-novatos-com-renda-familiar-acima-de-r-10-mil.html>> Acesso em 15 de abril de 2019

<sup>6</sup> Necessário repensar o conceito de qualidade, reforçando ser amplo e dinâmico. A partir do neoliberalismo, qualidade foi compreendida como números e dados totalmente quantitativos. Entretanto, definir qualidade é complexo e desafiante. Qualidade é um conceito histórico, que se altera no tempo e no espaço, ou seja, o alcance do referido conceito vincula-se às demandas e exigências. Demo diz : “Tanto o conhecimento quanto educação são obras humanas e por isso cabe o desafio de qualidade (...)Qualidade é, assim, questão de competência humana. Implica consciência crítica, e capacidade de ação, saber e mudar...Educação não será, em hipótese nenhuma, apenas ensino, treinamento, instrução, mas especificamente formação, aprender e aprender, saber pensar, para poder melhor intervir, inovar (DEMO, 1994, p.12).

uma Extensão<sup>7</sup> eficaz. Ao desconhecer a cultura da população a quem se destina, esta extensão é antidualógica e manipuladora, tornando-se assim uma universidade com uma linguagem fechada e excludente.

[... ] como a linguagem é a parte mais inatingível e mais atuante da herança cultural, porque, enquanto sintaxe, ela fornece um sistema de posturas mentais transferíveis, solidárias com valores que dominam toda a experiência, e como, por outro lado, a linguagem universitária é muito desigualmente distante da língua efetivamente falada pelas diferentes classes sociais, não se pode conceber educando sigais em direitos e deveres frente à língua universitária e frente ao uso universitário da língua, sem se condenar a creditar ao dom um grande número de desigualdades que são, antes de tudo, desigualdades sociais (BOURDIEU, 1975, *apud* NOGUEIRA; CATANI, 2005, p. 35).

Uma parte significativa da sociedade considera um favor das universidades públicas exercer o seu papel extensionista, mas trata-se de um dever. Quando as mesmas se dispõem a sair de seus muros proporcionam um processo de formação mais humanizado aos seus educandos, com uma perspectiva social e crítica, além de fortalecer seus conhecimentos empíricos, fazendo o diálogo teoria e prática, demonstrando nesse contexto que todos os lados são beneficiados “Ao estudo crítico corresponde um ensino igualmente crítico que demanda necessariamente uma forma crítica de compreender e de realizar a leitura da palavra e a leitura do mundo, leitura do contexto” (FREIRE, 2001, p. 264).

No modo de produção capitalista, sistema dominante na realidade brasileira, o individualismo e o direito à propriedade privada são idealizados como componentes principais, a frustração ou o sucesso de qualquer elemento em todos os âmbitos da vida é responsabilidade exclusivamente particular. Como a educação não se situa à margem da sociedade, ao contrário, encontra-se inserida em todo seu contexto social, esta ideologia capitalista se apresenta cada vez mais incutida na mesma.

Muitos empresários visando apenas ao lucro apropriam-se desta atmosfera desesperadora e da vultosa desigualdade social para ofertar diplomas a indivíduos que necessitam se apresentar em um mercado de trabalho injusto e bastante competitivo e que

---

<sup>7</sup> “A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração das práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmicos e populares, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social” (Fórum Nacional, 1987).

acabam por aceitar tais ofertas com o intuito de obter qualificações para que consigam pelo menos concorrer às vagas de trabalho, ou seja, tendo pessoas que se entregam a uma educação com o único objetivo de ter um diploma, perdendo assim a perspectiva política e social das universidades. Não vivenciando muitas vezes a extensão e muito menos a pesquisa, tornando a educação apenas como um produto.

Numa sociedade excessivamente consumista, o sujeito que tem seus direitos negados como acesso a uma educação de qualidade, saneamento básico, saúde, transporte e, simultaneamente prega a democracia, direitos iguais, oportunidades para todos, o “tem que fazer”, “tem que ser”, “tenho que possuir”, tudo isso eclode tornando-se um cenário caótico, demonstrando a desigualdade de oportunidade, desigualdade esta não compreendida por este sujeito, visto que a sociedade sempre o faz compreender que cabe a ele mesmo as transformações sociais, educacionais e econômicas. Como consequência, este sujeito percebe que sua única forma de viver, ou melhor sobreviver, é transfigurar-se em mercadoria, vender a sua força de trabalho, negando sua natureza humana que por sua vez também é desconhecida.

Estamos interessados em somente formar profissionais?! E profissionais alienados? Sabemos que este é o grande cenário proporcionado por este modo de produção, pessoas desesperadas em busca de empregos que devido à grande concorrência precisam de qualificações profissionais e como consequência aceitam serem exploradas em seus ofícios gerando lucros aos seus patrões.

Entretanto, a educação é um paradoxo, pois, mesmo que a supremacia científica e tecnológica apresentam-se restritas a um pequeno grupo, o qual não mede esforços para sustentar este monopólio, perpetuando desta maneira uma didática de desigualdade cultural, social, política e econômica, fazendo com que estes conhecimentos e posses se restrinjam a esse grupo, acarretando aos demais grupos da população a única opção de tornarem-se mão de obra a ser explorada, este êxito da dominação não é totalmente alcançado por este ser um espaço de conflitos de saberes, culturas e conhecimento político. Tanto educa a burguesia como educa também os trabalhadores que trazem à tona este conflito cultural, social, político e econômico. Consolidando-se desta maneira num espaço deveras contraditório!

Com isso as Universidades Públicas não podem simplesmente se desconectar de seu caráter público e coexistir em um mundo paralelo. São nesses locais que ainda encontramos pesquisas que contribuem para o desenvolvimento social, educacional, político, investigativo, informações e empirismo de ações sociais, salientando ainda mais o seu papel de intervenção social. Por todas essas competências citadas e, principalmente, por todo o aspecto social e

político que dispõe a educação e igualmente o ensino superior, se torna imprescindível o diálogo com a comunidade. Pois o diálogo torna as atividades de Extensão mais eficientes, sendo este mecanismo permissionário de uma compreensão mais eficaz das demandas do povo, não somente suas demandas como também de um espaço multicultural.

Não apenas formar profissionais, pesquisadores, mestres e doutores, mas sim pessoas comprometidas socialmente com seus ofícios e com o seu local. Com seu conhecimento intelectual voltado para práticas extensionistas críticas num diálogo entre a teoria e a empiria, logo, pessoas que tenham uma excelente formação científica e acadêmica, política, social e que atue empiricamente, a partir dessa formação nas comunidades em que estão inseridos. Deste modo, é também proporcionar um ganho social, ou seja, onde todos possam se beneficiar e desfrutar de uma academia de conhecimentos, desde uma pequena criança ao mais idoso, um exemplo disto encontra-se em uma biblioteca universitária, na qual a sua utilização abrange a toda a comunidade local, mas por falta deste conhecimento, na prática, fica bastante restrita a usuários pertencentes à universidade. É necessário apartar-se do orgulho do saber científico único e correto para solidificar a valorização de culturas, etnias e outros saberes encontrados nas sociedades, afirmando-se de sobremodo como um intercâmbio da aprendizagem. Nas palavras de Paulo Freire,

O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações (FREIRE, 2006, p.36).

Há universidade que se propõem a trocar experiências, saberes e vivências que permitem ao cidadão com uma condição de vida desfavorável, que jamais tenha se imaginado pertencente a este ambiente educacional, sentir que ele não só pode, mas que também deve fazer parte. É transformar um paradigma cultural e social, pois muitos acreditam que por se encontrarem às margens da sociedade não reconhecem ser detentores de direitos, inclusive o de usufruir os saberes acadêmicos.

A sociedade reconhece a Universidade como produtora de saberes e conhecimentos e que este âmbito acadêmico pode contribuir muito a partir dos saberes produzidos, estimulando, desta forma, compromisso social. A Universidade quando se propõe a ter um diálogo e a trocar suas experiências não somente interfere positivamente nessa formação continuada do processo educativo, como também adquire um retorno de materiais relevantes em termos de pesquisas e mais produções de conhecimento. Para isso trago esta reflexão de

um projeto realizado entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu:

Se para o Município revisitar sua prática através desta parceria pode ter sido de grande validade, para nos da Universidade esta foi uma rica experiência. Aproximamo-nos da administração pública de um importante Município da Baixada Fluminense, conhecemos seus profissionais, partilhamos as suas histórias, vibramos com suas conquistas e, acima de tudo, tivemos a oportunidade de participar de um projeto onde os mais variados obstáculos, desde o entraves para a aprovação do projeto dentro da Universidade até a publicação das monografias em um CD-ROM destinado para a rede, foram superados com a leveza que só é possível quando se produz algo através de uma ação onde os sujeitos se sentem verdadeiramente inseridos. É por isso que acreditamos que essa experiência merece ser compartilhada. (MOTTA; NASCIMENTO; SANTOS, 2010 *apud* BASTOS, RIZZO, 2012, p.37)

Cumpramos ressaltar que sendo a universidade pública um local de promoções culturais e que, a partir destes conceitos, viabiliza ações como seminários, cursos, atividades esportivas, mostras culturais, formação continuada etc., possibilita trazer a comunidade para o seu meio, e trazer novas formas de pensar educação, sociedade e sujeitos. Uma relação sadia do conhecimento, entrelaçando a pesquisa, ensino e extensão principalmente para este novo público, o/a aluno/a das classes populares. Temos pesquisas e artigos que demonstram o benefício deste diálogo e, a partir dessa construção dialética da aprendizagem, novas histórias são contadas, novas culturas aprendidas, linguagem, valores, ensinamentos. Uma demonstração que todos construímos e somos sujeitos de nossa história. A comunidade está na universidade, nos sujeitos que trazem suas identidades, culturas, histórias e vivências.

Neste sentido não se pode negar que a troca de experiências constitui uma relevante e significativa oportunidade, tanto para a academia quanto para a comunidade local, de conhecer, aprender e valorizar uma região rica em história, natureza, cultura e talentos. Resgatando uma nova perspectiva de conhecimento e experiências sobre a região que enriqueceram o cotidiano da comunidade universitária e da população como um todo. Buscando nas vivências desses sujeitos, sejam moradores do local ou discente do local, narrativas que transformam estereótipos, identidades que trazem tradição, história, memória, autoestima e reflexão crítica do contexto social inserido. Diálogo este utilizado até mesmo como processo de avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES<sup>8</sup> e dá outras providências. A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 afirma:

---

<sup>8</sup> § 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I - a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II - a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV - a comunicação com a sociedade;

Nesta direção, consideramos fundamental pesquisar o papel da Extensão universitária<sup>9</sup> realizado pela UFFRJ-Campus Nova Iguaçu, a fim de tentar responder à questão de se a mesma se encontra limitada somente aos seus aspectos acadêmicos ou se sua existência como um espaço de diversidade cultural, saberes, ciências, etc. se faz refletida no local em que está inserida, principalmente no aspecto de acesso à educação e à cultura. Mediante o exposto, objetivamos, em geral, analisar quanto a UFFRJ/NI tem reciprocidade com a comunidade em que está inserida, isto é, até onde sua presença (um pouco mais de uma década), alterou a realidade local através da Extensão teceu um elo de criação de identidades com esses sujeitos.

Como objetivos específicos temos a demanda de refletir sobre a importância do papel da Extensão no Ensino Superior Público na localidade em que está inserida, através de suas atividades, examinando as atividades aplicadas a fim de compreender se há uma relação dialógica verticalizada com esta comunidade, se na sua praticidade a comunidade local está inserida, para destacar quais são suas finalidades.

A fim de responder tais questionamentos a pesquisa tem na Extensão o seu objeto, buscando ser uma abordagem qualitativa, sendo delineado por uma pesquisa bibliográfica e documental que terá como instrumento análises de materiais e documentos, constituindo uma pesquisa de cunho histórico.

No capítulo 1, traçamos um breve contexto histórico do nascimento da atual Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que teve a sua gênese com a criação das Escolas Superiores de Agricultura e de Medicina Veterinária, passando por diversas

---

<sup>9</sup> A Extensão Universitária obteve e ainda obtém um tratamento diferenciado nas Universidades Públicas Federais. O ensino por muito tempo foi o preterido, e a pesquisa como especial, principalmente como o incentivo do governo ao longo dos anos, ou seja, a Extensão utilizada mais pontualmente. Com isso, a Extensão terá um capítulo para trazer a relevância da mesma juntamente com sua trajetória. é compreensível que um capítulo não é o bastante para trazer a magnitude do contexto histórico e também sua importância, mas, de forma introdutória e informativa será abordado nessa dissertação o assunto.

transformações até ser denominada Universidade Rural. Posteriormente, Universidade Rural do Rio de Janeiro e Universidade Rural do Brasil. Finalmente, em 1967, recebeu a nomenclatura que permanece até o tempo presente. Cabe ressaltar que a construção deste capítulo tornou-se necessária para a compreensão da história da instituição a fim de interpretar os seus desafios neste momento. Mais do que isto, entender a criação do Instituto Multidisciplinar em Nova Iguaçu que é o foco do segundo capítulo.

A ‘construção’ do Campus da UFRRJ de Nova Iguaçu, sua história, suas primeiras atividades acadêmicas, os primeiros programas de extensão e um balanço dos três primeiros anos de ações extensionistas são a alma do capítulo 2.

No capítulo 3, a Extensão, objeto dessa pesquisa, terá o devido aprofundamento. Será elucidada sua construção histórica, seguido das experiências ocorridas no Brasil. Por conseguinte, destacaremos a sua diversidade conceitual e as suas implicações, apontando, Paulo Freire, como um dos principais referenciais teóricos sobre o tema. Finalizando o capítulo, examinaremos a concepção horizontal, constituída a partir do diálogo, no qual a Extensão tornar-se comunicação, sendo essa concepção que fundamentará as análises percorridas no último capítulo.

Neste último capítulo, trataremos a construção da Extensão na UFRRJ, como este processo ocorreu. Por meio dos marcos regulatórios da Instituição, salientaremos a concepção de Extensão que a mesma possui. Os documentos também irão auxiliar para quantificar as atividades de extensão entre 2016 e 2018. Este primeiro momento possibilitará o estabelecimento de um contexto histórico da Extensão, sua estrutura e normas, e o levantamento de dados quantitativos das atividades de Extensão. Após esta primeira etapa de contextualização, abordaremos os dois Programas de grande expressão: o Pré –Enem e o BIEXT, ambos na realidade do IM, com o propósito de responder o grande questionamento dessa pesquisa: se esta instituição pública federal volta-se somente para seus saberes acadêmicos ou sua existência como um espaço de diversidade saberes, culturais, ciências, dentre outras. se faz refletida no local em que está inserida?

Desse modo, entendemos que esta pesquisa, uma pesquisa de caráter qualitativo, possa auxiliar a UFRRJ/Nova Iguaçu a uma melhor compreensão da eficácia do papel da Extensão como intervenção social, tendo na análise das atividades realidades, uma amostra de suas ações ou falta delas, buscando uma melhor contemplação de seu aspecto extensionista, sendo ela inserida em um município com grandes necessidades educacionais, sociais e culturais, enfatizando os benefícios que pode trazer à Universidade e à região.

## CAPÍTULO 1: UMA BREVE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Neste capítulo, tecemos um breve contexto histórico para elucidar o processo de criação da instituição aqui mencionada. Quais foram os motivos e os objetivos de se ter um espaço físico que propõe ensino, pesquisa e extensão, tripé exigido para caracterizar uma universidade, em Nova Iguaçu, local escolhido para a implementação dessa unidade. Entendemos que a história não se dá solta e isolada, mas, sim, conectada a múltiplos fatores: como vivências, experiências e memórias. Portanto, a necessidade de trazer um pequeno contexto histórico da UFRRJ, desde Escola de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV) até chegar a ser uma universidade multicampi para facilitar a compreensão das informações e dos contextos da Extensão no Campus Nova Iguaçu<sup>10</sup>.

### 1.1 A Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária: a gênese da UFRRJ

A Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV) foi a instituição precursora da UFRRJ. A trajetória dessa Instituição Federal de Ensino Superior é marcada por lutas, resistências, compromissos e, principalmente, por profissionais com capacidade técnica e intelectual. Assim, “A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro percorreu um caminho longo e sofreu grandes transformações até chegar à forma como hoje a conhecemos (OTRANTO, 2003, p.61).

Em 20 de outubro de 1910 foi aprovado o Decreto de nº 8,139, pelo então presidente da república, Nilo Peçanha<sup>11</sup>, aprovando a criação da ESAMV. Mas, infelizmente a instituição teve alguns empecilhos para seu imediato funcionamento, sendo um deles a dificuldade de encontrar uma localização. Sua primeira instalação foi na Fazenda Santa Cruz, zona oeste da capital. Entretanto, não ficou por muito tempo devido às dificuldades de locomoção da época

---

<sup>10</sup> Neste capítulo, trazemos dados sobre Extensão, do IM, apenas a título de informação Os aspetos avaliativos sobre Extensão serão abordados nos capítulos 3 e 4.

<sup>11</sup> Nilo Procópio Peçanha nasceu em Campos (RJ), em 1867. Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife em 1887, foi um dos fundadores, no ano seguinte, do Partido Republicano Fluminense (PRF), em Campos. Deputado à Assembleia Nacional Constituinte em 1890 e deputado federal pelo PRF de 1891 a 1903, elegeu-se senador nesse último ano. Ainda em 1903, renunciou ao mandato para assumir a presidência do estado do Rio de Janeiro para o período de 1903 a 1906. Em 1906 assumiu o cargo de vice-presidente da República e a presidência da República, em 1909, em decorrência da morte do presidente Afonso Pena. Elegeu-se senador pelo Rio de Janeiro para a legislatura 1912-1914 e novamente presidente estadual para o período 1914-1917. Foi ainda ministro das Relações Exteriores em 1917, senador pelo Rio de Janeiro de 1918 a 1920 e candidato à presidência da República na legenda da Reação República, em 1921, perdendo as eleições para Artur Bernardes. Morreu no Rio de Janeiro, em 1924. Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/nilo\\_pecanha](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/nilo_pecanha)> Acesso em: 27 de março de 2019.

e, por tal motivo, mudou-se para a R. General Canabarro nº 42, Tijuca, área urbana da então capital federal, Rio de Janeiro. Porém, a escola somente se mudou para este endereço em 1913 por necessidade de reformas e obras. Gustavo Rodrigues Pereira D'utra, foi o primeiro diretor da instituição, sendo esse engenheiro agrônomo uma referência em sua área de atuação.

No ano de 1915, a ESAMV passou por um desafio: por motivos financeiros a instituição foi obrigada a fechar e em 1916 para conseguir voltar a ter seu ensino acadêmico mudou-se para a cidade de Pinheiro, atualmente Pinheiral, cidade que localiza-se no interior do estado do Rio de Janeiro. Por meio do Decreto nº 12.012 de 1916, Otranto (2009) nos traz esta afirmação, uniu-se às escolas médias e/ou técnico-práticas da Bahia e de Pinheiro, sendo extintas posteriormente. A ESAMV perdeu bastante prestígio no período em que ficou nessa localidade, e por este motivo buscou-se aproximar novamente da capital da República, mudando dessa forma para o Horto Botânico, em Niterói, permanecendo neste local entre 1918 a 1927, conseguindo, assim, pela primeira vez, um maior período de tempo no mesmo lugar, o que contribuiu para a consolidação da instituição. Mais uma transferência física da ESAMV. Desta vez, para a sede do Ministério da Agricultura na Av. Pasteur, nº 404, Praia Vermelha. Percebemos que em duas décadas de funcionamento, a instituição por motivos vários, inclusive para sua sobrevivência, foi obrigada a mudar de endereço algumas vezes e, mesmo assim, seu crescimento acadêmico, principalmente na pesquisa, não parou de evoluir e se expandir, passando a ter três grandes escolas nacionais: Escola Nacional de Química, Escola Nacional de Agronomia e Escola Nacional de Medicina Veterinária, tornando-se um centro de referência acadêmica.

A escola superior de agricultura e medicina veterinária pode ser vista, como o embrião da universidade na qual se tornaria anos mais tarde, não somente pela similitude entre os objetivos da escola e a ideia de universidade que norteava a intelectualidade brasileira da época, mas, principalmente, porque a universidade que surgiu a partir da ESAMV foi decorrente do seu crescimento e de sua evolução e não apenas da reunião de escolas isoladas (OTRANTO, 2003, p.74).

## **1.2 A Universidade Rural- (UR)**

No ano de 1938, o Decreto-Lei nº 982 de 23 de Dezembro de 1938, vinculou a Escola Nacional de Agronomia ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA). A fim de gerenciar todo ensino e pesquisas na área agrícola no Brasil numa junção

de vários órgãos, dentre eles a Universidade Rural, em 30 de dezembro de 1943. Unindo somente duas das três escolas iniciais

O Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas foi reorganizado em 1943, pelo Decreto-Lei 6.155, de 30 de dezembro, que cria a Universidade Rural, abrangendo, na época, além da ENA e da ENV, Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, Cursos de Extensão, Serviço Escolar e Serviço de Desportos. Com os Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, iniciava-se um programa de pós-graduação para áreas específicas dos currículos de Agronomia e Veterinária. Em 1944, o novo regimento do CNEPA, aprovado pelo Decreto-Lei 16.787<sup>12</sup>, unificou os novos cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão e criou o Conselho Universitário ( <http://r1.ufrrj.br/cem-anos/historia.php>).

A Universidade Rural continuou vinculada ao Ministério da Agricultura, diferentemente das demais Universidades brasileiras, vinculadas ao Ministério da Educação e Saúde. Com o passar do tempo, seu quantitativo de discentes só aumentava, e a estrutura da universidade na Urca já não estava mais comportando todas as demandas, logo ocorreu a necessidade de ter um espaço que pudesse comportar a expansão e, por conseguinte, crescer e desenvolver cada vez mais a área agrícola. Dessa forma, na Estrada Rio-Santos, em Seropédica, distrito do então município de Itaguaí, começaram as obras para a construção do campus, sendo somente finalizada em 04 de julho de 1947. Eurico Gaspar Dutra<sup>13</sup>, presidente da época, inaugurou o campus da UR.

---

<sup>12</sup> Decreto nº 16.787, de 11 de Outubro de 1944.

<sup>13</sup> Eurico Gaspar Dutra nasceu em Cuiabá, em 1883. Tornou-se militar, ingressou na carreira militar através da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, por ter participado da Revolta da Vacina, movimento contra o governo da época, foi expulso da escola, porém depois foi anistiado e voltou para o militarismo, agora na Escola de Guerra de Porto Alegre. Participou do governo de Getúlio Vargas. Inclusive foi nomeado ministro de Guerra e, 1936 por Vargas, atuando juntamente com o presidente até mesmo para operacionalidade do golpe para se ter o “Estado novo”. “Durante o Estado Novo, Dutra impôs a coesão na conduta política dos militares através do expurgo sistemático dos elementos dissidentes, ao mesmo tempo que promovia a modernização e a ampliação do poderio das Forças Armadas, consolidando o papel decisivo exercido pela instituição no jogo político do país.” Ainda durante o Estado Novo, Dutra foi sondado por setores oposicionistas que lhe propuseram liderar um golpe que afastasse Vargas e reestabelecesse a democracia no país. Em 1945, quando o regime mostrava claros sinais de esgotamento, seu nome foi lançado por setores governistas, articulados no Partido Social Democrático (PSD), para concorrer à presidência da República, é eleito em dezembro desse mesmo ano, como apoio do próprio Vargas”. Já empossado em 1946 juntou-se aos setores conservadores, apoiou a marginalização de Vargas e perseguiu comunistas que tiveram resultados expressivos na eleição de 1945.”O governo Dutra foi marcado, ainda, por uma política econômica conduzida a partir de postulados liberais, pelo rápido esgotamento das reservas cambiais acumuladas durante a guerra e por uma severa política de arrocho salarial (..) Com o estabelecimento do regime militar, em 1964, seu nome chegou a ser cogitado para ocupar novamente a presidência. Prestigiado pelos militares, fez parte do diretório nacional da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime. Morreu no Rio de Janeiro, no ano de 1974.: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em : <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/eurico\\_gaspar\\_dutra](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/eurico_gaspar_dutra)> Acesso em :04 de abril de 2019.

O ano de 1948 marcou a mudança definitiva da universidade rural para o campus atual, em Seropédica, à época o 2º distrito do município de Itaguaí, que já vinha em construção desde o ano de 1938, por iniciativa de Getúlio Vargas, como demonstram as imagens 5 e 6 apresentadas abaixo. A universidade mantinha, então, os cursos de graduação de engenharia rural, biologia, química, agronomia e medicina veterinária, além de outros de pós-graduação (COUTINHO, 2015, p.82).

### **1.3 Universidade Rural do Rio de Janeiro e Universidade Rural do Brasil**

Em 1960, a Universidade Rural (UR) mudou o nome outra vez. Cabe ressaltar que a troca do nome da instituição esteve sempre vinculada à vida política do país e da visão do que seria uma universidade aos olhos dos próprios sujeitos pertencentes a mesma, ou seja, discentes, docentes, técnicos etc. Estes não viam como fato positivo a universidade ser vinculada ao CNEPA, pois sua autonomia era limitada.

Segundo Otranto (2009, p.85), em reunião do Conselho Universitário (CONSU), ocorrido em 18/9/57, os conselheiros solicitaram a reforma imediata do estatuto da Universidade Rural, desvinculando-se totalmente do regimento do CNEPA. Um deles, Bruno Alípio Lobo, afirmou não acreditar “na eficiência de resolução alguma enquanto a UR estivesse subordinada ao CNEPA, pois a situação só se normalizaria quando a mesma fosse libertada, isto é, conseguisse a sua autonomia” (CONSU, ata da reunião de 18/9/57).

Somente em 1960, segundo o Decreto nº 48.644 de primeiro de agosto, a UR conseguiu o desligamento do CNEPA e também mudou mais uma vez seu nome para Universidade Rural do Rio de Janeiro (URRJ). Com o desligamento, ampliou sua estrutura, incorporou órgãos que pertenciam ao CNEPA e obteve autonomia em todos os aspectos acadêmicos e administrativos. Desta forma, “a desvinculação do CNEPA, ampliou a autonomia didático-científica e administrativa, advindas com as alterações estruturais e funcionais, disposta no decreto de 1960” (OTRANTO, 2009, p.97).

Após muitos anos sendo subordinada ao Ministério da Agricultura, passou a ser vinculada ao Ministério da Educação e Saúde. Este fato ocorreu em 1962 e, neste mesmo ano, houve um questionamento sobre a denominação da instituição. Haja vista ser uma referência na Área Agrícola os membros da instituição desejavam um nome que enfatizasse essa questão. Assim, foi escolhido o nome de Universidade Rural do Brasil (URB), entendendo que com essa denominação demonstrava seu potencial no conhecimento agrícola em âmbito nacional.

## 1.4 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ

Como já exposto, tivemos um longo processo para que enfim chegássemos à denominação UFRRJ, que persiste até os tempos atuais. Essas alterações dos nomes permite analisar ser essa uma história rica de detalhes, com muitas disputas de poder e resistência. Otranto (2009) afirma que “mesmo o nome UFRRJ já era usado desde 1965, somente em 1967, através do Decreto nº 60.731 que legalmente ocorreu a mudança de nome para UFRRJ” (p.116).

Nesse novo contexto foram implantados os Institutos Universitários, dessa forma terminando com os colégios nacionais. Os Institutos tinham suas especificidades, ou seja, estruturados pelo regimento e organizados por departamentos. Importante também ressaltar que este era um período de ditadura militar<sup>14</sup>, e a universidade viveu momentos de tensão, intervenção, com perda da sua autonomia.

É pertinente lembrar que aqueles que ousaram discordar do regime militar e de alguma forma expressaram essas discordâncias foram considerados agitadores e subversivos e, portanto, altamente perigosos. Esses sujeitos: professores/as, funcionários/as ou alunos/as passaram a ser espionados e perseguidos dentro e fora da instituição. Os indivíduos não

---

<sup>14</sup> O golpe é instaurado no dia 31 de março de 1964, destituindo o atual e legítimo presidente, João Goulart (Jango), do cargo. Jango buscou no Uruguai seu exílio, e por lá permaneceu até sua morte, seu corpo foi para o Brasil somente para ser sepultado.”No dia 2 de abril, foi organizado o autodenominado "Comando Supremo da Revolução", composto por três membros: o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica), o vice-almirante Augusto Rademaker (Marinha) e o general Artur da Costa e Silva, representante do Exército e homem-forte do triunvirato”. A seguir, o golpe inicia sua perseguição a qualquer movimento que contrariasse o mesmo, prendendo e torturando “(...)No dia 2 de abril, foi organizado o autodenominado "Comando Supremo da Revolução", composto por três membros: o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica), o vice-almirante Augusto Rademaker (Marinha) e o general Artur da Costa e Silva, representante do Exército e homem-forte do triunvirato. Essa junta permaneceria no poder por duas semanas”. Com a invenção do “Ato Institucional” que previa a apuração de “atividades subversivas”, no qual sua avaliação era feita por sua maioria por coronéis, construiu no Brasil um sentimento de insegurança, impunidade, autoritário e ditatorial. entretanto, mesmo a ditadura tendo esses aspectos assustadores, ocorreu o grande apoio dos Estados Unidos da América, pelo fato do Brasil não seguir os passos de Cuba, também ocorreu saudações “(...) por importantes setores da sociedade brasileira. Grande parte do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, Carlos Lacerda e Cordeiro de Farias (1955) da Igreja católica, vários governadores de estados importantes (como Carlos Lacerda, da Guanabara, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Ademar de Barros, de São Paulo) e amplos setores de classe média pediram e estimularam a intervenção militar, como forma de pôr fim à ameaça de esquerdização do governo e de controlar a crise econômica”. Os militares permaneceram no poder por 21 anos, enfatizando que o mesmo foi necessário para combater o movimento “comunista” que crescia no Brasil. porém esse é um lamentável passado- recente da história brasileira, que merece ser lembrado para não ser repetido. Muitas pessoas perderam suas vidas, outras tiveram suas vidas marcadas para sempre por ter enfrentado momentos terríveis de tortura. Pessoas que buscavam um país mais democrático e para todos e todas. E por fim, após anos de lutas e manifestações do povo, a ditadura chega ao seu fim. Tancredo Neves é eleito em 15 de janeiro de 1985, infelizmente o presidente eleito morre antes mesmo de ser empossado, e em 15 de março desse mesmo ano, o vice-presidente, José Sarney toma posse. Castro, Celso. O golpe de 1964 e a instauração do regime militar. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. Disponível em : <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>>

tinham autonomia de ação e, conseqüentemente, a universidade também não era autônoma em suas decisões. Se os seus dirigentes obedecessem e aceitassem as regras do jogo eram mantidos no cargo. Se não, eram afastados e perseguidos. Muitos foram demitidos e expulsos da instituição (OTRANTO, 2009, p. 121).

A reforma universitária<sup>15</sup> era um objetivo almejado por estudantes da época, em busca de uma maior ampliação de vagas e assim dissipar o domínio elitista daquele cenário, e em plena ditadura militar, em 1968, a reforma foi outorgada, entretanto com outros objetivos fins. Coutinho aponta que o modelo usado foi o estadunidense, ou seja, rompendo com o modelo europeu que permeava a academia brasileira. Reforma que buscou limitar o ensino superior para reprodução de força de trabalho. Em sua tese de doutorado retrata outras mudanças que aconteceram com as universidades após a promulgação da reforma:

A promulgação da Lei nº 5540/68 (reforma universitária) trouxe grandes mudanças para o cenário universitário no país. A estrutura de universidade, passando a ser uma exigência para o funcionamento dos cursos superiores, assentou-se no tripé ensino – pesquisa – extensão. Esse tripé é definidor da condição da docência para as instituições do ensino superior, pois estabelece as três vertentes da atuação do profissional. As medidas mais relevantes instituídas pela lei foram o sistema departamental, o vestibular unificado, o sistema de créditos e a extinção das cátedras. O departamento era o núcleo-base da organização universitária, apesar de assumir um aspecto apenas formal, pois, realmente, funcionava como um espaço de alocação de professores, agrupando todos os docentes de uma mesma área de saber (COUTINHO, 2014, p.78).

Logo, a UFRRJ foi impactada com esse novo sistema do ensino superior, sendo o maior deles, a obrigação de ampliar suas áreas de ensino. Por ser rural deveria implementar as Ciências Humanas e, por consequência, a área de Educação. Tirando a mesma de um conforto de mais de cinco décadas voltada para o ensino agrícola. Coutinho (2014.p.99) nos expõe que a Lei nº 5540/68 no Artigo 52 a exigência de ampliação para novos campos de conhecimentos, sobretudo incorporando as ciências humanas.

Ocorreu muita resistência da parte dos docentes para a implementação do Instituto de Educação (IE), sendo esse discriminado pelos mesmos, acreditando ser inferior em relação aos cursos já ofertados pela instituição. Não somente a criação do IE se deu com resistência, como

---

<sup>15</sup> Segundo Coutinho “A promulgação da Lei nº 5540/68 (Reforma Universitária) trouxe grandes mudanças para o cenário universitário no país. A estrutura de universidade, passando a ser uma exigência para o funcionamento dos cursos superiores, assentou-se no tripé ensino – pesquisa – extensão. Esse tripé é definidor da condição da docência para as instituições do ensino superior, pois estabelece as três vertentes da atuação do profissional. As medidas mais relevantes instituídas pela Lei foram o sistema departamental, o vestibular unificado, o sistema de créditos e a extinção das cátedras. O departamento era o núcleo-base da organização universitária, apesar de assumir um aspecto apenas formal, pois, realmente, funcionava como um espaço de alocação de professores, agrupando todos os docentes de uma mesma área de saber.” (2015, p,78).

também a criação da licenciatura de Educação Física, ambos processos sofreram discriminação e preconceito.

### **1.5 A UFRRJ: dos Anos 1980 ao século XXI**

Os anos 1980 são demarcados por serem a etapa da redemocratização, como Otranto aponta, um período de transição da ditadura para a democracia, visto que o golpe militar terminou-se em 1985 e, como já mencionado anteriormente, a universidade viveu um período turbulento, conflituoso e de grande tensão em decorrência da ditadura imposta pelos militares

(...) entre 1964-1985 (...) o governo militar ditava as regras de organização, comportamento, estruturação, autonomia, dentre outros aspectos, das universidades brasileiras, além de ter que contemplar as medidas estabelecidas na legislação federal em vigor naquele momento (OTRANTO; SOUZA, 2012, p. 7).

Os docentes da UFRRJ lutaram para que sua autonomia fosse restabelecida nesse período. Otranto retrata de maneira detalhada as atuações desses docentes, principalmente nas reuniões do CONSU e da Associação dos Docentes da Universidade Rural (ADUR). As afirmações e percepções da autora foram embasadas nas atas do conselho.

Aprensiva com a crise política que se abatia sobre a universidade ADUR-RJ, em assembleia geral permanente, instalada em 18 de abril, liderava as discussões para a busca de alternativas de solução. Nas atas das reuniões de 18 e 23 de abril ficaram evidentes as preocupações dos professores com os rumos que a Instituição poderia tomar frente ao impasse e o “fantasma do interventor” passou a tomar conta do imaginário de muitos. Tornava-se, portanto, urgente encontrar soluções pacíficas e efetivas para que as propostas de reforma da UFRRJ não sofressem um irremediável retrocesso (OTRANTO, 2009, p. 260).

Esta década termina com a Universidade buscando sua autonomia, em vista ao totalitarismo precedido pela ditadura militar, buscando se reencontrar com a liberdade de escolher sua equipe gestora, algo que somente aconteceu em 1988, quando houve eleição para reitoria e a chapa mais votada é empossada, dessa forma abrindo precedente para que a democracia seja restabelecida em todos processos de direção da UFRRJ.

O período dos anos 1990 torna-se a busca da redemocratização da UFRRJ, assim como o próprio país, ressaltando que já havia tido a eleição para presidente nacional. Dessa forma, houve o intuito de mudar o regimento e o estatuto da Universidade

(...) parte do corpo docente desta universidade reconheceu a necessidade de adequar seus instrumentos legais mais importantes, o Estatuto e o Regimento Geral, ao novo período democrático que estávamos voltando a vivenciar. Então, um grupo de docentes desta Universidade se reuniu com o intuito de

estabelecer propostas adequadas a esta nova realidade que pudessem reformular seus instrumentos constituintes e fazer com que a universidade deixasse para trás os resquícios ditatoriais ainda presentes (OTRANTO; SOUZA, p.8).

Otranto e Souza retratam este momento em seu artigo, e a dificuldade para que essas ações de mudança ocorrem, e relatam os motivos para que estas propostas fracassarem, um deles “a efemeridade da participação dos representantes docentes, técnicos e discentes que acabavam se envolvendo em outras questões e perdendo o foco da Estatuinte” (p.9), havendo outros motivos.

Nesta década foram aprovados os primeiros cursos noturnos da UFRRJ, o curso de Administração de Empresas foi o primeiro. No ano seguinte, 1991, é criado o Campus Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro de Campos dos Goytacazes<sup>16</sup>, localizada no norte fluminense do estado do Rio de Janeiro. É necessário mencionar que a LDBEN foi aprovada no ano 1996, trazendo novos norteadores para o Ensino Superior.

O século XXI é marcado como o período de expansão da UFRRJ, tornando -se multicampi, com uma diversidade de cursos em várias áreas do saber e por seguinte um significativo aumento de educandos.

O Governo de Luiz Inácio Lula da Silva<sup>17</sup> (2003-2010), proporcionou este aumento significativo da UFRRJ, através de suas políticas públicas para o Ensino Superior, não é o mérito dessa dissertação se aprofundar sobre essas políticas, mas sim de como as mesmas foram realizadas na Rural. Inclusive que no decorrer da leitura será mais aprofundado como foi o processo para se ter a UFRRJ Campus Nova Iguaçu, também conhecida como Instituto Multidisciplinar (IM), recorrente de uma política do Governo Lula para reestruturar e expandir as universidades Federais já existentes, além da criação de outras universidades. E em 2005 o CONSU aprova a criação da UFRRJ em Nova Iguaçu com o INSTITUTO

---

<sup>16</sup> É um campus voltado somente para pesquisa e extensão que se responsabiliza pela continuidade da pesquisa no setor canavieiro e representa um importante centro de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão agropecuária nas regiões Norte e Noroeste Fluminense. A equipe do Campus Campos dos Goytacazes cuja sede localiza-se em Campos dos Goytacazes/RJ com atuação nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Sul da Bahia, gerou e difundiu inúmeras inovações tecnológicas, UFRRJ. histórico do Câmpus Campos de Goytacazes. Disponível em: <<http://campuscg.ufrrj.br/historico/>> Acesso em: 28 de março de 2019.

<sup>17</sup> “Luiz Inácio Lula da Silva era um jovem operário quando os militares tomaram o poder no país, em 1964. Nos anos seguintes, trabalhando no coração da indústria brasileira, Lula iniciou seu aprendizado político pela ação sindical – numa época em que reivindicar salários e direitos podia dar em cadeia, tortura e morte. Liderando greves reprimidas pela ditadura, aprendeu que os trabalhadores precisavam também fazer política, ter seu próprio partido. Desde a criação do PT, em 1980, a trajetória de Lula é bem conhecida. Construiu o maior partido de massas do país, disputou e perdeu três eleições presidenciais, desafiou o preconceito, os poderosos, os meios de comunicação, para tornar-se, em outubro de 2002, o primeiro trabalhador eleito presidente do Brasil, reeleito e 2006. Em oito anos de governo, provou que era possível mudar o destino do país.” Partido Trabalhadores. Disponível em: <<https://pt.org.br/lula>: Acesso em: 04 de abril de 2019.

MULTIDISCIPLINAR no qual vira o campus Nova Iguaçu, fazendo parte primeira etapa do Programa de Expansão do Governo Federal. E através do Projeto de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais (REUNI), o Instituto Três Rios, por seguinte torna-se Campus Três Rios, criado em 2007. Entre avanços e controvérsias a política foi implementada<sup>18</sup>.

O REUNI proporcionou a UFRRJ sair da centralização do Campus Seropédica, para estar em dois mais municípios, Nova Iguaçu e Três Rios, foram criados novos cursos na própria sede, e também uma grande expansão na pós graduação.

Na graduação, a UFRRJ abriu 34 novos cursos, totalizando 57; número que representa mais que o dobro em relação ao que disponibilizava em 2006. Sua tradição de ensino fortemente agrária se expande então para as áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas e dois novos Campus são criados: o de Nova Iguaçu (Instituto Multidisciplinar – IM) e o de Três Rios (Instituto Três Rios – ITR). Hoje, a UFRRJ oferece 57 cursos de graduação em seus três Campus, atendendo cerca de 18 mil alunos matriculados (SOUZA, 2016, p.31).

Na pós graduação.

Entre 2004 e 2014, houve um crescimento de mais de 100%, passando de 17 cursos oferecidos na modalidade *stricto sensu* para mestrado e doutorado em 2004, para 41 em 2014. Hoje, a UFRRJ tem cerca de 2.000 alunos matriculados em seus 41 cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Portal UFRRJ. Institucional .A Rural Hoje).

A UFRRJ faz parte do Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ) oferecendo meu primeiro curso no ano de 2007. Atualmente, dispõe de dois cursos de graduação: administração, em forma de bacharelado com 711 vagas por semestre e Turismo, sendo licenciatura com 205 vagas por semestre, obtendo como total de 916 vaga por semestre.

---

<sup>18</sup> Aquino e Borges, em seu artigo : Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias, discutem com mais detalhes e informação sobre esta política. É notório ressaltar que o REUNI possibilitou uma expansão e democratização da UFRRJ. Entretanto, os interesses dos financiadores dessa expansão, o Banco Mundial principalmente, retrata e reforça as políticas neoliberais, como os autores aqui citados afirmam. Desse modo, o REUNI é um programa de reforma das IFES, acoplado a um conjunto de financiamento para aquelas universidades que a ele aderirem. O conjunto de condições é um meio de estimular a competição e a concorrência entre as universidades. Assim, podemos dizer que se trata de uma competição de regularidade e de busca de identidade ao modelo sugerido pelo MEC (...). É inegável que houve um crescimento considerável do acesso das pessoas na conquista de uma vaga na universidade. Contudo, a expansão de vagas só representará democratização do acesso quando houver um investimento do país, de fato, na Educação Superior. Quando as universidades tiverem autonomia financeira o suficiente para expandir vagas, criar cursos de qualidade, com professores bem qualificados, infraestrutura adequada, currículos inovadores e condições de oferecer ensino de boa qualidade, pesquisa para a produção de conhecimentos novos e extensão universitária. Só, assim, será possível formar egressos dos cursos de graduação com conhecimentos na área de formação, com autonomia de pensamento, habilidade para resolver problemas, liderança e capacidade para tomar decisões, enfim, com uma nova consciência social (p. 18-21).

Em 2010, a UFFRJ passou a adotar o Sistema de Seleção Unificada – SISU, no qual utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM como classificação para o acesso à educação superior e passou a utilizar a reserva de vagas como política afirmativa. Tais ações buscou democratizar o acesso, visto quem ingressa nas universidades públicas eram e em sua maioria, estudantes com melhores condições socioeconômicas, e as ações afirmativas foram necessárias para que este acesso alcancem a diversos tipos de estudantes, independentemente o seu poder socioeconômico. Com isso em 2012 é aprovada a implantação, a partir de 2013, da Lei das Cotas nas universidades federais, com previsão de reserva de no mínimo 50% das vagas, até 2016, para estudantes oriundos das escolas públicas de ensino médio

(...)O sistema de cotas afirmativas definido pela Lei no 12.711/2012 e regulamentado pelo Decreto no 7.824/2012, é uma modalidade de seleção que visa a reservar parte das vagas das universidades federais para grupos considerados vulneráveis socialmente a discriminações. No caso brasileiro os grupos acolhidos pelas políticas de ações afirmativas foram os estudantes oriundos de escolas públicas, com reserva específica para pretos, pardos e indígenas (SANTOS, 2016, p.110).

Dessa forma, percebemos como a UFRRJ evolui ao longo do tempo, saindo de uma universidade agrícola para uma com diversos campos do saber, buscando aumentar e diversificar o seu público.

## **CAPÍTULO 2: DE INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR PARA CAMPUS NOVA IGUAÇU: HISTÓRIA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Neste capítulo, buscaremos dissertar sobre como ocorreu a criação do Instituto Multidisciplinar que, posteriormente, passou a ser o Campus Nova Iguaçu, pertencente à Universidade federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Este breve contexto histórico se faz necessário para a compreensão da gênese da instituição aqui estudada e busca respostas para as seguintes indagações: Quais foram os motivos e os objetivos de se ter um espaço físico que propõe ensino, pesquisa e extensão, tripé exigido para caracterizar como uma universidade, em Nova Iguaçu, local escolhido para a implementação dessa unidade?

Antes mesmo de começar a retratar o processo para a instauração da UFRRJ. Campus Nova Iguaçu, é necessário informar que outras tentativas para a implementação de uma Universidade Pública na Baixada Fluminense foram aventadas e até mesmo um projeto de lei foi aprovado. Em 1970, o então senador Vasconcelos Torres<sup>19</sup>, criou o Projeto de Lei do Senado n° 49, de 1970, com o objetivo de criação da Universidade Federal da Baixada Fluminense, compreendendo os municípios de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Itaguaí e Magé. As informações de tramitação encontram-se no site do Senado Federal, O Projeto foi arquivado em 1972.

Em 2004, houve uma nova tentativa de criação de uma universidade na baixada. O então deputado federal DR Heleno<sup>20</sup> do PP/RJ, através do projeto de lei 4104/2004. A última tramitação foi em 28 de fevereiro de 2008. O mesmo foi arquivado através do Memorando n.º

---

<sup>19</sup> João Batista de Vasconcelos Torres nasceu em Campos (RJ) no dia 2 de abril de 1920, filho de Rosalvo Martins Torres e de Zélia Vasconcelos Rosa Torres. Realizou o curso primário no Colégio Brasil, em Niterói, então capital do estado do Rio de Janeiro, e o secundário no Instituto de Educação da mesma cidade... Em 1944 bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Niterói...eleito para dep. fed. RJ 1959-1963 pelo Partido Social Democrático (PSD) e e sen. RJ 1963-1979 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 25 de setembro de 1982. Fonte: CPDOC/FGV. Disponível em <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-batista-de-vasconcelos-torres> Acesso em 02 de abril de 2020

<sup>20</sup> Heleno Augusto de Lima nasceu na cidade de Campina Grande (PB) no dia 25 de abril de 1940, filho de Sebastião Gonçalves de Lima e de Maria Augusta de Lima. Foi vice-presidente da União Caxiense de Estudantes (UCE) de 1960 a 1962, diretor da Associação Comercial e Industrial de Duque de Caxias de 1968 a 1974, e fundou o Rotary Clube Nilo Peçanha em 1969. Formou-se técnico em contabilidade no Colégio Duque de Caxias em 1971 e bacharelou-se em direito na Universidade Gama Filho (UGF), no Rio de Janeiro, em 1976... Em outubro de 1998 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro na legenda do PSDB com 139.219 votos... No pleito de outubro de 2002 foi reeleito deputado federal com 68.336 votos. Assumiu o novo mandato em fevereiro de 2003 e ainda nesse ano ingressou no Partido Progressista (PP)... Em outubro de 2006, disputou a reeleição na legenda do PSC e obteve uma suplência. Deixou a Câmara ao final do mandato, em janeiro de 2007. Fonte: CPDOC/FGV. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/heleno-augusto-de-lima> Acesso em 02 de abril de 2020.

32/08 – COPER. A proposta inicial era a criação da Universidade Federal da Baixada Fluminense – UNIBAF, com sede no município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro. Toda proposição está disponível no site da Câmara de Deputados Federais, trazendo os objetivos e a justificativa de implementação da mesma. Em sua justificativa retrata objetivamente a Baixada Fluminense com suas magnitudes econômicas, territoriais, políticas e sociais, e assim reconhecendo as demandas desta localidade desejou organizar suas ofertas de ensino em três centros:

A base universitária da UNIBAF deverá ser calcada em três centros, que traduza, fielmente suas características estratégicas: Centro de Alta Tecnologia voltado exclusivamente para a Indústria, Centro Integrado de Educação e Centro de Ciências Sociais. (PROJETO DE LEI N.º 4.104-B, 2005, p.5).

As informações citadas, acima, vêm para informar e reforçar que houve outras tentativas para que fosse instalada uma universidade pública nesta localidade. Entretanto, tal êxito somente aconteceu, posteriormente, por outro viés que ainda será aprofundado mais à frente. Os motivos pelos quais as tentativas anteriores não foram adiante não serão exploradas por essa narrativa. No entanto, se faz pertinente demonstrar que esta é uma grande possibilidade de futuras pesquisas principalmente para a história da educação dessa localidade.

## **2.1. A Universidade Pública da Baixada Fluminense**

O início do Campus Nova Iguaçu apresenta semelhanças com o da UFRRJ. Ambos passaram por mudanças de endereço, até por fim chegarem ao seu campus oficial e definitivo devido a dificuldades financeiras e demora na construção dos prédios. Contando muitas vezes com o bom senso dos/as professores/as, por ter péssimas condições de trabalho, pois não se tinha uma estrutura adequada para o desenvolvimento de ensino e pesquisa, prejudicando também a extensão, funcionando em locais provisórios.

O Instituto Multidisciplinar (IM) foi fruto de luta dos cidadãos iguaçuanos, representados através da sociedade civil (vereadores, presidentes de associação de moradores, profissionais da educação dentre outros) em busca de ter uma instituição pública de ensino superior. A partir deste movimento, foram realizados debates e discussões em diversas instâncias, com isso conseguiram a criação do Fórum pela Universidade Pública na Baixada Fluminense, com moradores, políticos, docentes de universidades públicas, técnicos administrativos, sendo este fórum, fruto da Escola do Governo da Baixada Fluminense (EGBF).

**Imagem 1-** Abaixo-assinado para a conquista de uma Universidade Pública na Baixada Fluminense.



Fonte: UFRRJ-Campus Nova Iguaçu

A EGBF foi instituída em 2002, por técnicos/as e professores/as de várias instituições do Rio de Janeiro, buscando ter na baixada: ensino, pesquisa e extensão. Sendo, dessa forma, a gênese para se ter um núcleo na baixada. A Universidade Federal Fluminense (UFF), foi fundamental para que este embrião começasse, sendo ela a promover um programa de extensão juntamente com instituições e entidades. (2006, p 13).

Seu financiamento deu-se pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), concedendo dessa forma bolsas para professores. Por ter como objetivo as demandas locais, percebeu-se a necessidade de oferecer qualificações tanto em nível médio como superior na área de Gestão Pública, buscando objetivar o ensino crítico e consciente do seu desempenho profissional (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Projeto Político Pedagógico do instituto Multidisciplinar - UFRRJ/PPP do IM, 2006, p 14).

O objetivo era qualificar profissionais para o desempenho consciente e crítico de suas funções, bem como para enfrentar dilemas resultantes de suas atividades e para contribuir, na condição de atores, para mudanças e processos de renovação e democratização da gestão pública. Seu público inicial foi constituído por servidores/as públicos, lideranças políticas e comunitárias, professores/as de ensino médio, quadros técnicos e executivos de prefeituras de municípios da baixada fluminense. UFRRJ/PPP do IM (2006, p 14). Promovendo formações e qualificações, como também treinamentos e capacitação. Nova Iguaçu e São João de Meriti

receberam o curso de Ciências Sociais além de outras atividades acadêmicas e de qualificação profissional. Alcançou o público de 280 alunos e como garantia de qualidade exigia mestrado e/ou doutorado para os/as professores/as que fossem ministrar os cursos ou coordenar os núcleos de pesquisa.

A EGBFF buscava-se sempre ter o diálogo com a comunidade local e que a mesma estivesse em todo processo de construção baseado nas necessidades da mesma. Esse diálogo foi feito com o auxílio de seminários e, assim, três eixos foram escolhidos:

1. Formação acadêmica em vários níveis, sempre norteada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Assim, este eixo atenderia a demandas de formação de quadros técnicos e lideranças e também de desenvolvimento acadêmico em sentido mais estrito.
2. Assistência ou suporte técnico. Nesta vertente, a escola de governo desenvolveria bases de dados, prestaria consultorias, ofereceria cursos eventuais e específicos com objetivos e duração limitados, conceberia projetos e apoiaria equipes técnicas, voltados a demandas pontuais das comunidades.
3. Cooperação técnica e estímulo de parcerias. A escola de governo constituiria linhas de pesquisa mais abrangentes e estruturadas, de médio e longo prazo, que proporcionassem e estimulassem o intercâmbio de experiências e o fomento à pesquisa, em parceria com diversas entidades e instituições, do país e do exterior (UFRRJ/PPP do IM, 2006, p.15).

O referido projeto proporcionou uma interlocução na Baixada Fluminense, demonstrando assim ser um espaço de construção de conhecimento, seja ele para a baixada ou para outros locais, promovendo uma educação crítica e consciente de sua realidade. E a partir dessa experiência, da Escola do Governo da Baixada Fluminense, nasceu o Fórum pela Universidade Pública da Baixada Fluminense em 2003, com sua sede na câmara de vereadores de Nova Iguaçu. O Fórum era composto por líderes comunitários, alunos/as, professores/as, membros da EGBF, tendo como liderança os vereadores da cidade iguaçuana.

Neste espaço concentravam-se as reuniões, audiências públicas, abaixo-assinados, tendo como coordenador o vereador de Nova Iguaçu, Carlos Ferreira, mais conhecido como “Ferrerinha do PT”<sup>21</sup>. O local estabelecido para o acontecimento desse fórum foi a câmara de vereadores de Nova Iguaçu com a realização de reuniões e audiências públicas que possibilitaram um encaminhamento para o MEC com milhares de assinaturas, solicitando a criação de uma instituição pública de ensino superior no local.

A luta pela democratização do acesso ao ensino superior público provocou mobilização popular organizada por lideranças comunitárias, e posteriormente encampada pela câmara de vereadores, pela criação de uma

---

<sup>21</sup> Souza (2016) fez o seguinte comentário sobre Ferrerinha: ‘Ressalto a importância do mesmo, sendo a pessoa que buscou articular com a população esse assunto para a sociedade local. O Fórum, posteriormente coordenado pelo vereador do município Carlos Ferreira, o “Ferrerinha do PT”, atuou na mobilização da população da região debatendo o assunto em várias audiências públicas’.

universidade pública em Nova Iguaçu, que originou o fórum pela universidade pública da baixada fluminense (PAULA, 2014, p.30).

Assim, nasceu um consórcio entre Instituições Federais, UFF, CEFET-RJ E UFRRJ no ano de 2004. O então deputado federal, Lindbergh Farias<sup>22</sup>, a partir de uma emenda realizada por ele, conseguiu recursos financeiros para a criação desse consórcio, e, desta forma, surgiu a Universidade Pública da Baixada (UPB). Foram criados três cursos de graduação: Engenharia de Automação, curso noturno, gestão e localidade no CEFET.NI;<sup>23</sup> Administração, curso noturno, gestão UFRRJ, funcionava no prédio do CEFET.NI, e Economia, diurno, gestão da UFF, funcionava no Centro de Direitos Humanos na Diocese de Nova Iguaçu.

A forma de ingresso dava-se pelo vestibular de forma integrada pelas três instituições. No entanto, as condições de funcionamento eram precárias. Nota-se que este não foi o melhor começo para uma Universidade, em vista da falta de espaço físico para a mesma, além de não possuir uma gestão única e ter que trabalhar com improvisos. Em decorrência de tantas demandas, a UPB foi substituída pela Unidade Multidisciplinar da UFRRJ em Nova Iguaçu, tal fato aconteceu no ano de 2005. Esse acontecimento somente ocorreu em decorrência da Política de Expansão do Ensino Superior Público proporcionado pelo MEC no então governo Lula.

A UPB nasceu em um formato de oferta de vagas, marcadamente provisórios e instáveis, sem instalações, corpo docente técnicos próprios, as turmas “fora de sede” de cursos já ofertados pelas três instituições funcionavam com os docentes recebendo uma bolsa mensal para ministrar as aulas. Esta experiência obviamente não poderia perdurar, sendo substituída em 2005, pela criação da Unidade Multidisciplinar da UFRRJ em Nova Iguaçu, com implementação pelo MEC do Programa de Expansão das Instituições Federais do Ensino Superior (PAULA, 2014, p. 31).

---

<sup>22</sup> Lindbergh Farias nasceu em João Pessoa, Paraíba em 08 de dezembro de 1969, cursou medicina pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), época em que começou sua trajetória política como militante do PCdoB, mudou-se para o Rio de Janeiro, e neste momento ingressou na União Nacional dos Estudantes (UNE) como secretário-geral. Já no ano seguinte, liderou os caras pintadas na posição de presidente da UNE, movimento este que ajudou o impeachment do então presidente da República Fernando Collor de Mello. Em 1994, com 24 anos foi eleito deputado federal pelo PCdoB. 1996 ocupa a presidência nacional da União da Juventude Socialista (UJS), e em 1997 ingressou no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Em 2001, filiou-se ao Partido Trabalhadores(PT), convite feito por Luiz Inácio Lula da Silva, conseguindo em 2002 ser eleito deputado federal novamente. No ano de 2004 foi eleito prefeito de Nova Iguaçu com 83 mil votos, e reeleito em 2008. 2010 conseguiu ser eleito como senador do Rio de Janeiro na posição de primeiro lugar, esta foi a última vez que o político conseguiu ser eleito para algum cargo. Partido dos Trabalhadores. Lindbergh Farias. Disponível em :<https://pt.org.br/lindbergh-farias> Acesso em: 04 de abril de 2019

<sup>23</sup> O CEFET.NI localiza-se na Estrada de Adrianópolis, 1.317 - Santa Rita – Nova Iguaçu/RJCEP: 26041. CAMPUS NOVA IGUAÇU. Disponível em: <<http://www.cefet-rj.br/index.php/campus-nova-iguacu-contato/172-campus-nova-iguacu>>

O anseio da população por uma Instituição de Ensino Superior pública foi fundamental para criação da Unidade Multidisciplinar. O Fórum proporcionou a constituição de uma universidade. Podemos fazer algumas ressalvas em relação às demandas, mas em pleno coração da Baixada Fluminense a população local estava podendo ter acesso a uma universidade pública, algo tão almejado e distante. Souza em sua dissertação de mestrado, 2015, retrata a relevância dessa universidade e a necessidade de instalação em Nova Iguaçu, uma unidade de Ensino Superior. Neste contexto, nasceu o Instituto Multidisciplinar, assim intitulado pela UFRRJ.

Mas pode-se afirmar que o trabalho desse fórum democrático influenciou diretamente a criação da UPB e, posteriormente, a implantação do instituto multidisciplinar da UFRRJ, que se autodenomina herdeiro dos anseios da população por uma instituição pública de nível superior que atendesse às suas necessidades loco regionais, sendo este um processo inédito na história da universidade brasileira (SOUZA, p. 39).

## **2.2 O Instituto Multidisciplinar- IM**

Como vimos o Instituto Multidisciplinar (IM), futuro Campus Nova Iguaçu, foi fruto de muita luta popular, envolvendo vários atores locais, tanto iguaçuana como outros atores que abraçaram essa causa. A junção desses fatores permitiu a criação do IM: o fim da UPB e, por conseguinte, o término do consórcio<sup>24</sup> UFRRJ, UFF e CEFET.RJ, a manifestação do governo federal<sup>25</sup> em instalar uma Universidade na Baixada Fluminense e a disposição da UFRRJ em se expandir.<sup>26</sup> A UFRRJ adotou como estratégia a demonstração do quanto ter um Campus em Nova Iguaçu impactaria não somente a academia, mas também toda aquela comunidade da Baixada Fluminense. Reiterando, assim, o seu interesse em atender as demandas de formação profissional e científica local, juntamente com o desenvolvimento sócio-econômico-cultural dos municípios que abrangem a Baixada Fluminense, ou seja, produzir resultados locais e regionais. E, neste momento, a UFRRJ criou o Projeto de Implantação do Campus da UFRRJ em Nova Iguaçu (PICNIG), projeto que previa o lugar para a construção do campus, com ‘dotação orçamentária para construção e implantação da unidade, liberação de novas vagas docentes e de técnicos administrativos para realização de

---

<sup>24</sup>Com o fim do consórcio, coube ao IM apoiar os estudantes do curso de Ciências Econômicas da UFF que estudavam através do consórcio a ministrar disciplinas que faltavam, o apoio foi necessário até o ano de 2007 quando o curso voltou para Niterói.

<sup>25</sup>No ano de 2004 começou a se implementar no Brasil a política pública de ensino superior que aumentou o investimento e promoveu a expansão e interiorização das Universidades Federais. Como parte desta expansão, a região da Baixada Fluminense foi escolhida para abrigar o primeiro campus universitário no estado do Rio de Janeiro, como projeto de desenvolvimento social (SOUZA, 2016, p.36).

<sup>26</sup>Deliberação Nº 32, de 20 de junho de 2005.

concurso público, abertura de concurso vestibular”. p.16. Primeiramente, o MEC outorgou o desejo da UFRRJ em ser uma universidade multicampi (é necessário lembrar, ser também uma meta do próprio MEC a expansão da IFES.) Como consequência da aceitação a Universidade teve que se apressar para efetuar as demandas exigidas pelo MEC para assim tornar-se empiricamente um IFES multicampi.

Então o governo federal concedeu à UFRJ a administração do pólo universitário em Nova Iguaçu revelado no ofício no 2292/2005 MEC/SESU/DEDES, de 12 de abril de 2005, atendendo ao protocolo de intenções assumido por esta universidade, sua sintonia com as políticas do governo e seu contexto histórico propício à expansão, cerca de um mês após o novo reitor ser empossado (SOUZA,2016,p.41).

A UFRRJ contava com uma nova reitoria<sup>27</sup> e, em caráter de urgência, essa gestão teve que elaborar o projeto retratado acima, PICNIG. Para conseguir a implementação do IM uma comissão<sup>28</sup> foi criada e de forma eficiente conduziu os processos necessários para a implementação do IM. Paula<sup>29</sup> aponta as atribuições de cada integrante dessa comissão:

Cada membro dessa comissão tinha uma atribuição diferenciada, um sendo responsável pelo contato junto ao MEC para o atendimento às exigências administrativos-burocráticas para a liberação orçamentária requeridas pela implantação, outro elaborando o projeto arquitetônico do novo campus e acompanhando os processos licitatórios para as obras e o terceiro membro, no caso eu, responsável pelo projeto pedagógico da nova unidade (2014. p.33).

Com a necessidade de entregar mais dois projetos necessários: o Projeto Político Pedagógico e o Projeto Arquitetônico, múltiplas frentes foram abertas. Uma delas foi a definição do local físico do IM.

O projeto arquitetônico das instalações físicas do IM campus da UFRRJ-Nova Iguaçu inicial previa um orçamento preliminar de construção de R\$ 13.256.000,00 (treze milhões e duzentos e cinquenta e seis mil reais). As instalações físicas ocuparam a área de 35 mil metros quadrados na rua governador Roberto Silveira, sem número, entre o Aeroclub de Nova Iguaçu e a Rodovia Presidente Dutra, conforme previsto na proposta original (SOUZA, 2016, p. 47).

---

<sup>27</sup> O prof<sup>o</sup> Ricardo Miranda assumiu a reitoria em 9 de março de 2005, sua vice era a professora Ana Maria Dantas Soares, juntos permaneceram na reitoria até 09 de março de 2009.

<sup>28</sup> Portaria 492/GR de 17/06/2005, que instituiu Comissão composta por Aloísio Jorge de Jesus Monteiro, Edmundo Henrique Ventura Rodrigues e Lucília Augusta Lino de Paula.

<sup>29</sup> Foi a primeira diretora do IM em decorrência das demandas administrativas-acadêmicas encontradas.

Entretanto, nessa mesma localidade, a prefeitura de Nova Iguaçu, tinha um projeto datado de 2004 para a realização de um polo esportivo<sup>30</sup>, de lazer, cultural e comércio, somando forças com a universidade. Ela seria a responsável em trazer a dimensão educacional. Souza afirma que “geralmente, os programas e projetos que se dedicam às áreas periféricas estipulam como vias de inclusão social ações de esporte e lazer ou técnica, desprezando a opção acadêmica, que foi priorizada neste projeto”. (2015, p.47), enfatizando a importância dessa instituição para a comunidade.

No período de maio e junho de 2005 foi realizada uma pesquisa<sup>31</sup> com 18 escolas estaduais de Nova Iguaçu para levantamento das demandas dos cursos a serem criados, como aponta Paula, também coordenadora da pesquisa foram registrados 2.575 questionários respondidos que auxiliaram na escolha dos cursos a serem criados. Uma outra ferramenta para a escolha dos cursos aconteceu de forma concomitante “ (...) a busca de dados censitários e os estudos junto à secretaria municipal de educação da cidade de Nova Iguaçu quanto às necessidades de formação da população” (2014. p.47). Uma demanda apontada foi a necessidade de oferta de cursos na área de formação de professores, para assim conseguir uma elevação da qualidade do ensino escolar oferecido na Baixada Fluminense. Em sequência, seis cursos foram aprovados em reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, de 12 e 14 de julho de 2005. O CEPE criou os cursos de administração, pedagogia, ciências econômicas, matemática, hotelaria e turismo, em 12 de julho, aos quais foi acrescentado o curso de história, em 14 de julho de 2005. Poucos dias depois foi aprovada a criação do Instituto Multidisciplinar em reunião do Conselho Universitário (CONSU), realizada em 20 de julho de 2005<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> Inaugurado no dia 15 de janeiro de 2015, data em que Nova Iguaçu completou 182 anos, o Centro Olímpico conta com a única piscina com gestão municipal da Baixada Fluminense. O espaço oferece aulas de natação para bebês e até a terceira idade, hidroginástica, futebol de campo, além de possuir uma piscina semi-olímpica, de 25 metros. Disponível em: <[https://odia.ig.com.br/\\_conteudo/odiabaixada/2015-02-24/centro-olimpico-de-nova-iguacu-tem-150-vagas-para-natacao-e-hidroginastica.html](https://odia.ig.com.br/_conteudo/odiabaixada/2015-02-24/centro-olimpico-de-nova-iguacu-tem-150-vagas-para-natacao-e-hidroginastica.html)>

<sup>31</sup> Souza (2015, p. 47) “afirma que a pesquisa contou com uma equipe de dez bolsistas da Instituição, sendo que vários deles se tornaram os primeiros bolsistas de Iniciação Científica do IM, visto que os estudantes do IM que ingressaram em 2006 não podiam concorrer às bolsas do Edital 2006”. Paula, coordenadora dessa pesquisa, retrata que a mesma ocorreu em 18 escolas da rede pública estadual (a única escola técnica estadual do município, 2 escolas, 4 CIEPs e 11 colégios estaduais) que representam escolas de pequeno, médio e grande porte da rede estadual, selecionadas do total de 56 escolas localizadas em Nova Iguaçu, abrangendo uma vasta área geográfica, composta por diversos bairros” (PAULA, 2014, p.37).

<sup>32</sup> CURSOS E DELIBERAÇÕES: Administração bacharelado- Deliberação CONSU nº 33/2005, Portaria nº 737/2013. Turismo e hotelaria bacharelado- Deliberação CONSU nº 36/2005, Portaria nº 488/2011. Ciências Econômicas bacharelado - Deliberação CONSU nº 34/2005, Portaria nº 485/2011. Pedagogia licenciatura- Deliberação CONSU nº 38/2005, Portaria nº 1.879/2010. História licenciatura- Deliberação CONSU nº 37/2005, Portaria nº 493/2011. Matemática Bacharelado/Licenciatura- Deliberação CONSU nº 35/2005, Portaria nº 496/2011.

Para chegar à implementação dos seis cursos citados foi necessário o apoio do Instituto de Educação<sup>33</sup>, especificamente do Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino (DTPE), no qual os docentes ficaram com incumbência de assessorar a formatação do processo pedagógico através de uma comissão<sup>34</sup> que foi instaurada. A comissão era composta por um/a docente para cada linha de conhecimento, totalizando 06 docentes. A professora Lucília de Paula era presidente dessa comissão. Essa comissão também trabalhou na elaboração do edital dos docentes para o IM, assim como na banca examinadora para a escolha dos professores.

Os cursos foram criados sem um Projeto Político Pedagógico, sendo a comissão instada a elaborar um anteprojeto Político Pedagógico do próprio IM (PPP-IM), abrangendo um projeto inicial<sup>35</sup> de todos os cursos, deixando como tarefa para já consolidado IM, através do seu corpo acadêmico, a realização do Projeto Político Pedagógico de cada curso.

A Deliberação nº 04, de 30 de março de 2006 apontou como os cursos deveriam ser organizados. Nela está exposto o Projeto Político Pedagógico que norteou todos os cursos. Indicou a organização inicial necessária ao funcionamento do novo Instituto da UFRRJ que foi posteriormente discutido e aprimorado pelos seus estudantes, professores/as e técnico-administrativos que juntos estenderão o debate à comunidade local e, assim, construindo coletivamente o Projeto Político Pedagógico (PPP) definitivo da unidade e os respectivos projetos pedagógicos de cada curso.

A proposta aprovada pelo CONSU, anteriormente aprovada pelo CEPE, acrescenta à carga horária das disciplinas as atividades complementares realizadas pelos educandos: exigência do estágio curricular e trabalho de conclusão de curso, a articulação crucial entre

---

<sup>33</sup> O Instituto de Educação e Ciências Sociais foi criado em outubro de 1969, posteriormente, desmembrado em dois: Instituto de Educação (IE) e Instituto de Ciência Humanas e Sociais (ICHS), quando aprovado no Estatuto, em 1972. Posteriormente, em 2005, estes dois institutos tiveram um papel importante na criação do campus Nova Iguaçu, devido à sua participação nos projetos iniciais dos cursos de Pedagogia (IE), Administração e Economia (SOUZA,2016,p. 13).

<sup>34</sup> Comissão encarregada de realizar estudos e propor o Projeto Pedagógico inicial para funcionamento da Unidade da UFRRJ em Nova Iguaçu, instalada pela Portaria nº 737/GR, de 5 de setembro de 2005. A Comissão foi composta pelos professores Luiz Carlos de Oliveira Lima, Marcelo Álvaro da Silva Macedo, Marcelo Dib Cruz, Margareth de Almeida Gonçalves, Nicéas Alencar da Silva e Lucília Augusta Lino de Paula, presidente. O Projeto contou com a colaboração dos professores Aloísio Jorge de Jesus Monteiro, Ana Maria Dantas Soares, Amparo Villa Cupollilo, Lana Claudia Souza Fonseca, Lia Maria Teixeira de Oliveira e Inês Emília Sarmiento Patrício. Na fase da pesquisa colaboraram Diana Veiga Mandelert, Tânia Ventura da Silva Bernardo dos Santos e os estudantes Amanda Moreira da Silva, Juliene Paes Leme de Oliveira, Paulo Tiago Neves dos Santos e Thaiane Cavalcanti Couto ( UFRRJ/PPP do IM,2006, p.2).

<sup>35</sup> Primeiramente, a comissão que obtinha seis integrantes de cada curso no qual cada integrante, pertencente a uma linha, estava com a responsabilidade de fazer um currículo inicial, sendo este posteriormente integrando ao PPP do IM (SOUZA,2016, p.46).

ensino, pesquisa e extensão, tendo como norteadores desse sistema a integração entre os cursos além da ênfase na dimensão humana e social na formação acadêmica proposta.

O IM nasceu com o objetivo de ser interdisciplinar. Almejando uma formação multidimensional os seis cursos foram ancorados por um eixo norteador permitindo ser um espaço múltiplo e com qualidade social. Dessa forma, sua configuração foi assentada num tripé: 1) eixo sócio antropológico; 2) eixo linguístico e 3) eixo tecnológico.<sup>36</sup>

Com o entusiasmo de ter uma Universidade Pública e Federal em pleno coração da Baixada Fluminense, um local como Nova Iguaçu de acentuada desigualdade social e outras mazelas em todos aspectos de uma sociedade, o IM através do seu primeiro PPP procurou traçar um currículo que discutisse a realidade loco- regional, e que a produção de conhecimento tivesse esses princípios de criticidade da realidade, e como estratégia traçou um eixo comum, compondo-se duas disciplinas obrigatórias, a serem abordadas nos seis cursos. Uma no primeiro período e a outra no segundo:

**QUADRO 1 - Disciplinas Obrigatórias em todos os cursos do IM**

1º período:	2º período:
Universidade, conhecimento e sociedade (IM-101)	Ética, cultura e cidadania (IM-102):
Carga horária: 60h	Carga horária: 60h
Total de créditos: 4	Total de créditos: 4

Fonte: UFRRJ/PPP do IM, 2006, p.23

Como se observa através dos nomes das disciplinas, compreende-se que exista, a partir delas, uma discussão interdisciplinar e transdisciplinar, tendo nos conhecimentos diversificados a base para o objetivo traçado. Conhecimentos de pontos de vista “sociológicos, antropológicos, históricos, políticos, filosóficos, psicológicos e educacionais sobre a realidade social brasileira com ênfase na transformação social.” p 24. Para concluir a formação profissional, os educandos teriam que completar, no mínimo 200 horas de atividades acadêmico-científico-culturais. Essas atividades ocorreriam de forma diversificada, abrangendo atividades culturais, acadêmicas e científicas e, além disso, o estímulo em participações em projetos de extensão e pesquisa, atividades inter-campi, participação em

<sup>36</sup> 1) Eixo Sócio-antropológico: Constituído pelas áreas de Sociologia, Filosofia, Ciência Política, Antropologia e Educação, objetiva discutir as questões relacionadas à sociedade, à universidade e à produção do conhecimento, garantindo, assim a construção de uma visão ampla, multi e interdisciplinar sobre a sociedade. 2) Eixo Linguístico: Constituído pelas áreas de Línguas Portuguesa e Estrangeira, objetiva estimular a produção textual dos alunos, bem como a aquisição de conhecimentos básicos de Línguas Estrangeiras, de forma a permitir a ampliação das bases comunicacionais. 3) Eixo Tecnológico: Constituído pelas áreas de Informática e Comunicação, objetiva preparar os alunos para sua relação com a Sociedade do conhecimento, através do acesso e domínio de Tecnologias da Informação (UFRRJ/PPP do IM, 2006, p23).

movimentos sociais. Todas essas ações seriam computadas na formação dos educandos, juntamente com o estágio obrigatório, cujo o total é de 400 horas, por cada curso, podendo ser feito a partir do quinto período.

Os docentes conjuntamente foram estimulados para que realizassem projetos de extensão e pesquisa, entrelaçados às realidades loco-regionais, buscando inserir os educandos. Todas essas diretrizes encontram-se no UFFRJ/PPP do IM de 2006:

Em síntese, o eixo comum que constitui a matriz curricular dos cursos do instituto multidisciplinar, se fundamenta na interdisciplinaridade, na relação teoria e prática, e em uma formação acadêmica-profissional com compromisso social. Assim, todos os cursos terão em seus currículos a transversalidade dos eixos acima mencionados (p.24).

Se faz necessário ressaltar ser este um PPP provisório, de caráter imediato, posteriormente sofrendo alterações de acordo com a comunidade acadêmica que constitui o próprio IM. A professora Lucília de Paula, como aqui já exposto das suas atribuições e responsabilidades no projeto de implementação do IM e a implantação em si, afirma a provisoriidade do PPP para que este somente viabilize e seja uma introdução da vida institucional do IM. Segundo Paula:

[...] A minha orientação, como presidente da referida comissão, era de que os projetos iniciais teriam um caráter provisório, para assegurar o protagonismo dos novos atores que adviriam dos concursos e do vestibular: os docentes, técnicos e estudantes (2014, p. 38).

Assim, o Instituto Multidisciplinar torna-se o 10º instituto da UFFRJ, mais uma das unidades universitárias coordenadas e integradas administrativamente, nas quais as atividades de ensino, pesquisa e extensão são desenvolvidas. Como os demais institutos foi estruturado da seguinte forma: conselho departamental, diretoria, secretaria administrativa e departamentos. O IM nasceu integrado às demais unidades acadêmico-administrativas da UFFRJ, isto é à reitoria, aos decanatos e demais institutos, além de outros órgãos. No PPP de 2006 (p. 12) estava prevista a criação de quatro departamentos:

- 1-DES - Departamento de Educação e Sociedade: engloba docentes que ministram sobre a formação geral; área: ciências sociais e humanas.<sup>37</sup>
- 2- DEH- Departamento de Economia e História: história e economia, além das obrigatórias de outros cursos.<sup>38</sup>

<sup>37</sup> Das primeiras 70 vagas docentes destinadas ao IM, 17 ficarão alocadas no DES, isto é aqueles professores que realizaram os concursos para a área de pedagogia (Currículo e pesquisa educacional, fundamentos da educação, filosofia da educação, educação infantil, gestão e planejamento educacional, psicologia da educação, história da educação), da psicologia das relações humanas e da sociologia (UFFRJ/PPP do IM, 2006, p.25).

<sup>38</sup> Das primeiras 70 vagas docentes, 17 ficarão alocados no DEH, isto é, aqueles que realizaram os concursos para a área de História (Antiga, Medieval, Contemporânea, da América, do Brasil, da África, Moderna, Teorias da História), para a área de Economia (Economia e Epistemologia e História do Pensamento Econômico) e Estatística.

3- DTA- Departamento de Turismo e Administração: docentes que ministram as áreas específicas dos cursos, turismo e administração, até mesmo as obrigatórias dos demais cursos.<sup>39</sup>

4- DTL- Departamento de Tecnologias e Linguagens- docentes que ministram as áreas específicas do curso de matemática. Até mesmo as obrigatórias dos demais cursos: administração e economia, as de educação matemática, física e computação, além da formação geral na área de direito, geografia, letras, antropologia e educação física. As atividades de laboratório, línguas estrangeiras, informática e produção de texto também estão sob a responsabilidade deste departamento.<sup>40</sup> Com o passar do tempo aumentaram os números de departamentos, assim como a formação deles.

O processo de escolha dos docentes ocorreu de maneira acelerada pela necessidade de implementação do IM. A comissão do UFRRJ/PPP do IM de 2006 também foi fundamental para a confecção do edital assim como a participação da banca examinadora, tendo o suporte do IE. Com imediata aprovação dos cursos e da unidade, ocorreu a necessidade de lançamento do edital para docentes, e tal certame aconteceu em julho de 2005. Foram ofertadas 35 vagas de docentes que abrangeriam 23 áreas de conhecimentos. Em dezembro, deu-se a primeira prova e no mês de março de 2006 as últimas.

### **2.3 A Implementação do Instituto Multidisciplinar. (IM)**

Os primeiros anos do IM foram de adaptações e instalações provisórias, para ter seu funcionamento imediato no primeiro semestre de 2006 traçou uma parceria com a prefeitura de Nova Iguaçu e obteve a cessão de salas do Colégio Municipal Monteiro Lobato para o funcionamento das primeiras turmas do IM, como também: salas para professores, laboratório de informática, instalação da biblioteca, e toda parte administrativa. Foi necessária a parceria haja vista que a obra do IM, não terminaria a tempo. No primeiro semestre de 2006, foram cedidas cinco salas para o técnico- administrativo e seis salas para as aulas. No segundo semestre foram necessárias mais quatro salas para aula, totalizando 10 salas. Em 2007, o IM utilizou todas as salas de aula do colégio, em horário noturno. Dessa maneira, o colégio tornava-se em universidade no seu horário noturno e com a utilização de todas as salas se tornou inviável a escola de ofertar vagas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nesse

---

<sup>39</sup> Das primeiras 70 vagas docentes, 18 ficarão alocados no DTA, isto é aqueles que realizaram os concursos para a área de Administração, Contabilidade, Turismo e Hotelaria (Hospitalidade e Alimentos e bebidas) e Ciência Política.

<sup>40</sup> Das primeiras 70 vagas docentes, 18 ficarão alocados no DTL, isto é, aqueles que realizaram os concursos para as áreas de Matemática, Computação (Ciências da Computação e Hardware), Física, Direito, Letras (Português, Espanhol e Inglês), Geografia, Educação Física e Antropologia.

período, sendo assim um transtorno para a mesma e uma perda para a comunidade como um todo, além do próprio IM não dispor de uma instalação própria.

A instalação provisória do instituto multidisciplinar em uma escola municipal, que durante o dia atendia crianças e adolescentes, e à noite se transformava em universidade, causava uma série de transtornos cotidianos, tolerados, pois julgados provisórios, enquanto as obras do campus definitivo não estivessem concluídas, o que em abril de 2006, se pensava ser possível no final de 2007 (PAULA, 2014, p. 36).

### **Imagem 2-** Colégio Municipal Monteiro Lobato



Fonte: UFRRJ-Campus Nova Iguaçu

### **Imagem 3-** Discentes do IM no Colégio Municipal Monteiro Lobato



Fonte: UFRRJ-Campus Nova Iguaçu

Em seu primeiro momento, como previsto no ANP, os cursos seriam oferecidos em horário noturno, tendo seu início a partir das 16h e terminando 22:20 h, com 50 minutos de duração a aula. As disciplinas obrigatórias somente teriam início às 18h.

**QUADRO 2-** quantitativo de vagas para o 1º e 2º semestres de 2006

1º semestre	2º semestre
Administração: 45 vagas	45 vagas
Economia: 45 vagas	45 vagas
Turismo e Hotelaria: 40 vagas	40 vagas
Matemática: 40 vagas	40 vagas
Pedagogia: 40 vagas	40 vagas
História: 40 vagas	40 vagas
Total: 250 vagas	Total: 250 vagas

Fonte: UFRRJ/PPP do IM, 2006, p.29.

O IM esteve em seus primeiros anos em situação de severa provisoriedade devido à demora de entrega da obra do campus. Isto dificultou o cotidiano de todos e todas que pertenciam à instituição, dessa maneira prejudicando um melhor desempenho, visto todo potencial que a mesma possuía. Mas mesmo com essa dificuldade, a instituição promovia de forma gradual uma elevada produção de pesquisa e extensão como também um ensino satisfatório.

Segundo Paula (2014, p.32), “A previsão inicial para a conclusão de obra era de 18 meses, porém os atrasos começaram já na fase de elaboração do projeto, prosseguiram no processo de licitação, concluído apenas em novembro de 2006, e quando as obras se iniciam em janeiro de 2007, condições climáticas- fortes chuvas- e a descoberta de lençol freático, que requer a instalação de estacas subterrâneas, altera o cronograma. A partir de 2008, se acentuam as dificuldades da empresa licitada em cumprir o cronograma, sendo o contrato cancelado em 2009, e a obra concluída por outra empresa, em regime de urgência”.

**Imagem 4-** Construção do IM



Fonte: UFRRJ-Campus Nova Iguaçu

O impacto do IM sobre o quantitativo de ofertas de vagas até então oferecidas pela UFRRJ foi imenso. Em seu primeiro processo de seleção ofertou 500 vagas, quantitativo que representa quase um-terço ( $\frac{1}{3}$ ) do total que a UFRRJ estava ofertando em sua sede, cujo o total era de 1.540 vagas, ampliando significativamente o acesso promovido por essa instituição.

A data de 17 de abril de 2006 é histórica para a instituição, pois foi nessa data que ocorreu a aula inaugural, no Colégio Monteiro Lobato. A inauguração do atual local do campus aconteceu em 2010 com apenas oito professores empossados<sup>41</sup> e sete técnicos-administrativos. O local para a realização da primeira aula na história do IM, foi a Vila Olímpica de Nova Iguaçu, ao lado do colégio Monteiro Lobato.

<sup>41</sup> Os três primeiros professores empossados no IM foram Gabriela Rizo, Neide Sampaio Ruffeil e Pedro Hussak van Velthen Ramos, empossados em 10 de abril. Em seguida, na data de 12 de abril tomaram posse Ana Lucia Martins e Alexandre Fortes. No dia seguinte, Aquiles Braga de Queiroz. Uma semana depois, mais 11 docentes foram empossados: Adrianno Oliveira Rodrigues, Aristóteles de Paula Berino, Eduardo da Costa Ramos, Elena Soihet, José dos Santos Souza, Laura Delgado Mendes, Leila Dupret Machado, Orlando dos Santos Pereira,

Segundo Souza (2016), foi uma ocasião especial para a região, por ter a presença vários representantes da esfera política local, juntamente com as autoridades acadêmicas da Rural. Desta forma, teve início o IM. O nome dado a este momento histórico foi: “Universidade, Sociedade e Formação Profissional: inclusão social e desenvolvimento sustentável”, informação dada pelo autor:

A inauguração se tornou um evento na região, com apresentação do coral da UFRRJ e aula magna intitulada “Universidade, Sociedade e Formação Profissional: inclusão social e desenvolvimento sustentável”. Das 158 pessoas presentes, muitas autoridades e/ou seus representantes como: Lindbergh Farias, prefeito de Nova Iguaçu; Taffarel (vereador de Mesquita); representantes das secretarias de educação, juventude e esporte da prefeitura de Nova Iguaçu; representantes da câmara municipal de Nova Iguaçu; representantes da prefeitura de Seropédica; diretoras do colégio municipal Monteiro Lobato; além das autoridades acadêmicas da UFFRJ, como o reitor Ricardo Motta Miranda, pró-reitores e diversos diretores (2016,p.51).

Os docentes, muitos ainda não empossados, de forma voluntária começaram a ministrar as aulas com a grade do primeiro período aprovada. Ainda no primeiro semestre foram escolhidos os primeiros coordenadores dos cursos que passaram a integrar o Conselho Departamental de Unidade com representantes de todos os atores acadêmicos. O Conselho Departamental de Unidade elaborou e enviou seis projetos para a aprovação do CEPE.

Entre as primeiras medidas tomadas a partir da chegada dos docentes foi a criação de um colegiado pleno do IM, composto por todos os professores empossados, que funcionou até a implantação do conselho departamental provisório, composto pelos coordenadores dos cursos, representantes docentes e estudantis (...) desde a primeira reunião havia um representante dos servidores técnicos- administrativos (PAULA, 2014. p.37).

Paula afirmou que este momento houve uma dinâmica interessante, com diversos questionamentos, um deles foi a sugestão dos/as docentes para criarem um Fórum Pedagógico, com encontro semanal, com objetivo de discutir as questões pedagógicas do IM. Outra situação foi um apontamento de ‘reformular circular’, no qual as discussões davam-se de dinâmica intensa e apaixonante, retratada pela mesma com um marco do IM, destacando mais o Colegiado do curso de Pedagogia, na figura do seu primeiro coordenador: José dos Santos Souza.

Com o caráter de urgência, os colegiados se apressaram em formular seus PPP’s, pois o intuito era que, no segundo semestre daquele mesmo ano, estivessem embasados pelos PPPs

---

Roberta Maria Lobo da Silva, Stela Luiza de Mattos Ansanelli e Susana Iglesias Webering. O mês de abril terminou com 23 professores/as, sendo os professores Brígida A. Sartini, Cesar Claudio Gordon Junior, Leandro Nascimento Brito e Roberto de Souza Rodrigues os quatros restantes desse mês (SOUZA, 2016, p.51).

criados pelos seus colegiados com reformulações feitas por todos os cursos em relação ao projeto inicial. Algo polêmico em relação aos colegiados pois mesmos os de cursos existentes na UFRRJ/Seropédica, como Ciências Econômicas, Administração e as licenciaturas de História e Matemática, que sofreram alterações Ou seja, na mesma instituição, teríamos currículos e propostas de cursos bastante diferentes sendo eles o mesmo curso. Um exemplo de mudança foi o curso de Hotelaria e Turismo, mudando o nome somente para Turismo e, por conseguinte, a sua estrutura.

O PPP do curso de Pedagogia foi bastante elogiado pelo CEPE, sendo apontado pelo próprio conselho como um exemplo de PPP a ser seguido. Segundo Paula (2014, p. 38),

O professor José dos Santos Souza fez uma exposição breve sobre a discussão do PPP de Pedagogia no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), informou as alterações sugeridas e incorporadas ao PPP...o professor encerrou a exposição com a informação de que o PPP do curso foi elogiado pelos membros do CEPE, recebeu destaque pela qualidade do documento e foi indicado como exemplo para os futuros projetos a serem apresentados ao CEPE.

E dentre essas diversas formações, situações e acontecimentos as convocações dos docentes continuavam, entre maio e junho mais docentes foram empossados<sup>42</sup>, perfazendo um total de 35 docentes nesse primeiro semestre. Os concursos continuam para professores/as, a fim de obter os preenchimentos das 70 vagas de docentes apontadas do ante PPP de 2006, conseguindo êxito no final do ano de 2006. Neste mesmo ano, o Instituto obteve um total de 22 técnicos administrativos. Portanto, o ano de 2006 foi o de consolidação, solidificação, descobertas e reestruturação do IM. Buscando ter uma identidade através da comunidade acadêmica estabilidade e revendo suas verdadeiras demandas.

Uma dessas demandas era a construção do campus, algo que aconteceu somente em 2010<sup>43</sup>. Com a demora da entrega do campus, os transtornos pela ausência de espaço só aumentavam, a cada ano a universidade recebia mais 500 educandos, logo, o espaço cedido pelo Colégio Monteiro Lobato não atendia a demanda. Assim, mais um espaço foi alugado, com a autorização da parte administrativa superior da UFRRJ. Tal espaço foi o prédio da diocese de Nova Iguaçu, situado à rua Capitão Chaves, nº 60, para aulas, ampliando a quantidade de lugares provisórios para dois. O benefício da diocese era que nesta podia ter oferta de cursos e aulas matutinas. Para o ano de 2009 ocorreu a necessidade de alugar mais um espaço. O colégio privado Leopoldo foi a terceira instituição alugada para viabilizar o

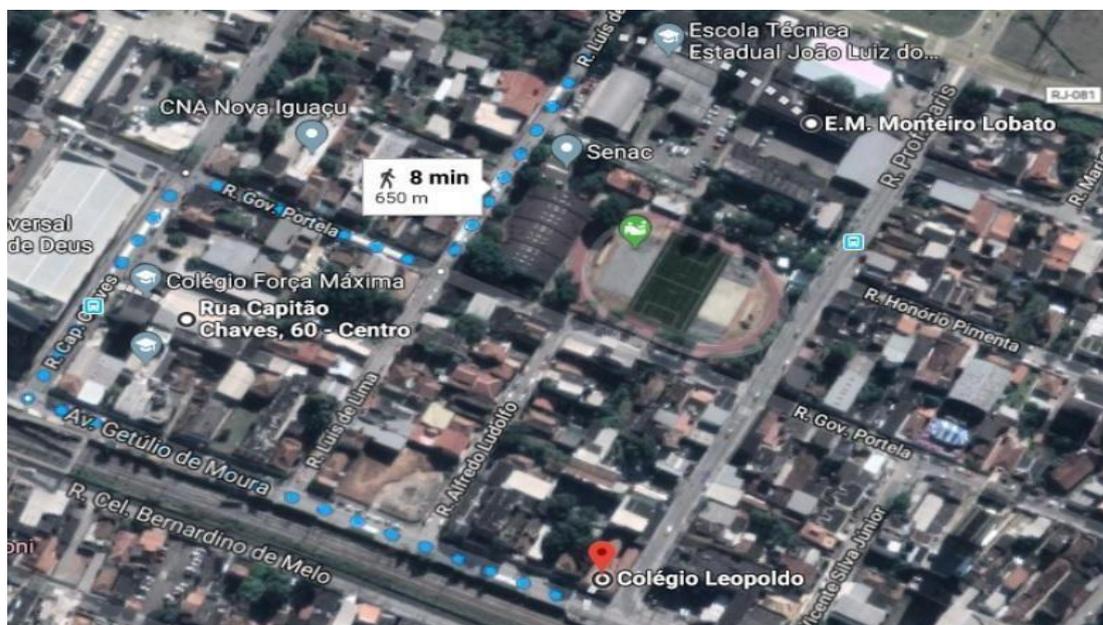
---

<sup>42</sup> Ahyas Siss, Benaia S. de J. Lima, Carla R. Gomes, Carlos H. Berrini da Cunha, Gustavo L. Olivares, Leila M. A. Ribeiro, Márcia C. R. Cova, Marcos J. de A. Caldas, Mauro Guimarães, Miriam C. Coser, Nelson Rojas de Carvalho, Teresa C. de M. Mendonça e Teresa C. V. Catramby (SOUZA, 2016.p.51).

<sup>43</sup> Abordaremos a construção do Campus mais à frente.

funcionamento do IM. Neste ano, o IM encontrava-se em três localidades, observando ser este um problema para viabilizar conhecimentos, saberes, pesquisas e extensão, por não possuir um espaço adequado para si, prejudicando a vivência de academia para todos os envolvidos.

**Imagem 5** – Distância entre os três locais que sediaram o IM



Fonte: Google Maps.

Neste mesmo ano de 2009, houve a eleição para direção. A professora Leila Dupret tomou posse para um mandato de quatro anos (junho de 2009 a junho de 2013). E foi a mesma fundamental para a mudança de fato ao novo campus. No fim de 2009, o IM possuía um total de 128 docentes, ultrapassando os primeiros números de docentes apontados no ante PPP de 2006, que eram de 70 e 1677 de educandos presentes.

Novos cursos foram aprovados nos anos seguintes. Depois dos seis aprovados de início. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) com objetivo de ampliar o acesso e a permanência do educando, trouxe mais recursos financeiros para as IFES e, dessa forma, permitindo a ampliação de cursos ofertados no IM por essa política pública criada no governo Lula (2003-2010)

Como decorrência, os cursos de Letras e Direito foram criados no IM. Os cursos foram ofertados em horário diurno, sendo esses os primeiros cursos oferecidos neste horário, visto que os seis já existentes eram ofertados em horário noturno. No ano de 2008, foi prestado o primeiro vestibular para ambos cursos, tendo 305 vestibulandos para letras e 1339 para direito.

A partir do primeiro semestre/2009, o instituto multidisciplinar, em acelerado processo de crescimento, desde a sua implantação, oferecerá, dentre outras novas modalidades, os cursos de letras (português/literaturas e

português/espanhol), no período diurno, e o curso de direito. A procura pelos novos cursos, oferecidos pelo campus de Nova Iguaçu, revelada através do número de inscritos - 305 para letras e 1339 para direito (UFFRJ/PP do curso de Licenciatura de Letras do IM,2008, p.9).

O curso de letras “faz parte do programa de apoio aos planos de reestruturação e expansão das universidades federais - REUNI (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007). ” Aprovado como licenciatura plena em português/literaturas e português/espanhol, ou seja, dois cursos. Com um total de vagas 100 vagas por ano, com duas entradas.

O outro curso foi Direito, tendo seu início no primeiro semestre de 2009, mais precisamente em março desse ano, com um total de 55 vagas por ano e somente uma entrada. A autorização do Conselho Universitário da UFRJ veio através da Deliberação nº. 009, de 04 de março de 2009, e obteve o parecer favorável da OAB. Neste mesmo ano, o “Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em de 30 de julho de 2009, exarou parecer favorável à autorização do curso de graduação em direito no âmbito dos três campi da UFRJ. ”

Em apenas três anos de funcionamento, o IM conseguiu a ampliação de cursos ofertados, mesmo com todas as dificuldades por aqui já apontada, demonstrando ser uma instituição com potencial acadêmico e social, visto que a mesma é a única Universidade Pública na cidade em que está localizada. Sua potencialidade também é identificada na Pesquisa e Extensão. Segundo Paula (2014, p.36),

Apenas no ano de 2006, todos os 15 docentes que, um mês após sua nomeação, concorreram ao edital do programa institucional de bolsas de iniciação científica (PIBIC<sup>44</sup>) foram selecionados, assim como inúmeros professores tiveram apoio da FAPERJ para auxílio instalação, além do edital CT-infra novos campi, que obteve recursos para a construção de um prédio destinado à pós-graduação. Essa alta produção do corpo docente foi sendo progressivamente ampliada nos anos seguintes.

Os programas institucionais financiados pelo governo federal possibilitaram docentes a concorrerem por editais em programas como o Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência<sup>45</sup>), o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à

---

<sup>44</sup> O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) visa apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica.

<sup>45</sup> O Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) visa ampliar a qualidade das ações voltadas à formação de professores, com prioridade para a formação inicial desenvolvida nos cursos de licenciaturas das instituições federais e estaduais de educação superior. Criado em 2006, o Prodocência financia projetos voltados para a formação e o exercício profissional dos futuros docentes, além de implementar ações definidas nas diretrizes curriculares da formação de professores para a educação básica. Os objetivos do programa são: contribuir para a elevação da qualidade da educação superior, formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino no país, dinamizar os cursos de licenciatura das instituições federais de educação

Docência (PIBID)<sup>46</sup> e o Programa Conexões de Saberes<sup>47</sup>. Programas estes, impactando ainda mais as atividades de ensino, entrelaçando teoria-prática, promovendo espaços de múltiplos saberes, e viabilizando encontro de diversidades históricas e culturais.

A UFRRJ, desde o primeiro edital do PIBID, em 2007, foi contemplada com o projeto "Ciência e Cidadania: construindo saberes e fazeres na escola, alcançou 68 bolsistas, 5 subprojetos e 7 escolas parceiras. No ano de 2009, ocorreu o 2º edital, e com o projeto Culturas, Conhecimentos e Formação de Professores: diálogos entre a universidade e a escola básica, a UFRRJ do mesmo modo foi contemplada. Desta vez, dentre os cursos participantes, estavam o de Letras e Pedagogia do IM. Abrigaram os discentes participantes do PIBID a E. M. Vereador Américo dos Santos (Mesquita), E. E. Dom Pedro (Mesquita) e E. M. Expedito Miguel (Mesquita). O terceiro edital do PIBID aconteceu em 2011, e da mesma forma a UFRRJ foi contemplada. O projeto tinha como tema: "Meio Ambiente, Tecnologia e Sociedade: fazendo e integrando saberes". Nesta ocasião, os cursos de História, Geografia e

---

superior, propiciar formação acadêmica, científica e técnica dos docentes e apoiar a implementação das novas diretrizes curriculares da formação de professores da educação básica. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12244&Itemid=491](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12244&Itemid=491)> (inserir nas Referências).

<sup>46</sup> Foi instituído pela Portaria Normativa no 38, de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação, e regulamentado no ano de 2010 pelo Decreto no 7.219, de 24 de junho de 2010. Concede bolsas de iniciação à docência para alunos de cursos de licenciatura e para coordenadores e supervisores responsáveis institucionalmente pelo Programa, bem como financia demais despesas a ele vinculadas. Está voltado para atender instituições públicas de ensino superior. Dentre os principais objetivos que o PIBID pretende atingir estão: incentivar a formação de professores para a educação básica, contribuindo para a elevação da qualidade da escola pública; valorizar o magistério, incentivando os estudantes que optam pela carreira docente; elevar a qualidade das ações acadêmicas voltadas à formação inicial de professores nos cursos de licenciatura das instituições públicas de educação superior; inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, promovendo a integração entre educação superior e educação básica; proporcionar aos futuros professores participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar e que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem, levando em consideração o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e o desempenho da escola em avaliações nacionais, como Provinha Brasil, Prova Brasil, SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), entre outras; e incentivar escolas públicas de educação básica, tornando-as protagonistas nos processos formativos dos estudantes das licenciaturas, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros professores. Através da PORTARIA Nº 46, DE 11 DE ABRIL DE 2016, tem a necessidade de aperfeiçoar e atualizar as normas, atualmente regido por esta portaria. Disponível em:<<http://portal.ufrrj.br/pro-reitoria-de-graduacao/programas/pibid-programa-institucional-de-bolsa-de-iniciacao-a-docencia/>>(inserir nas Referências).

<sup>47</sup> "O Conexões de Saberes é fruto de uma experiência que teve início no Complexo de Favelas da Maré do CEASM( Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré) e do Observatório das Favelas, que começaram a propor uma série de ações e projetos envolvendo estudantes universitários de origem popular, em especial na preparação para pesquisas. A partir de 2005, o observatório propõe que esse projeto fosse assumido pelo MEC/SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade), para que se expandisse pelo Brasil através da articulação com as Universidades Federais, transformando a experiência local e nacional (RIZZO, 2010, p.6).

Matemática do IM ingressaram como participantes. Posteriormente, o curso de Letras também foi contemplado.

O Conexões de Saberes (2006-2009) foi um programa que possibilitou ser uma ferramenta de diálogo entre Comunidade e Universidade, consolidando de forma satisfatória a vantagem de que ambos os lados são beneficiados. Permitindo que a universidade construísse conhecimento a partir de uma realidade específica, local, vizinha. Com isso, o saber universitário auxilia a produção de conhecimento deste educando juntamente com suas identidades, memórias, culturas, ou seja, um conhecimento apropriado de sua história. O projeto ocorreu com duas frentes: a consolidação e a permanência de jovens de origem popular no ensino superior com bolsas e oficinas formativas e ações extensionistas sempre vinculadas com a identidade deste educando bolsista, desenvolvendo-se em ações interventivas.

(...) o saber universitário lhe tornaria capaz de intervir qualificadamente em seus territórios, desde um ponto de vista próprio, como originário dali e capaz de compreender significativamente os interesses dos moradores...o jovem não só deve voltar a seu território como extensionista, mas também deve impactar a universidade, na discussão sobre a democratização do ensino superior no Brasil (RIZZO, 2010,p.4).

Cabe ressaltar a parceria do Programa Conexões de Saberes com a Escola Aberta<sup>48</sup> numa perspectiva de “que o conhecimento acumulado pela comunidade se volte para ela mesma’ (RIZZO, 2010, p.6).

Com a adesão da UFRRJ no ano de 2006, 45 estudantes de origem popular fizeram parte do programa, oferecendo oficinas juntamente com o Escola Aberta em 90 escolas de vários municípios da Baixada Fluminense. Essas 90 escolas foram contempladas num período de dois anos, 2006 e 2007, sendo 45 em cada ano.

---

<sup>48</sup> Criado através da Resolução/CD/FNDE nº 52, de 25 de outubro de 2004 é “Fruto de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Educação e a Unesco, o programa Escola Aberta tem por objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da educação, a inclusão social e a construção de uma cultura de paz, por meio da ampliação da integração entre escola e comunidade; ampliação das oportunidades de acesso à formação para a cidadania e redução de violências na comunidade escolar (...)o programa visa proporcionar aos alunos da educação básica das escolas públicas e às suas comunidades espaços alternativos nos finais de semana para o desenvolvimento de atividades de cultura, esporte, lazer, geração de renda, formação para a cidadania e ações complementares às de educação formal. Contando com uma equipe local, em cada escola, composta por um coordenador e trêsicineiros oriundos da comunidade, as atividades oferecidas no “Escola Aberta” são fruto do levantamento dos interesses e possibilidades de atendimento a esses interesses, bem como do oferecimento de oficinas pensadas pela estrutura gerencial que atendam a formação para a cidadania e diversidade” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE PROGRAMA ESCOLA ABERTA. p.1).

Para continuar a oferecer qualidade em suas atividades verificou-se a necessidade de diminuir o número de escolas contempladas no programa para 15, fato este ocorrido entre os anos 2008 e 2009, restringindo-se a atuação aos municípios de Nova Iguaçu e Seropédica pois correspondia aos campus dos bolsistas.

O diálogo promovido pelo Programa contribuiu para a obtenção de mais informações dessas escolas, das diversas realidades, além de oferecer um novo olhar social a partir do acesso à arte, à educação, ao esporte, à cidadania etc. para uma faixa etária entre crianças e adolescentes que vivenciavam a mesma realidade, tanto dos conexas como todos os atores do Escola Aberta.

Tanto os alunos de classes populares- que recentemente ingressaram na universidade-, bem como o público das escolas- que por falta de acesso a lazer e segurança se tornam vulneráveis nos fins de semana- são atores sociais em vias de inserção em políticas específicas, mas que compartilham sua origem de classe (RIZZO, 2010, p.8).

Souza ressalta a relevância do projeto para o IM e também para a comunidade em que está inserido:

De 2006 a 2009 o Programa Conexões de Saberes teve impacto direto no Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu através da participação de bolsistas deste campus no programa, os quais foram fundamentais na relação com as escolas dos municípios parceiros como: Nova Iguaçu, Nilópolis e Mesquita (2016, p.77).

Não podemos deixar de detalhar o Prodocência, programa de impacto para a consolidação do IM. Teve seu início na Secretaria de Educação Superior do MEC com o Edital nº 11/2006. Houve uma parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a partir de 2008, lançando um edital com esta parceria. Em 09 de junho de 2010, a Portaria nº 119 institucionalizou o Prodocência, sendo a CAPES a financiadora e gestora.

Em decorrência da ampliação das licenciaturas na UFRRJ, percebeu-se a necessidade de haver uma integração desses novos cursos e da formação inicial, Tais características foram prioridades no Prodocência. Dessa forma, foi construída uma proposta que visava implementar ações que fortalecessem o que existia neste sentido, possibilitando novas realizações em direção ao crescimento das licenciaturas com qualidade<sup>49</sup>. Sendo três os eixos considerados essenciais para permitir a existência de licenciaturas de qualidade na UFRRJ:

- integração dos vários cursos de licenciatura em busca de um perfil de professor-pesquisador.

---

<sup>49</sup>Disponível em: <<http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/pages/apresentacao.htm>>. Acesso em 30 de março de 2019

- a formação dos alunos licenciandos em articulação com a escola básica.
- a ampliação e fortalecimento dos vínculos com as escolas de educação básica das redes públicas e a formação continuada de seus professores (UFRRJ/PPP do IM-,2006, p.26).

Através do projeto intitulado “Aprofundando as ações de formação de professores: temas transversais e Educação de Jovens e Adultos (EJA) ”; obteve aprovação no edital nº 05/2007, assim como no edital nº02/2008 com o projeto “Linguagem, Tecnologias e Sociedade”. Ambos projetos proporcionaram várias experiências na comunidade acadêmica tanto de Seropédica como a do IM, foram realizados diversos encontros, seminários, oficinas, minicursos, dentre outros. Com o amparo da Pró-Reitoria de Graduação. A professora Gabriela Rizzo foi coordenadora institucional do Prodocência.

Souza sintetiza em sua dissertação todos os eventos e cursos realizados pelo Prodocência no Instituto Multidisciplinar entre 2008 e 2009.

**QUADRO 3 - Atividades do Programas: PRODOCÊNCIA 2008 a 2009**

<b>Nome do evento</b>	<b>Data</b>	<b>Características</b>
III semana Paulo Freire	Outubro de 2008	Foram realizadas oficinas destinadas a vários campos como: ensino de ciências, meio ambiente, saúde, ensino de história, ensino de geografia e ensino de matemática. Além de discussões sobre temas característicos de Paulo Freire trabalha em suas obras: a pedagogia do oprimido, os movimentos sociais e educação popular.
I seminário de pesquisa e Prática educativa: os Desafios da pesquisa no Ensino de matemática	04 a 08/05/2009	Refletir sobre as questões atuais que tangenciam o ensino de matemática, promovendo uma ação investigativa e propositiva. Houve palestras, oficinas e minicursos.
I Seminário de Pesquisa e Prática Educativa: Os Desafios da pesquisa no Ensino de história	25 a 29/05/2009	Refletir sobre as questões atuais que tangenciam o ensino de história, promovendo uma ação investigativa e propositiva. Ofereceu palestras, oficinas e minicursos. A produção do evento e de pesquisadores convidados foi publicada em CD com 11 artigos.
I Seminário de Pesquisa Em Educação Especial e Inclusão Escolar	26 e 27/06/2009	Possibilitar aos alunos do curso de Pedagogia e demais licenciaturas ampliação dos conhecimentos na área de Educação Especial, por meio de atividades de pesquisa e extensão, bem como proporcionar intercâmbio com professores de escolas públicas que atuam com alunos com necessidades educacionais especiais incluídos em classes comuns de ensino regular. A produção do Seminário e do curso de

		extensão foram publicadas em CD.
Curso de Extensão em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: estratégias pedagógicas para favorecer a inclusão escolar	Setembro e Outubro de 2009	Destinado a professores que atuam em salas de recursos multifuncionais em escolas da Baixada Fluminense, para proporcionar conhecimentos sobre as diferentes dimensões que envolvem a implementação da Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e as Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na modalidade de Educação Básica, Educação Especial.
Tecnologias, Linguagens e Educação: buscando Diálogos, partilhando Experiências	20 a 23/10/2009	O evento proporcionou: apresentação de monografias produzidas no Curso de Especialização em Educação Infantil de Mesquita; Oficinas; Cine-debates; Relatos de experiências e mesas redondas.
Cultura e Formação	09 a 13/11/2009	Oficinas e a apresentação da peça de teatro “Lima Barreto, um longo sonho do futuro” numa tenda levantada nas instalações do campus ainda em construção, voltado para o público interno e para os moradores do entorno.
I Leitura em foco: Miguel de Cervantes e as aventuras de Dom Quixote de la Mancha	20/05/2010	A leitura em foco na Letras da UFRRJ: diálogo intercultural. Programação com café literário, seminário e leitura do livro Dom Quijote de la Mancha.
Formação de Professores: Ambiente, Ciência e Diversidade	07 a 11/06/2010	Oficinas, Palestras, Mesas e Video-debate, com programação voltada para os discentes dos cursos de licenciatura.
Projeto Incluir: O uso da calculadora colorida e sonora para o trabalho pedagógico com alunos surdos e cegos	14/06/2010	Palestra realizada pela professora Dra. Siobhan Victoria Healy, do Programa de Pós-graduação em Educação Matemática da UNIBAN/SP.
II Leitura em foco: Homenagem a Mario de Andrade	16/06/2010	Mesa redonda e Cine-debate
I Conferência Municipal Da Pessoa com Deficiência de Nova Iguaçu	09 e 10/09/2010	Realizado pela Prefeitura de Nova Iguaçu com apoio da UFRRJ, envolvendo debates com pesquisadores, gestores públicos e organizações que atuam na área de educação inclusiva.

I Seminário Representações, Poder e Práticas Discursivas	05 a 07/10/2010	Conferência e debates sobre as pesquisas do Laboratório Interdisciplinar de Teoria da História com discentes e docentes do Instituto Multidisciplinar. A produção do evento e de pesquisadores convidados foi publicada em CD.
II Semana Acadêmica de Letras – Letras na Contemporaneidade: um enfoque multidisciplinar	27/09 a 01/10/2010	Para discentes, pesquisadores e interessados nas linhas temáticas: Descrição e ensino de Língua Materna, Ensino/aprendizagem de língua estrangeira e Estudos de literatura e cultura. A produção do evento foi publicada em CD, chamado “Polígrafo”.
III Leitura em foco: A contribuição de Joaquim Mattoso Câmara Jr. para a linguística no Brasil	16/11/2010	Palestra de Carlos Eduardo Falcão Uchôa, debates e oficinas.
Formação de Professores em Debate: articulando nossos programas	16 a 19/11/2010	Evento do Prodocência para dar visibilidade aos diversos programas institucionais que dizem respeito a formação dos licenciandos, incluídos entre as oficinas apresentadas. Neste sentido, vários cursos organizaram sub-eventos dentro de um evento maior, cujo objetivo é colocar a Formação de Professores em Debate, segundo o olhar da várias ações que vêm sendo desenvolvidas na UFRRJ: PIBID, PARFOR, PET, INCLUIR e outros trabalhos de docentes acerca do tema.

Fonte: Souza, 2015, p.74-75.

Estes três programas (PIBID, Conexões dos Saberes e PRODOCÊNCIA), demonstraram os empenhos de toda academia para ter um ensino de qualidade, principalmente para os cursos de licenciaturas, que são maioria no IM. Um ensino que buscou dialogar com a realidade local, entrelaçando teoria e prática para os educandos envolvidos. Sendo também o IM um polo de construção de saberes, através dos congressos, seminários, cursos etc., que proporcionaram parcerias com Secretarias de Educação da Baixada e o desenvolvimento de formação continuada para professores/as dessas redes.

## 2.4 O PETBaixada E O PET Geografia<sup>50</sup>

No Campus Seropédica existia desde 2007 o Programa de Educação Tutorial<sup>51</sup> (PET). Teve origem no Programa Especial de Treinamento criado em 1979 na CAPES para apoiar

<sup>50</sup> O Programa de Educação Tutorial foi alocado somente na PROGRAD, assim deixando de também fazer parte da PROEXT. “Na UFRRJ, o programa está vinculado à Pró-Reitoria de Graduação. Dele fazem parte duas importantes instâncias: o Fórum dos Grupos PET e o Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação” Site Institucional UFRRJ, Disponível em: <https://portal.ufrj.br/pro-reitoria-de-graduacao/programas/programa-de-educacao-tutorial-pet/>. Acesso em: 19 de setembro de 2020

atividades acadêmicas. Transferido em dezembro de 1999 para a Secretaria de Educação do MEC (SESu-MEC).

A UFRRJ, desde 2006, ingressou no PET, sendo o Pet-Física (2006); Pet-Medicina Veterinária (2009). No ano de 2010 com o lançamento de um novo edital, Portaria MEC nº 976 de 27/07/2010, ocorreu a fusão do Programa Conexões de Saberes com o PET, viabilizando a UFRRJ a concorrer a este edital. Sendo aprovados dois projetos vindo do IM, cujos seus nomes foram PET-Geografia (PET tradicional, ou seja, vinculado ao curso de graduação) e PET-Conexões de Saberes "dialogando e interagindo com as múltiplas realidades e saberes da Baixada Fluminense/RJ. Ou seja, o IM obteve dois PET's. Neste mesmo edital a UFRRJ conseguiu aprovação de mais oito PET, sendo um em Três Rios, totalizando onze grupos.

O Pet-Conexões IM-Baixada, em seu primeiro momento, foi um grupo de pesquisa do Instituto Multidisciplinar que reuniu 12 estudantes bolsistas e 6 colaboradores de vários cursos de graduação (História, Letras, Pedagogia, Economia e Administração), o que configura um programa institucional. Por estar ligado ao IM, que está na Baixada, o grupo trouxe para o debate acadêmico os problemas da região. Congregou, ainda, um grupo considerável de profissionais que auxiliaram em trabalhos em prol da região.<sup>52</sup>

Com apenas dois anos, o PETBaixada realizou um encontro sobre a história da baixada; encontros sobre metodologia do trabalho científico; filosofia; pesquisa social e seminários, dentre outros. Essas atividades muitas vezes eram divulgadas e abertas ao público, acadêmico ou não. Segue abaixo as primeiras atividades realizadas pelo grupo Pet Baixada na área de Extensão em seus primeiros anos

#### **QUADRO 4 - Atividades extensionistas realizadas pelo PetBaixada**

<b>ATIVIDADE</b>	<b>NOME</b>
SEMINÁRIOS, OFICINAS, MINICURSOS, EXPOSIÇÕES, CINE-DEBATE, PALESTRAS	I SEMANA DA BAIXADA. FLUMINENSE: DIALOGANDO E INTERAGINDO
VISTA TÉCNICA E SEMINÁRIO	Visita ao Quilombo de Bracuí – angra dos reis para o Seminário de educação no campo: povos tradicionais.

<sup>51</sup> “O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam às necessidades do próprio curso de graduação. O estudante e o professor tutor recebem apoio financeiro de acordo com a Política Nacional de Iniciação Científica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>

<sup>52</sup> A autora dessa dissertação foi uma das primeiras bolsistas do Pet-Baixada, assim intitulado atualmente.

VISITA TÉCNICA	Rio antigo e africano: como era a chegada e a vida dos Negros no rio de janeiro.
VISITA TÉCNICA	XV Bienal do livro do RJ.
OFICINA	O e-mail como plataforma de trabalho.
SEMINÁRIO	I ciclo de debate sobre relações etnicorraciais; Instituto de pesquisa afro cultural odé-gboni com Veiculação da visita no RJTV.
OFICINA	A organização dos estudos na vida na universidade.
PALESTRA	Políticas públicas, ação afirmativa e ensino superior: combatendo as desigualdades sociais.
VISITA TÉCNICA VISITA TÉCNICA	Museu da Língua Portuguesa- SP.
VISITA TÉCNICA	Museu Afro-Brasil- SP.

FONTE: PETBaixada. *Relatório Anual de Atividades (1º de janeiro a 31 de dezembro)*, 2011.

Deste modo, é notável que o PETBaixada as atividades realizadas pelo PET-Baixada em seus primeiros dois anos foram diversificadas em quanto ao público alvo e proposta de abordagem.

Para ter mais informações do grupo o PETBaixada tem um blog com informações sobre o grupo: fotos, arquivos, realizações etc. A Semana da Baixada Fluminense<sup>53</sup>, um evento realizado por este grupo, teve sete edições, sendo a primeira em 2011 e a última em 2018.

O IM adotou como meta a expansão de cursos de graduação, esse desejo e objetivo foram apontados no UFRRJ/PPP do IM como também no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2006-2011),

Projeto de implementação do campus da UFRRJ em Nova Iguaçu, assim como pelo plano de Desenvolvimento Institucional 2007-2011, inclui-se a ampliação da oferta de cursos a partir da criação de novas habilitações e, principalmente, a partir da “criação de novas graduações (...) nesse contexto

<sup>53</sup> A Semana da Baixada Fluminense é fruto de uma das atividades de Extensão que tem como objetivo de colocar em foco a Baixada Fluminense, resgatando o seu passado histórico, valorizando sua pluralidade e diversidade cultural e social, desmistificando a ideia da região como lugar de esquecimento, pobreza e exclusão, o grupo PET/Conexões de Saberes: Dialogando e Interagindo com as Múltiplas Realidades e Saberes na Baixada Fluminense/RJ do Instituto Multidisciplinar (campus Nova Iguaçu), da Universidade Federal é o criador e organizador desse evento de Extensão. A Semana da Baixada conta com uma programação eclética e variada, compreendendo diversas atividades, como oficinas, palestras, debates, exposições de artistas locais, exibição de curtas e médias-metragens, vídeos, apresentação de teatro dentre outras coisas.

se insere a implantação do curso de GEOGRAFIA na modalidade de LICENCIATURA PLENA (UFRRJ/ PP do Curso de Geografia, 2010. p.5).

E, como decorrência, através do II seminário interno do IM, o DES apresentou como proposta a criação da licenciatura de Geografia.

(...) Sendo aprovado na reunião do conselho de ensino pesquisa e extensão do dia 27 de maio de 2008(...) e na qual foi sinalizada a possibilidade de implantação do curso de geografia no instituto multidisciplinar em 2010, baseada na decisão anterior do conselho departamental do dia 13 de maio de 2008(...). De avaliação da implantação do curso em 2010 e aprovada para 2010 pelo conselho departamental do dia 08 de maio de 2009 (UFRRJ/ PP do Curso de Geografia, 2010. p.6).

O curso ofereceu 40 vagas por ano, com uma entrada ao ano no segundo semestre e com regime matutino. No segundo semestre de 2010, teve início a primeira turma do curso de Geografia e, neste mesmo ano, obteve aprovação do PET-Geografia para o IM, tendo como título “cultura e cidadania: diálogo de saberes no ensino de Geografia”.

Nosso grupo “Pet Geografia Cultura e Cidadania: Diálogo de Saberes no Ensino de Geografia” tem como proposta incentivar o diálogo de saberes no ensino de geografia, por meio de uma aproximação sensível da arte com o fazer acadêmico e científico. A proposta do pet é complementar a formação profissional e cidadã promovida pelo curso de Geografia (UFRRJ – Campus Nova Iguaçu) de modo criativo e inventivo. Grupos PET Rural).

O Pet-Geografia realizou diversas atividades no IM, como também faz articulações com outros Pet Geografia e com espaços de múltiplos saberes. Entre as atividades organizadas pelo grupo estão seminários, cine-debates, oficinas, visitas técnicas dentre outros. Em seu blog: informa, desde o ano de 2011, todas as atividades realizadas pelo grupo como também fotos, presenças em outras atividades e a atual composição. Analisando seus últimos dados, o grupo obteve 12 bolsas.

**QUADRO 5 - Principais atividades do Pet-Geografia em 2018**

NOME	ATIVIDADE
DEBATE DE TEXTOS	Aprofundamento teórico-metodológico em geografia.
CINEPET	Atividade de extensão que ocorre duas vezes por mês com exibição de filme escolhido pelos integrantes do grupo.
PET SAÍDAS	Trabalhos e atividade em campo que têm como objetivo conhecer outros lugares e estabelecer uma rede de contatos
PET CONVIDA	Professores/as, amigos/as e parceiros/as do grupo são

		convidados/as para rodas de conversa e troca de ideia.
PARCERIA DE REDES DE ARTICULAÇÃO		Continuidade ao diálogo realizado com os integrantes das ocupações Vito Gianotti, do projeto de moradia social Quilombo da Gamboa e com a vila autódromo, assim como buscar uma aproximação com o quilombo urbano Aparelha Luzia, em SP, caso haja viabilidade financeira para a realização de viagem.
ENCONTRO JUVENTUDE METRÓPOLE	E	Evento que está na sua 4ª edição e que conta com a rede de contatos estabelecida pelas parcerias feitas pelo grupo em seus quase 8 anos de existência.
INTRAPET		Participação nas reuniões do fórum PET UFRRJ, participação em eventos de integração com outros grupos PET.
SEMANA ACADÊMICA SEMANA DE INTEGRAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA	E DE DO DE	Participação e publicação de trabalhos em eventos acadêmicos da geografia
CICLO DE DEBATES “PET NA PÓS”		Grupo objetiva realizar debates de referências bibliográficas indicadas nos editais de seleção dos programas de pós-graduação em geografia. Em 2018 o livro debatido foi “a natureza do espaço”, de Milton Santos;
PUBLICAÇÃO DE LIVROS	DE	Como ocorre nos outros anos, as publicações dos livros: “geografias e resistências” (2015), “ações culturais e a cidade” (2016) e “geografia e diálogo de saberes” (2018) também desdobraram-se em eventos de lançamento com convidados e debates.

Fonte: Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/grupospetrural/grupos/pet-geografia/>>

Os PET's no IM propiciam um enriquecimento em toda comunidade acadêmica, abrangendo toda a tríade ensino- pesquisa e extensão, criando espaços para promoção de

culturas, atividades com grupos de diversos saberes, oferecendo uma articulação de todos esses saberes.

## 2.5 A Extensão em seus primeiros três anos

Já no ano de sua implementação, 2006, o IM possuía uma quantidade considerável de projetos e cursos relativos à Extensão que é objeto de estudo desta dissertação. Souza (2016) retrata que, desde o princípio, os docentes envolveram-se em atividades de extensão, principalmente por conseguir financiamento do PROEXT/MEC<sup>54</sup> e parcerias com municípios de Mesquita e de Nova Iguaçu. O curso de Turismo também foi fundamental para a Extensão do IM.

**QUADRO 6-** informações sobre atividades Extensão dos primeiros três anos do IM (2006- 2009)

<b>TÍTULO</b>	<b>DATA/ FONTE</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
Programa Multidisciplinar de Estudos da Violência Doméstica.	03/10/2006	Projeto de Extensão
Afro-brasileiros, desigualdades raciais e educacionais no Brasil.	27/02/2007	Curso de Extensão
Novos Olhares Sobre a Gestão da Política de Saneamento Ambiental em Nova Iguaçu – Ampliação de cidadania, ética e sustentabilidade socioambiental.	13/04/2007	Projeto de Extensão
Formação e Desenvolvimento Territorial: Um Olhar Sobre a Organização Econômica Fluminense.	15/06/2007	Curso de Extensão
Programa Multidisciplinar de Estudos da Violência Doméstica - Submetido a Edital DEXT/UFRRJ.	06/07/2007	Projeto de Extensão

<sup>54</sup> Programa de Apoio à Extensão Universitária PROEXT/MEC/SESU, tem como objetivo “apoiar as universidades públicas federais para desenvolvimento de programas/projetos de extensão que contribuam à implementação e impacto de políticas, potencializando e ampliando patamares de qualidade desses projetos, pela ação típica da natureza e missão da universidade pública, dirigindo recursos para atividades específicas dos programas e projetos e, em menor escala, para dotar as Instituições Federais de Ensino Superior Públicas de melhores condições de gestão de suas atividades acadêmicas de extensão para os fins prioritários enunciados nesse programa”. (Ministério da Educação e do Desporto-MEC Secretaria de Ensino Superior-SESU Departamento de Supervisão do Ensino Superior-DESUP. PROGRAMA DE APOIO À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA VOLTADO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS – PROEXT/SESu-MEC. 2003, p.2).

Baobá: gênero e africanidades na sala de aula - submetido a Edital DEXT/UFRRJ.	06/07/2007	Projeto de Extensão
Rede Interdisciplinar em Espaços Populares em Nova Iguaçu e na Baixada Fluminense.	17/08/2007	Projeto de Extensão
I Seminário sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas na Baixada Fluminense.	14/09/2007	Projeto de Extensão
2ª Jornada Cultural da Baixada Fluminense.	13/11/2007	Projeto de Extensão
Educação de Jovens e Adultos.	14/12/2007	Curso de Extensão
Educação Infantil.	14/12/2007	Curso de Extensão
Negros e Educação Brasileira.	14/12/2007	Curso de Extensão
Brasil Alfabetizado / PROJOVEM.	14/12/2007	Projeto de Extensão
Mídias em Educação.	14/12/2007	Projeto de Extensão
Projeto de Extensão Brasil- América Latina- Outros Saberes, Outros Olhares.	22/09/2007	Projeto de Extensão
Projeto Algoritmos Simplificados para Análise de Dados do SPSS.	22/09/2007	Projeto de Extensão
Ciclo de Palestras sobre Conjuntura e Teoria Econômica.	11/04/2008	Projeto de Extensão
Criança é Vida.	13/05/2008	Projeto de Extensão
A História do trabalho na América Latina: tendências e perspectivas.	06/06/2008	Palestra na Câmara de Dirigentes Logistas
Cinema Hispânico: para além de Hollywood – mostra, exposição e debates.	30/07/2008	Projeto de Extensão
Ciclo de palestras do NEPET.	30/07/2008	Projeto de Extensão/Pesquisa
Seminário 20 anos da Constituição Brasileira.	30/07/2008	Evento
Seminário I Jornada Natureza e Cultura.	20/08/2008	Evento
II Semana Sociocultural do IM.	20/08/2008	Evento
Desenvolvendo Facilitadores para a Prática de Organização de Eventos em Instituições do Terceiro Setor da Cidade de Nova Iguaçu.	20/08/2008	Curso de Extensão
Análise dos Aspectos Sanitários e as Boas Práticas de Fabricação (BPF) no Serviço de Alimentação Escolar no Município de Nova Iguaçu/Rio de Janeiro.	20/08/2008	Curso de Extensão
Inventário de Oferta Turística de Nova Iguaçu.	20/08/2008	Curso de Extensão
Corpos em Debate.	20/08/2008	Projeto de Extensão
Introdução à teoria dos jogos aplicada à Economia.	20/08/2008	Projeto de Extensão
O povo do Aventureiro: fortalecimento do Turismo de base comunitária.	20/08/2008	Projeto de Extensão

Discurso da mídia impressa em uma perspectiva bilíngue.	15/09/2008	Projeto de Extensão
Semana Paulo Freire.	15/09/2008	Projeto de Extensão
Globalização... é Tudo Verdade.	04/11/2008	Projeto de Extensão
Cinema em Sala.	04/11/2008	Projeto de Extensão
Produção audiovisual e formação de professores	10/12/2008	Projeto de Extensão
Educação, Tecnologia e Estética.	10/12/2008	Projeto de Extensão
Tradução, História e Sociedade.	10/12/2008	Projeto de Extensão
Formação Continuada em Práticas de Ensino para EJA.	24/10/2008	Projeto de Extensão
I Seminário de Educação de Jovens e Adultos de Mesquita.	24/10/2008	Projeto de Extensão
Biblioteca Cidadã.	08/05/2009	Projeto de Extensão
Leitura e Escrita.	08/05/2009	Projeto de Extensão
Construção da Política e programa de Educação Ambiental no Município de Mesquita/RJ.	08/05/2009	Projeto de Extensão
Educação em Direitos Humanos.	08/05/2009	Projeto de Extensão
Diagnóstico do atendimento a crianças em idade pré-escolar em Municípios da Baixada Fluminense.	08/05/2009	Projeto de Extensão
Reflexões ao Entardecer.	08/05/2009	Projeto de Extensão
John Adams, uma experiência constitucional	20/08/2009	Projeto de Extensão
O Povo do Aventureiro: fortalecimento do turismo de base comunitária.	20/08/2009	Projeto de Extensão
Inclusão Digital.	03/12/2009	Projeto de Extensão
II Seminário Sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas da Baixada Fluminense.	03/12/2009	Projeto de Extensão
RIEP- Rede Interdisciplinar de Espaços Populares na Baixada Fluminense.	INÍCIO EM, 2009)	Projeto de Extensão
Curso de Extensão em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: estratégias pedagógicas para favorecer a inclusão escolar.	2009	Curso de Extensão

Fonte: Souza, 2016 p.81-83.

Como se observa através do quadro 6, o IM mesmo em condições adversas buscou a realização de atividades de extensão, seja através de projetos, cursos, seminários etc. Entretanto, podemos perceber que há um maior número de atividades na área de educação, relevante lembrar que o IM tem em sua nomenclatura multidisciplinar, ou seja, não refletindo

muito nos primeiros anos de Extensão, obtendo o predomínio da área de educação. Não podemos afirmar se tal fato está nas características dos docentes do DES, que como aqui já citado, demonstraram desde o início um grande ímpeto para agir no tripé ensino- pesquisa e extensão. Mas, sabemos que a logística estabelecida nesse período não foi uma das mais favoráveis para que se ocorra outras atividades de extensão, em decorrência de está situado em locais provisórios chegando no ano de 2009 a está em três instituições ao mesmo tempo, dificultando o entrosamento entre Departamentos, cursos e educandos, já que tinham aulas em instituições distintas. Também não é muito notada uma extensão voltada mais para a comunidade local, pois a maioria dos eventos de Extensão é para o público acadêmico e para profissionais das áreas estabelecidas.

Uma Extensão mais cultural, diversificada em público, com oficinas de diversas atividades, com cursos para público mais jovem e da educação básica dentre outras coisas, são fundamentais para que ocorra uma melhor interação com a comunidade estabilidade, visto que a Extensão tem este aspecto de fazer com que este diálogo exista através das ações estabelecidas. Infelizmente, não foram características encontradas nos primeiros anos de Extensão do IM.

Coutinho em sua tese de doutorado de 2015 busca analisar a conexão estabelecida entre a UFRRJ e a educação da cidade local que está inserida, Seropédica. Indaga se a presença da mesma houve alguma influência na educação básica desta cidade, entretanto a mesma expõe como problema a UFRRJ se achar autossuficiente não necessitando de diálogo com a comunidade.

A hipótese levantada ao iniciar a pesquisa, no momento em que o tema instigou o trabalho de investigação e de estudos é a possível relação que se estabeleceu entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a educação no município de Seropédica, onde ela está centralmente instalada. A Universidade mantém-se distanciada, em geral, da vida cotidiana da população daquele município, não construindo uma interação que poderia ser profícua para ambos. Ao contrário, ao nos depararmos com a realidade educacional daquele município, a impressão que se entrevê é a de um funcionamento paralelo, díspar, com pouquíssimos pontos de interseção, fazendo com que se percam, parcial ou completamente, alguns elementos que podem ser fundamentais para a vida da população, tanto do município como das regiões circunvizinhas (COUTINHO, 2014, p.20).

Com isso se faz pertinente indagar se, no tempo presente, através da Extensão, a comunidade local se sente integrada à UFRRJ. Tais indagações serão expressas no próximo capítulo.

## **2.6 Anos 2010: O (RE)começo**

O Instituto Multidisciplinar adotou o vestibular próprio como ingresso até ao ano de 2008, ou seja, para os educandos que ingressaram em 2009. Neste mesmo ano, foi adotado como exame o ENEM e, por conseguinte, o Sistema de Seleção Unificada (SISU). O SISU é o sistema informatizado do MEC no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do ENEM.

Com a nova forma de acesso às Universidades Públicas Federais, dada anteriormente pelo vestibular e, agora pelo ENEM, (adotada em grande parte das universidades públicas), juntamente com as políticas de cotas. É bom afirmar que ainda estamos utilizando um paliativo para diminuir a desigualdade do acesso ao ensino superior, entendendo que o ensino público e com qualidade deve ser para todos. Mas, mesmo embrionariamente, as camadas populares vêm adentrando na UFRRJ e, conseqüentemente, no IM

A distribuição de vagas no IM exemplifica a redemocratização das vagas, visto que a UFRRJ\_NI, traz um vasto programa de cotas, buscando adequar seu quantitativos de vagas, a diversidade de pessoas em situação de vulnerabilidade social. A tabela a seguir traz as vagas ofertadas no IM, exemplificando em números a informação por aqui passada.

**QUADRO 7-** Vagas oferecidas em Cursos de Graduação pela UFRRJ\_NI

Curso	Modalidade	Turno	AC	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	L8	A1	Total de Vagas
<b>Administração*</b>	Bacharelado	Noturno	22	5	0	6	1	5	0	6	0	0	45
<b>Ciências Econômicas**</b>	Bacharelado	Noturno	22	5	0	6	1	5	0	6	0	0	45
<b>Geografia</b>	Licenciatura/ Bacharelado	Vespertino	22	6	0	6	1	5	0	6	1	3	50
<b>História**</b>	Licenciatura	Noturno	18	4	0	6	0	4	0	6	0	2	40
<b>Letras – Port/Literaturas**</b>	Licenciatura	Matutino	11	3	0	4	0	2	0	4	0	1	25
<b>Letras – Port/Esp/Literaturas**</b>	Licenciatura	Matutino	11	3	0	4	0	2	0	4	0	1	25
<b>Matemática**</b>	Licenciatura/ Bacharelado em Matemática e em Matemática Aplicada e Computacional	Noturno	18	4	0	6	0	4	0	6	0	2	40
<b>Pedagogia**</b>	Licenciatura	Noturno	18	4	0	6	0	4	0	6	0	2	40
<b>Turismo**</b>	Bacharelado	Noturno	20	4	0	6	0	4	0	6	0	0	40
		<b>Total</b>	162	38	0	50	3	35	0	50	1	11	350

<b>**ESTÁGIOS E PRÁTICAS JURÍDICAS NO PERÍODO DIURNO.</b>
---

<b>*** MATUTINO A PARTIR DO 5º PERÍODO.</b>	
---	--

Fonte: Site UFRRJ. PROGRAD. Disponível em: < <http://r1.ufrrj.br/sisu/quadro-de-vagas/>>

**Legenda do Quadro:**

**AC** – Ampla concorrência.

**L1** – Candidatos com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012 alterada pela Lei nº 13.409/2016).

**L2** – Candidatos com deficiência que tenham renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012 alterada pela Lei nº 13.409/2016).

**L3** – Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

**L4** – Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012 e na Lei 13.409/2016).

**L5** – Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

**L6** – Candidatos com deficiência que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012 e na Lei 13.409/2016).

**L7** – Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

**L8** – Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012 e na Lei 13.409/2016).

**A1** – Candidatos que sejam professores em atividade na rede pública de ensino fundamental e médio sem formação adequada.

A inauguração do campus localizado no bairro Aero Clube somente veio em 2010 com a presença do então Reitor, Prof. Ricardo Mota, em abril daquele mesmo ano. A autora da dissertação começou sua trajetória no IM, no curso de Pedagogia, em 2010. Dessa forma, a formação teve início no que seria o campus de Nova Iguaçu. Em virtude de muitas chuvas

naquele ano, a aula de inauguração foi adiada. Acontecendo em meados de abril, mais precisamente no dia 17. O IM deixou as instalações provisórias no Colégio municipal Monteiro Lobato e no Colégio Leopoldo para definitivamente ficar no lugar destinado no projeto inicial. Entretanto o mesmo foi inaugurado de maneira provisória. Não tínhamos refeitórios, inaugurado somente em 2011, biblioteca com acervo enxuto, entre problemas de paisagismo e infraestrutura,

Mas com o campus em funcionamento, ainda denominado como IM, permitiu a expansão do ensino, pesquisa e extensão da universidade que ali se encontrava. A mesma vivia em efervescentes atividades acadêmicas. Este ano começou com a oferta de 11 cursos. A Deliberação nº 31, de 14 de agosto de 2009 <sup>55</sup>elaborada pelo CONSU, aprovou a criação de vários cursos na UFRRJ como um todo, dentre eles o curso de ciências da computação.

**R e s o l v e:** autorizar, de acordo com art. 65, do estatuto da UFRRJ, combinado com a alínea “y” do art 8º, do regimento geral da UFRRJ, a criação dos cursos novos e a reestruturação e expansão dos cursos antigos relacionados no anexo i desta deliberação, com contingente de vagas e turnos, condicionado as prerrogativas legais que regulam e regulamentam os cursos, a partir de 2010.

Podemos compreender que os cursos de graduação foram criando seus departamentos, dessa forma perdendo um pouco do convívio entre os docentes, visto que estão se isolando em seus departamentos, perdendo as características da interdisciplinaridade. Um outro problema é ausência de salas no IM, o instituto sempre sofreu o problema de falta de salas para suas atividades administrativas e acadêmicas.

## **2.7 Reconhecimentos como Campus**

Desde a implementação, em 2006 da Unidade da UFRRJ em Nova Iguaçu, denominada como Instituto Multidisciplinar até o reconhecimento da mesma como campus foram seis anos e meio com o novo Regimento em 2012.

Como previsto no anteprojeto político pedagógico de 2005, que preconizava ser somente um organizador social e, posteriormente, seriam aprimorados pelos sujeitos pertencentes ao próprio Instituto, não somente discutiria um novo projeto político pedagógico com a comunidade acadêmica, como também a necessidade de rever o regimento da própria

---

<sup>55</sup> Cursos criados em Seropédica: Ciências Contábeis; Comunicação/Jornalismo; Engenharia de Materiais Farmácia; Hotelaria; Relações Internacionais; Sistemas de Informação; Psicologia; Administração Pública; Ciências Sociais; Engenharia Agrícola e Ambiental e Engenharia de Alimentos. Criados em Nova Iguaçu: Ciências da Computação e Geografia. Criados em Três Rios: Gestão Ambiental

universidade, por sua adesão à política pública de expansão das IFES. E, assim foi feito. A autora desta investigação participou ativamente das audiências públicas para discussão do novo regimento. Por fazer parte do centro acadêmico do curso de Pedagogia, na posição de presidente, militou juntamente com todas as representatividades acadêmicas para o reconhecimento do instituto multidisciplinar como campus,

Enfim, no regimento de 2012, após muita luta, embates, críticas, protestos, abaixo-assinados e outros desafios, veio o reconhecimento de campus, trazendo uma nova organização para UFRRJ de Nova Iguaçu. Sendo um campus com um único INSTITUTO, o campus Nova Iguaçu está com a responsabilidade de gerir toda a parte operacional, ou seja, uma diretoria à parte que está incumbida pela infraestrutura, obras, refeitório universitário, gerenciamento das sala, auditórios, urbanismo, paisagismo, etc. Abaixo, algumas fotos das audiências no IM sobre o regimento juntamente com a chamada para um evento cultural como forma de protesto e discussões e imagens das Assembleias sobre o Regimento realizado no Auditório do IM no ano de 2011

**Imagem 6**– Assembleia sobre novo Regimento no auditório do IM.



FONTE: Acervo Pessoal

**Imagem 7.** Protesto organizado por discentes, docentes e técnicos



FONTE: Acervo Pessoal

**Imagem 8.** Um dos Cartazes confeccionados pelos discentes



Fonte: Acervo Pessoal, 2011

**Imagem 9-** Folder de convocação para uma invasão cultural com o objetivo de trazer espaços de conscientização do novo Regimento



FONTE: Acervo Pessoal, 2011

Uma história nasceu, uma construção se fez e, assim, se vem desenvolvendo o Campus de Nova Iguaçu. De um sonho para uma realidade, com lutas, dificuldades e resistências, assim como tudo que envolve Educação no Brasil.

### **CAPÍTULO 3: CONCEITOS DE EXTENSÃO: ENTRE A PALAVRA E A AÇÃO<sup>56</sup>**

Neste capítulo serão abordadas algumas concepções sobre a Extensão Universitária, Seu contexto histórico, sua aplicabilidade e o seu desenvolvimento. Assim, utilizamos os documentos que a norteiam para trazer uma contextualização face à realidade em que está inserida. Ou seja, reflexões sobre o seu processo de desenvolvimento. Destacando sua diversidade como também sua potencialidade. Sendo essa pertencente as três dimensões da universidade: ensino, pesquisa e extensão. Este estudo visa ao protagonismo da mesma, percebendo que ao longo de sua história sempre ficou às margens da universidade, no qual o foco ficou mais nas outras duas partes acadêmicas: ensino e pesquisa. Desta maneira, será demonstrado que a Extensão Universitária é tão importante como as outras duas e fundamental no processo de ensino e pesquisa.

#### **3.1 Extensão Universitária: seu desenvolvimento**

Extensão, uma palavra que ao longo da existência humana, obteve vários significados e concepções de acordo com o contexto inserido. E através dessas nuances, diversas áreas dos saberes apropriaram-se desta palavra. O que antes limitava-se a princípios arquitetônicos, passou a configurar-se em estender não somente alguma coisa como também alguém. Freire em seu livro: “Extensão ou Comunicação? ”, contribui como exemplo desta apropriação e de como essa abrangência ocorreu. “Daí que, em seu campo associativo, o termo extensão se encontre em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, etc.” (1971, p.22). Demonstrando que a Extensão vem sendo compreendida de diversas formas. Entretanto, o próprio Freire faz críticas sobre esses usos do termo Extensão, relatando que não demonstra a potencialidade do termo, logo negando seu caráter educativo. Freire também nos elucida as peculiaridades e as intenções do termo, sendo confundido ou usado tendenciosamente para outros fins. Logo, se

---

<sup>56</sup> Neste momento, ocorre o processo de curricularização das atividades de Extensão. Esta é uma discussão que precisará ser travada em trabalhos futuros. Sobre a curricularização na Extensão vê: MARTINS, Rosemari; STEIGLEDER, Luciane; ZUCHETTI, Dinora. **Trajatória para a curricularização da Extensão Universitária: atuação do FOREXT e Diretrizes Nacionais**. Revista Brasileira de Extensão Universitária. V. 10, N. 3, p. 167-174, set.–dez. 2019.

faz pertinente questionar: Como a Extensão foi construída na Universidade e como a mesma está sendo desenvolvida e praticada?

### 3.1.1. Os primórdios

O movimento de Extensão nas universidades iniciou-se com a necessidade de realizar ações em comunidades. Os intelectuais europeus através das Universidades<sup>57</sup> Populares<sup>58</sup> buscaram disseminar técnicas ao povo.

A extensão universitária apareceu com as universidades populares da Europa, e teve como objetivo propagar os conhecimentos técnicos, para além da universidade; iam em busca de um contato direto com as populações (SOUZA, 2005, p.2).

Neste mesmo século XIX, na Inglaterra, mais precisamente na Universidade de Cambridge, cria-se o programa de cursos de Extensão, alguns teóricos apontam como o ato institucional e normalizador da Extensão Universitária. Neste mesmo país, em outra universidade, a de Oxford, elaborou atividades com intuito de ser um movimento social, para o público mais pobre, principalmente o operariado.

A Extensão Universitária espalhou rapidamente, chegando aos Estados Unidos da América (PAULA 2013). Porém, nas universidades estadunidense foi introduzida a Extensão como prestadora de serviço. “A extensão nas universidades americanas caracterizou-se, desde seus primórdios, pela ideia de prestação de serviços” (MELO NETO,2002, p.8). A universidade de Chicago foi a pioneira no EUA, iniciada na última década do século XIX. Essa prestação dava-se por uma articulação entre universidade e comunidade, a princípio no sistema agrícola. As demandas eram levantadas e, por conseguinte, cabia a universidade desenvolver e sanar tais demandas, principalmente através de desenvolvimento tecnológico. Para a época, foi visto como algo bem sucedido em virtude de providenciar um melhor desenvolvimento tecnológico na área agrícola, ações que também foram desenvolvidas e aperfeiçoadas pela universidade de Wisconsin no início do século XX, obtendo um grande prestígio nacional.

---

<sup>57</sup> “As Universidades populares surgiram na Europa no século XIX, com o objetivo de disseminação de conhecimentos técnicos ao povo, tendo assumido uma grande importância na Inglaterra, Bélgica, e Itália”. (GURGEL, 1986, p.31). Motivados pela construção de valores mais igualitários, os jovens e intelectuais lutaram por espaços universitários que resultaram na criação das universidades populares na Europa, que buscam valorizar a cultura popular e também melhor qualificar a educação operária possibilitando a formação crítica dos trabalhadores. Essas universidades tiveram destaque nos seguintes países: Inglaterra, Alemanha, França, Itália e Bélgica (GURGEL, 1986, p. 32).

<sup>58</sup> Não é objetivo deste trabalho, entretanto, é interessante destacar que os anarquistas desde o século XIX, propunham a “universidade popular”, com a ampla participação de homens e mulheres.

(...) Wisconsin, em 1903, que colocou “seus professores como technical experts do governo do estado”. Muito bem sucedida, a iniciativa conferiu prestígio e visibilidade nacional ao que seria chamado de “Wisconsin Idea”, levando o próprio presidente americano, Theodore Roosevelt, a sinalizar para o país aquele exemplo (PAULA, 2013,p.3).

Contudo, PAULA (2013, p.6) separa a Extensão Universitárias em duas versões básicas, ambas moldadas pela necessidade do capital. Em seus primórdios

(...) a extensão universitária assumiu duas vertentes básicas: a primeira, tendo se originado na Inglaterra, difundiu-se pelo continente europeu e expressou o engajamento da universidade num movimento mais geral, que envolveu diversas instituições (o Estado, a Igreja, Partidos), que buscam, cada qual à sua maneira, oferecer contrapontos às consequências mais nefastas do capitalismo, num sentido que foi exemplarmente explicitado pelo líder político britânico Arthur Balfour, assim: “a legislação social, como a concebida, não deve ser apenas diferenciada da legislação socialista, mas é seu opositor mais direto e seu antídoto mais eficaz.

A segunda vertente é o modelo estadunidense.

A segunda vertente da extensão é protagonizada pelos Estados Unidos e tem como objetivo básico a mobilização da universidade no enfrentamento de questões referentes à vida econômica no sentido da transferência de tecnologia, da maior aproximação da universidade com o setor empresarial.

Paula (2015, p. 17) frisa que não se pode pensar em Extensão Universitária e o seu surgimento sem relacionar ao capitalismo e às suas implicações da época. Na Europa a legitimação do bem estar-social<sup>59</sup> e no EUA o conceito liberal.<sup>60</sup>

Com efeito, as duas vertentes da extensão universitária consideradas até aqui estão ligadas a duas modalidades de desenvolvimento capitalista, a saber: ao modelo dominante em vários países europeus e que buscou legitimação e estabilidade mediante a implantação do Estado do Bem-estar Social; e ao modelo norte-americano de vocação rigorosamente liberal.

---

<sup>59</sup> O Estado de bem-estar social era um projeto cogente para recuperar o vigor e a capacidade de expansão dos países capitalistas após a tensão social, econômica e política do período entre guerras. Tanto que o estabelecimento do Estado de bem-estar social, entre as décadas de 1940 e 1960, ficou conhecido como “era dourada do capitalismo” por ser um momento de desenvolvimento econômico, com garantias sociais e oferecimento, praticamente, de emprego pleno para a maioria da população nos países mais desenvolvidos. A expansão industrial, mesmo que com índices diferenciados, tanto acontecia nos países capitalistas como nos socialistas (VICENTE, 2009, p.3).

<sup>60</sup> O liberalismo passou a constituir-se na ideologia da burguesia em ascensão e do modo de produção capitalista em expansão... que não há um único liberalismo, por mais que todos se pareçam... três autores que expressam três versões típicas do liberalismo europeu do século XVIII: o liberalismo de Mandeville, que teme a instrução do povo; o liberalismo de Smith, o qual, mesmo que em doses prudentemente homeopáticas, requer uma instrução mínima (ler, escrever e contar) para todos os trabalhadores; por fim, o liberalismo de Condorcet, que defende uma educação comum, universal, pública, gratuita e obrigatória. Fundamentado no princípio da igualdade de todos os seres humanos, Condorcet contrapõe-se a Mandeville e avança para além de Smith, estes últimos fundamentando suas posições apenas no princípio da liberdade (FERRARO, 2009, p.1- p.14).

### 3.1.2 Os primórdios na América Latina

A Extensão Universitária na América Latina tem nos movimentos sociais os responsáveis para que a mesma fosse iniciada nas universidades da região. Portanto, norteando de maneira distinta da estadunidense e da europeia.

O começo do século XX, nessa região, foi marcado por manifestações, com reivindicações e lutas sociais, dentre elas: O movimento de Estudantes de Córdoba<sup>61</sup>, em 1918, é o grande protagonista. Dentre os fundamentos deste pensamento “(...) estavam numa extensão universitária processual, comprometida com mudanças sociais, com vínculos ideológicos e pensada a partir da militância política dos docentes e discentes” (SERRANO, 2007, p.4). Teóricos como Serrano e Rocha apontam que este movimento foi responsável de quebrar vários paradigmas sobre o que fazer e pensar de extensão universitária. Dessa forma, “O Movimento Estudantil de Córdoba/Argentina que em 1918, torna-se marco de novos paradigmas para extensão universitária, principalmente na América Latina” (ROCHA,2001 *apud* SERRANO,2007, p.4).

Grupos como os anarquistas, comunistas, socialistas, dentre outros, fazem com que Córdoba respire e inspire maneiras de pensar e de fazer no âmbito da Academia. Os estudantes, com essa diversidade de saberes, atuam e conseguem tirar o poder da Igreja católica sobre a Universidade, tendo no diálogo universidade e comunidade as premissas do fazer universitário.

Alguns países da América Latina, a parte colonizada pela Espanha, vivenciaram mais cedo o ensino superior, algumas sendo ainda criadas no século XVI, como a: Universidade de Santo Domingo, que é de 1538; Universidade de São Marcos, no Peru, que é de 1551; e a Universidade Real e Pontifícia da Cidade do México, que é de 1553. Eram todas essas, administradas pela Igreja Católica. Paulo (2017) afirma que essas universidades somente se preocuparam com um ensino limitado, tradicional, elitista e excludente, não se preocupavam em se relacionar com a comunidade.

A reforma universitária na América Latina, inicia-se em 1918, justamente para romper com as práticas citadas. Percebendo que a universidade deveria ser uma instituição comprometida com sua nação e, desta maneira, engajada em todas as demandas de suas

---

<sup>61</sup> Iniciado pelos estudantes de Córdoba, em 1918, se alastrou por todo o continente, e foi registrado no Congresso Internacional de Estudantes do México, em 1921, a partir de dois pontos básicos: “1) a intervenção dos alunos na administração da universidade e 2) o funcionamento das cátedras livres e de cátedras oficiais, com iguais direitos, a cargo de professores com reconhecida capacidade nas matérias” (MARIÁTEGUI, 1981, p. 129 *apud* PAULA, 2013, p. 10-11).

comunidades. Foi nesse cenário que o Movimento Estudantil de Córdoba surgiu e, por isso, buscou pensar e fazer da Extensão Universitária uma prática construída a partir das vivências e demandas da comunidade em que estava inserida. Países como Peru, Bolívia, Nicarágua, Chile, dentre outros, tiveram alguma experiência, mesmo de maneiras distintas, de tentativas de revoluções<sup>62</sup> e/ou transformações sociais como por exemplo o populismo, muitas dessas ações foram impulsionadas pela política de esquerda. Logo, a universidade e, por conseguinte, a Extensão Universitária é afetada diretamente por todas essas transformações ou tentativas de mudanças.

Ao longo do século XX, a América Latina assistiu tentativas de retomar o avançado, do ponto de vista democrático e popular, da Revolução Mexicana, com a eclosão de várias revoluções na Bolívia, na Guatemala, em El Salvador, na Nicarágua, que também se frustraram. De outro lado, a América Latina também experimentou outros processos de transformação social, que chamados de populistas, como é o caso no Brasil, do período Vargas, e na Argentina, do período peronista, resultaram, mais fortemente na Argentina, em ampliação do acesso de segmentos populares a bens e serviços modernos (PAULA, 2013, p.8).

Deste modo, podemos observar que as primeiras experiências da Extensão Universitária na América Latina, são com lutas, questionamentos, busca de diálogo e enfrentamento de ideais.

### **3.2 Extensão Universitária: seu ponto de partida no Brasil**

Souza afirma enfaticamente a relevância da Extensão Universitária no contexto das Universidades brasileiras. A partir desta afirmação será contextualizado esse papel, que por alguns anos foi e ainda é negligenciado por algumas Universidades.

Se existe, na história da universidade brasileira, uma área que se preocupou em manter vínculos com a sociedade é, certamente, a extensão, mesmo tendo enfrentado enormes resistências face ao elitismo que marca a educação brasileira (SOUSA, 2000 *apud* GADOTTI, 2017, p.1)

É impossível<sup>63</sup> falar de Extensão Universitária no Brasil e não citar Freire. Como iremos perceber ao percorrer da leitura, o conceito freiriano foi fundamental para Extensão, unindo teoria e prática, comunidade e universidade, dentro de um contexto histórico e

---

<sup>62</sup> Uma grande demonstração de transformações e impactos deste momento vivenciado na América Latina, é a revolução cubana iniciada em 1953, chegando ao poder em 1959.

<sup>63</sup> O sentido de impossibilidade nesta narrativa, é no sentido de afirmar a importância de Paulo Freire para a história da Extensão Universitária no Brasil. O seu protagonismo é presente de maneira vastas em escritos relacionados a este tema. Compreendendo seu papel atuante, visto que, a pessoa de Freire além de destinar escritos a Extensão Universitária foi pioneiro em várias ações da mesma. Com isso, falar de extensão universitária brasileira e não dialogar com Freire é um equívoco.

presente até os dias atuais. Porém, antes mesmos de falar do professor Paulo Freire, será estudado o processo histórico da Extensão Universitária em solo brasileiro de uma forma breve e objetiva.

O início da Extensão Universitária no Brasil, assim como o surgimento das universidades brasileiras, foi tardio e com o intuito de prestação de serviços. O ensino superior no Brasil vagarosamente ocorreu sua institucionalização, sendo a priori profissionalizante; com cursos pontuais ofertados em formas de faculdades. Todos os cursos ofertados eram de acordo com as necessidades da elite da época. O período era da Primeira República. De acordo com Martins, Steigleder e Zucchetti “O ensino superior no Brasil tem sua origem marcada por uma formação profissionalizante, desenvolvida de forma isolada em faculdades, com práticas pedagógicas tradicionais e simplistas” (2019,p.3).

Somente na segunda década do século XX concretizou uma universidade. Entretanto, antes mesmo dessa institucionalização, houve o surgimento de outras Universidades, chamadas de Universidades Populares<sup>64</sup>, e, entretanto a partir de uma Universidade contextualizada diferentemente (privada) surge as primeiras experiências de Extensão. Sendo a Universidade Livre de São Paulo<sup>65</sup>, responsável em vincular a Extensão com a universidade, em 1911, realizando atividades para públicos externos, trabalhando diversos temas e não necessariamente vinculados às demandas sociais.

As primeiras experiências de extensão no Brasil ocorreram entre 1911 e 1917, na universidade livre de São Paulo, por meio de conferências e semanas abertas ao público em que se trabalhavam diversos temas não relacionados às problemáticas sociais e políticas da época. As questões abordadas nessas atividades não estavam focadas nos problemas sociais e econômicos da comunidade (CARBONARI e PEREIRA ,2007, p.1).

O modelo inicial tanto do ensino superior como o da Extensão Universitária foi baseado no modelo europeu, desta maneira concretizando uma extensão para prestação de serviços, já citado acima. Em suma, é pertinente indagar se as tais ações são de extensão

---

<sup>64</sup> Segundo Serrano (2013, p.5) são conhecidas como Universidades Livres, as primeiras foram as de Manaus, criada em 1909, no ciclo da borracha; a do Paraná e a de São Paulo em 1911.

<sup>65</sup> A Universidade Livre de São Paulo (1) nasceu como estabelecimento de ensino particular, e abrangia o jardim de infância, a escola primária, secundária e superior, fundando, entre outras escolas a primeira Faculdade de Medicina de São Paulo (2). Em 19 de novembro de 1911 foi fundada a Universidade Livre de São Paulo... De acordo com o Memorial, a instituição é considerada vertente da liberdade de ensino e profissional, tendo sido criada como a primeira do Brasil, com o fim de defender o ensino livre e desoficializado da nação republicana. Foi oficial e solenemente instalada a 23 de março de 1912. Embora em seus Estatutos e demais documentos a instituição esteja registrada com o nome Universidade de São Paulo, a denominação Universidade Livre de São Paulo se justifica por duas razões. Por um lado, a designação “Escolas Superiores Livres” era corrente no início da República e concernente às instituições privadas de ensino. Por outro lado, é também um termo discriminatório e distintivo em relação à Universidade de São Paulo, formada em 1934 por várias faculdades públicas e oficiais do Estado. Por fim, a solução corresponde à adotada pela maior parte dos pesquisadores que se debruçaram sobre a instituição.

universitária, visto que a mesma não estava vinculada a uma função universitária e, sim, com um apêndice, ofertando cursos e conferências que as universidades achavam necessárias para o momento.

A extensão universitária somente tomou novos caminhos a partir da grande influência do *Movimento Estudantil de Córdoba*,<sup>66</sup> trazendo novas reflexões da prática de fazer extensão.

No Brasil, houve uma influência muito grande das experiências de extensão universitária desenvolvidas na América Latina. O Manifesto de Córdoba, na Argentina em 1918, citado por Rocha (1986), é um exemplo dessa referência. Foi em 1938, sob a influência das bandeiras deste manifesto, que começaram a surgir as universidades populares em nosso país, com a assimilação, por parte dos movimentos estudantis, das ideias por ela disseminadas (SOARES,2015, p.42).

Fez impulsionar o movimento estudantil brasileiro, esse sim, com uma participação empírica para ter uma extensão universitária pensada a partir das demandas sociais. Uma universidade que dialogasse com o seu meio e com a sua comunidade.

A normatização da extensão universitária veio no ano de 1931, a partir do Decreto nº 19.851, de 11 de abril. Neste documento, além de estabelecer as bases das universidades brasileiras, surgem as diretrizes para a extensão universitária. Seguem abaixo, todos os artigos e incisos que abrangem a extensão universitária.

#### **QUADRO 8-** Partes do Decreto relacionados à Extensão Universitária

Art. 23. Constituem atribuições do Conselho Universitário:
XVII - organizar, de acordo com proposta dos institutos da Universidade, os cursos e conferências de extensão universitária
Art. 35. Nos institutos de ensino profissional superior serão realizados os seguintes cursos f) cursos de extensão universitária, destinados a prolongar, em benefício colectivo, a actividade técnica e científica dos institutos universitários.
Art. 42. A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de carácter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitário.

<sup>66</sup> Esse movimento ocupou lugar de destaque na história da extensão universitária pelo seu caráter crítico com relação a universidade, propondo mudanças nas estruturas, inclusive administrativas, que influenciaram o mundo, e em especial a América Latina (SOUZA,2005, p.4).

Art. 99. A vida social universitária terá como organizações fundamentais:

c) extensão universitária;

Art. 109. A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos philosophicos, artísticos, litterarios e scientificos, em benefício do aperfeiçoamento individual e colectivo.

§ 1º De acôrdo com os fins acima referidos, a extensão universitária será realizada por meio de cursos intra e extra-universitários, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações práticas que se façam indicadas.

§ 2º Caberá ao Conselho Universitário, em entendimento com os conselhos técnico-administrativos dos diversos institutos, effective pelos meios convenientes a extensão universitária.

Fonte: Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931.

Com essas descrições, podemos refletir que há uma legitimação da universidade, como também um elo articulador entre universidade e comunidade, buscando ter na extensão aquela que poderia trazer mudanças locais, ou seja, acreditava-se que a sociedade (os pobres), necessitava de modernização e era desprovida de cultura, cabia a Universidade, através da extensão, ser esse agente transformador e/ou de elevação cultural do povo. Uma relação unilateral, negando os saberes da comunidade.

A primeira referência legal à Extensão Universitária é encontrada no Estatuto Das Universidades Brasileiras, Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. A concepção de Extensão, presente no decreto do Ministro Francisco Campos, fica bastante clara na Exposição de Motivos que encaminhou o Presidente da República. Diz o texto:

A extensão universitária se destina a dilatar os benefícios da atmosfera universitária àqueles que não se encontram diretamente associados à vida da Universidade, dando assim maior amplitude e mais larga ressonância às atividades universitárias, que concorrerão, de modo eficaz, para elevar o nível de cultura geral do povo (...) (NOGUEIRA, 2001, p. 58).

Mesmo com todo engessamento que o decreto propiciou à extensão universitária, não pôde impedir o momento de manifestações com uma visão diferenciada de educação e, conseqüentemente, a Universidade compreendendo que ela deve ser para o povo e do povo, buscando transformações sociais, através das lutas estruturais que ocorreram entre 1950 até o início da ditadura militar, 1964. Um período marcado por mobilização social, e como destaque a mobilização de estudantes, através da União Nacional dos Estudantes (UNE)<sup>67</sup>

<sup>67</sup> Organização fundada extraoficialmente em 11 de agosto de 1937 por iniciativa da Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, por ocasião do I Conselho Nacional de Estudantes. Entretanto, a

juntamente com a Juventude Universitária Católica (JUC)<sup>68</sup>, ambos grupos, de maneira organizada, não somente fortaleceram, assim como participaram ativamente sobre o papel da Universidade no local, “(...)segundo a JUC, deveria apresentar uma postura crítica em relação à sociedade capitalista” (SOARES,2017, p.43). Ter uma instituição mais democrática, com um maior engajamento social, e não apartada dos problemas sociais.

Alguns deles até se confrontavam no campo das ideias, mas todos estavam comprometidos com a reforma universitária no sentido de envolver as instituições com as questões da sociedade, com o objetivo de torná-la mais justa e democrática (SOARES,2017, p.44).

A UNE organiza e realizou o 1º Seminário Nacional da Reforma Universitária, na Bahia em maio de 1960, obtendo como pauta a democratização da Universidade (ensino e acesso), uma abertura maior para o povo, no qual o povo tivesse na universidade cursos de formação necessários como, por exemplo, acesso a cursos na construção civil. O II Seminário foi em Curitiba, 1962, entre 17 e 24 de março, ratificando as propostas já mencionadas na Bahia, acrescentou também mais demandas e reivindicações, resultando na Carta Paraná, dividida em três partes: Fundamentação Teórica da Reforma Universitária; A Análise Crítica da Universidade Brasileira; Síntese final: esquema tático de luta pela Reforma Universitária. (PAULA, 2013)

Esse foi um período muito rico para o Brasil, principalmente quando falamos em Educação. Neste mesmo contexto, houve um movimento de vários teóricos da educação, liderados por Paulo Freire, que através da prática de alfabetização criado por Freire, alfabetizando jovens e adultos em poucos dias, respeitando suas realidades e propiciando ambientes de reflexão e conscientização de suas realidades. Esta nova didática de ensino tornou-se um instrumento de conscientização e mobilização política e social. Além desta nova

---

União Nacional dos Estudantes (UNE) só foi reconhecida oficial e formalmente em dezembro do ano seguinte no II Congresso Nacional dos Estudantes, posteriormente II Congresso da UNE, no qual foi aprovado seu estatuto e eleita sua primeira diretoria oficial. A UNE era constituída pelas organizações estudantis brasileiras a ela filiadas, sendo “o órgão máximo de representação dos estudantes” e tendo por finalidade “congregar todos os estudantes do Brasil para a defesa dos seus interesses” Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-nacional-dos-estudantes-une>>

<sup>68</sup>Associação civil católica reconhecida nacionalmente pela hierarquia eclesiástica em julho de 1950 como setor especializado da Ação Católica Brasileira (ACB). Seu objetivo era difundir os ensinamentos da Igreja no meio universitário. Desapareceu entre os anos de 1966 e 1968, quando a nova orientação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em relação aos movimentos leigos da Igreja provocou o esvaziamento da ACB. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. Disponível em:

A Juventude Universitária Católica (JUC) que renovou a ação católica presente desde a década de vinte. Reforçando os preceitos da justiça social, exigindo que os jovens participassem da vida social procurando atender ao povo. Assim, os estudantes nas áreas específicas atuavam nas comunidades. A movimentação da JUC contribuiu para a formação acadêmica para a fomentação de uma consciência crítica para provocarem os jovens a atuarem na sociedade e se envolverem com as grandes questões humanas.

didática de alfabetização, Freire e os seus colaboradores criaram o, Serviço de Extensão Cultural, na Universidade do Recife, no qual tinham suas práticas pensadas a partir do povo, com e para o povo, ou seja, uma extensão universitária baseada no diálogo e nas demandas sociais.

Foi na Universidade de Recife, através do Serviço de Extensão Universitária, dirigido por Paulo Freire, que se manifestou com clareza a efetiva integração da universidade, da extensão universitária, às grandes questões nacionais, ampliando o que já vinha sendo feito pelos estudantes com a luta pela Reforma Universitária. De fato, é com Paulo Freire que a universidade descobre e desenvolve instrumentos que a aproximam dos setores populares, tanto mediante a ação concreta de alfabetização, quanto mediante a elaboração de metodologias de interação entre o saber técnico-científico e as culturas populares (PAULA,2013, p,13).

Freire também liderou o Movimento de Cultura Popular (MCP)<sup>69</sup>, o Movimento de Educação de Base (MEB)<sup>70</sup> e o Centro Popular de Cultura (CPC)<sup>71</sup> da UNE. (GADOTTI, 2017). Com o golpe militar de 1964, foram interrompidos todos os avanços vivenciados e conquistados anteriormente, sendo totalmente contrários à educação popular, desmantelaram os movimentos estudantis. Freire foi uma pessoa que necessitou se exilar em outro país para

---

<sup>69</sup> Movimento de alfabetização de adultos e de educação de base constituído em maio de 1960 em Recife por estudantes universitários, artistas e intelectuais, em ação conjunta com a prefeitura... O MCP tinha por objetivo formar uma consciência política e social nas massas trabalhadoras no intuito de prepará-las para uma efetiva participação na vida do país... Em seus quase quatro anos de existência, o MCP teve uma atuação importante na área da educação. Um de seus primeiros colaboradores, o professor Paulo Freire, formulou um método próprio de alfabetização de adultos, que a partir de 1962 passou a ser regularmente aplicado em Pernambuco. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-de-cultura-popular-mcp>

<sup>70</sup> Programa nacional nascido da experiência com escolas radiofônicas, lançada pelo bispo Eugênio Sales em Natal em 1958. JÂNIO Quadros, quando presidente da República, determinou que o governo federal fornecesse recursos para a generalização desse movimento por intermédio das emissoras católicas, através de convênios com o Ministério da Educação e Cultura e outros órgãos da administração federal. O MEB, criado pelo Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961, deveria executar um plano quinquenal (1961-1965), que previa inicialmente 15 mil escolas radiofônicas, e deveria expandir-se nos anos subsequentes. Para cumprimento do decreto, foi assinado no mesmo dia um convênio entre o Ministério da Educação e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Pós 1964, ocorreu uma retração do MEB para algumas dioceses do Nordeste, Norte e Centro-Oeste. A partir de 1971, o MEB passou a atuar em convênio com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-de-educacao-de-base-meb> >

<sup>71</sup> O Centro Popular de Cultura (CPC) foi constituído em 1962 no Rio de Janeiro, então estado da Guanabara, por um grupo de intelectuais de esquerda em associação com a União Nacional dos Estudantes (UNE), com o objetivo de criar e divulgar uma "arte popular revolucionária"... Os fundamentos e os objetivos da entidade foram definidos num anteprojeto de manifesto, datado de março de 1962, e reafirmado num manifesto definitivo divulgado em agosto do mesmo ano. Os artistas e intelectuais do CPC acreditavam que toda manifestação cultural deveria ser compreendida exatamente "sob a luz de suas relações com a base material" Combatendo o hermetismo da arte alienada em nome de uma arte popular revolucionária, os fundadores do CPC declaravam finalmente: "nossa arte só irá onde o povo consiga acompanhá-la, entendê-la e servir-se dela." Os recursos para a manutenção do CPC, além de empréstimos da UNE, eram arrecadados com a venda de sua própria produção, que incluía *shows* de teatro e música, livros, revistas etc. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobral>

não sofrer mais represálias. O golpe de 1964 voltou às velhas práticas educacionais, como uma educação elitista e excludente, e a extensão universitária voltada para as demandas do governo.

A extensão universitária fez parte da reforma universitária de 1968. Desta maneira, nos anos posteriores foi traçada a extensão a partir dessa nova deliberação, Lei 5.540. Seguem os artigos relacionados à extensão na reforma universitária.

**QUADRO 9-** Artigos pertencentes a reforma universitária de 1968 que norteiam a Extensão.

Art. 17. Nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior poderão ser ministradas as seguintes modalidades de cursos:
d) de extensão e outros, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos.
Art. 20. As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes.
Art. 25. Os cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros serão ministrados de acordo com os planos traçados e aprovados pelas universidades e pelos estabelecimentos isolados.
Art. 40. As instituições de ensino superior:
a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento;

Fonte: Lei 5.540 de 1968.

Uma leitura que podemos realizar é que não está claro se a Extensão tem como prioridade uma prática a partir do diálogo com a comunidade e se permite constituída através dessa via, nos levando a problematizar e refletir, que este período de ditadura dificultou e até mesmo pode inviabilizar as tentativas de mudança deste processo educacional e social. A universidade em si, perde um pouco de sua autonomia, restringindo as variáveis ações que as instituições universitárias poderiam realizar na extensão. Mesmo em um período de repressão, nas universidades, principalmente as públicas, são encontradas resistências tanto dos discentes como dos docentes. Inclusive de romper com a falta de autonomia das universidades.

Na década de 1980, o golpe militar acabou em 1985, e para extensão universitária essa década ficou marcada, pois foi nela que começou o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras- FORPROEX -em novembro de 1987, este

fórum é um marco para a extensão.

#### QUADRO 10 - Objetivos do FORPROEX

● Propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das Pró-Reitorias de Extensão e órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras;
● Manter articulação permanente com representações dos Dirigentes de Instituições de Educação Superior, visando encaminhamento das questões referentes às proposições do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras;
● Manter articulação permanente com os demais Fóruns de Pró-Reitores, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem à real integração da prática acadêmica;
● Manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das Universidades Públicas;
● Incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras.

Fonte: Rede Nacional de Extensão- RENEX, 2016 in <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/forproex-e-renex>

#### GADOTTI (2017, p.2) elucida a visão de extensão buscada no FORPROEX

A Extensão Universitária foi entendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Para o FORPROEX, A Extensão Universitária é "uma via de mão-dupla" entre Universidade e sociedade. O saber acadêmico e o saber popular se reencontraram.

O autor afirma que é a partir do FORPROEX que podemos notar a percepção de extensão. O FORPROEX tornou-se fundamental para a extensão, com encontros anuais a partir de 1987 até 1996 e depois duas vezes ao ano em 1997 e 1998. Retornou em 1999 com um encontro anual, e no ano de 2009 voltou a ter dois encontros por ano, e ainda encontra-se nesse formato.

O FORPROEX tem cada vez mais intensificado e atualizando o pensar e o fazer sobre Extensão Universitária, assim como a sociedade faz parte desse espaço e tempo, suas transformações são impactadas nos encontros. O FORPROEX permitiu que a extensão não ficasse às margens dessas mudanças. Suas indicações geraram o Plano Nacional de Extensão, na década de 1990, trazendo diretrizes consonantes com o diálogo, uma relação de mão-

dupla.<sup>72</sup>

O Plano Nacional de Extensão define Diretrizes para Extensão Universitária: que devem estar presentes em todas as ações de Extensão e que podem ser, didaticamente, expressadas em quatro eixos:

- Impacto e transformação
- Interação dialógica
- Interdisciplinaridade
- Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão.

Em todos os cartazes<sup>73</sup> presentes no site são apresentadas preocupações e esforços significativos para que a extensão universitária fosse vista como parte fundamental da universidade em consonância com as necessidades da sociedade. Eles apontam os embates enfrentados pela extensão no interior da universidade, no que se refere à sistematização, reconhecimento, caracterização, avaliação, envolvimento da comunidade acadêmica e da sociedade, assim como sua conceituação (SOARES,2017, p.51).

A Constituição de 1988 reafirmou o ensino-pesquisa-extensão, o tripé que será regido por todas as universidades, reafirmado na Lei 9.394/96, LDBEN, reiterando a importância da extensão para uma universidade, agora amparada pela lei.

As Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) <sup>74</sup>têm conquistado significativos avanços na Extensão e na Educação Popular. As ICES já organizaram 16 Fóruns de Extensão (FOREXT) visando qualificar sua extensão, ampliando a participação da comunidade acadêmica em projetos de extensão. As ICES têm seu próprio Fórum, o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior, o FOREXT, criado no ano 2000. Em suas Assembleias Anuais, discute as práticas e as políticas de extensão, bem como a sua organização, a gestão e a avaliação. As ICES têm defendido a especificidade das Universidades Comunitárias, Filantrópicas e Confessionais frente às Universidades privadas (GADOTTI, 2017).

Na década de 1990, mais precisamente no ano de 1993, foi criada a Comissão

---

<sup>72</sup> “Mão dupla” significa troca de saberes acadêmicos e populares que tem por consequência não só a democratização do conhecimento acadêmico, mas, igualmente, uma produção científica, tecnológica e cultural enraizada na realidade. A extensão deve influenciar o ensino e a pesquisa e não ficar isolada deles, da universidade como um todo e dos anseios da sociedade, “entre-laçando” saberes e conhecimentos (SANTOS JÚNIOR, 2013 Apud GADOTTI,2017, p.2).

<sup>73</sup> O acesso a todas as cartas e, por conseguinte, a todos os fóruns realizados até 2019 foi viabilizado pelo site Cartas e Memória FORPROEX - RENEX - Rede Nacional de Extensão.

<sup>74</sup> São consideradas ICES as organizações da sociedade civil brasileira, que possuem, conforme previsto na Lei nº 12.881/2013, cumulativamente, as seguintes características: (i) estão constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as instituídas pelo poder público; (ii) patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público; (iii) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (iv) aplicam integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; (v) mantêm escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão; (vi) possuem transparência administrativa, nos termos dos arts. 3º e 4º da Lei nº 12.881/2013; e (vii) preveem a destinação do patrimônio, em caso de extinção, a uma instituição pública ou congêner. <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/instituicoes-comunitarias>

Nacional de Extensão, sua coordenação era realizada pela Secretaria de Educação Superior do MEC, formada por uma comissão pertencente ao FORPOEX.

Em 2008, foi criado o Programa de Apoio À Extensão Universitária (PROEXT)<sup>75</sup>, a partir do Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008 com o intuito de institucionalizar mais ainda a Extensão. No Decreto fala-se de apoio à extensão, com financiamento, sendo essa mais uma ferramenta para viabilizar a Extensão universitária com toda sua potencialidade, sempre reforçando o diálogo com a comunidade, enaltecendo a troca de saberes e afirmando a Extensão Universitária como primordial para a vida acadêmica. Tais marcos regulatórios são importantes para a Extensão, pois como citado, a mesma foi e, ainda é marginalizada tanto na academia como nos governos:

**QUADRO 11-** Fragmentos do Decreto diretamente ligados a Extensão

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa de Extensão Universitária - PROEXT, destinado a apoiar instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de projetos de extensão universitária, com vistas a ampliar sua interação com a sociedade
.V - estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior;
VI - contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira por meio do contato direto dos estudantes com realidades concretas e da troca de saberes acadêmicos e populares;
VIII - fomentar o estreitamento dos vínculos entre as instituições de ensino superior e as comunidades populares do entorno.

Fonte: Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008.

Também foi criado no ano de 2000 o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior, o FOREXT<sup>76</sup>. Este discute

<sup>75</sup> O Programa de Extensão Universitária (PROEXT) é da competência da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior, no âmbito da Coordenação Geral de Relações Estudantis (Dippes/CGRE). Tem o objetivo de apoiar as instituições públicas e comunitárias de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas, com ênfase na inclusão social. A execução do PROEXT ocorre mediante o financiamento de programas e projetos de extensão universitária elaborados por instituições federais, estaduais, municipais e comunitárias de educação superior.

<sup>76</sup> O Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias, o ForExt, foi criado durante o 6º Encontro de Ação Comunitária e Extensão, promovido pela Abesc. O encontro ocorreu em 1998, e durante o evento, foi aprovada a Carta de Goiânia, que efetivou a criação do Forext;

O Forext materializa um importante mecanismo de articulação e fortalecimento político acerca da extensão e das instituições de ensino superior comunitárias. A proposta é problematizar os desafios da extensão de maneira enfática e desafiadora, mas, sobretudo, com vistas a restabelecer o compromisso da universidade com a sociedade e a vislumbrar as oportunidades de transformação frente ao contexto atual da educação superior, fortalecendo, assim, a identidade comunitária dessas instituições.

todas as demandas da extensão: gestão, avaliação, políticas e organização. Reforça o empenho das IES Comunitárias, sua importância em âmbito nacional quando se fala de extensão. O documento também retrata a importância do compromisso social das IES.

A Rede Nacional De Extensão, está é mais uma rede viabilizada pelo FORPROEX. Como o nome já menciona (RENEX), é uma rede que mantém um cadastro atualizado das instituições integrantes, divulga ações extensionistas universitárias e coordena o sistema nacional de informações de extensão, SIEX/BRASIL, banco de dados sobre as práticas de extensão no país. Uma ferramenta viável, permitindo o acesso a todas as cartas dos encontros do FORPROEX, assim como outros arquivos com a temática extensão universitária, como documentos, livros, artigos, eventos dentre outros.

O Documento referência para o FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO<sup>77</sup> afirma que “qualidade na educação superior passa, necessariamente, por sua capacidade de atender às demandas do entorno em que se insere, dimensionando seu compromisso com a sociedade”

Em 2018, ocorre a aprovação das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, ela é meta do PNE 2014 até 2024. Lendo o marco regulatório, nota-se um avanço no que se pensa Extensão. Esse é um ganho para todos os envolvidos.

A atual discussão sobre a extensão universitária é a sua curricularização, com o fim de incorporar nos currículos a lógica da extensão que possibilita o diálogo entre os saberes e conhecimentos disciplinares dos cursos universitários e as questões mais amplas que permeiam a sociedade. A extensão universitária, por isso mesmo, deve ter um caráter interprofissional, interdisciplinar e inter/transdisciplinar. Uma Extensão Universitária de “intencionalidade emancipatória” (FAGUNDES, 2009), pode impactar a formação e a ação profissional dos estudantes universitários que podem viver suas teorias aprendidas na academia. A extensão aproxima o aluno das demandas locais, fortalecendo sua formação cidadã. Para o aluno a extensão é também o lugar do reconhecimento e aceitação do outro e da diversidade. A Curricularização da Extensão obrigará a universidade a repensar suas concepções e práticas de extensão, o currículo e a própria universidade (GADOTTI, 2017).

Como vimos, houve um grande avanço na extensão universitária brasileira, sua institucionalização impulsionou uma melhor organização e desenvolvimento. Vemos a influência de Paulo freire nos fóruns, nos quais, seu pensamento de uma extensão baseada no diálogo, dos sujeitos, está nos incisos e parágrafos dos documentos regulamentadores da extensão universitária. Não somente na legislação, como também em debates promovidos

---

<sup>77</sup>O documento em sua íntegra encontra-se nesse site [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/forum/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/forum/documento_base.pdf)

pelo FORPROEX.

A extensão universitária, no Brasil, ainda é muito recente, assim como o ensino superior, e através dela podemos identificar para quem e para quem é o público da universidade pública. Nessa breve contextualização histórica, foi possível notar a intervenção política, social e econômica, sendo assim, a extensão universitária tem ainda vários obstáculos para se estabelecer no meio acadêmico. Mesmo com esse progresso, há várias formas de se pensar e fazer extensão presentes nas universidades. O FORPROEX, os marcos regulatórios e outras ações, ajudam a identificar e entender o intuito da ação estabelecida, podendo trazer um olhar mais criterioso sobre as ações.

As diretrizes foram pensadas para auxiliar na superação da concepção de uma universidade que sirva apenas aos interesses hegemônicos e burgueses, trazendo para reflexão sua práxis e a função social da universidade (SOARES,2017, p.62).

Acompanhando o raciocínio de Soares,

Nos dias atuais a extensão universitária continua lutando para conseguir ocupar o lugar que lhe cabe de direito, dentro da universidade pública e também das universidades comunitárias e confessionais. Para tanto é necessário que haja uma interlocução com a sociedade através de relações interinstitucionais e intersetoriais, para que se possa ter uma visão crítica de seu papel dentro da universidade e fora dela, de modo a contribuir significativamente para a formação de sujeitos conscientes do papel que cada um ocupa na sociedade (SOARES, 2017, p.69).

### **3.3 A Extensão e a sua diversidade de concepções**

Como se observa, através das leituras que precedem este escrito, compreende-se que a Extensão é vivenciada e entendida de diversas formas. Desta maneira, permeadas de uma diversidade de conceitos. Freire, em seu livro 'Extensão ou Comunicação? Traz diversas formas de se fazer extensão, e não somente sua diversidade de concepções, intitulada desta forma pelo autor, como também de suas aplicações e implicações. A Extensão universitária brasileira é realizada através de seus contextos históricos e políticos. Através da extensão universitária podemos analisar o cenário político e econômico do país, como também podemos compreender que tipo de extensão a universidade está vivenciando. A universidade pública brasileira, desde seus primórdios, foi pensada, administrada e vivenciada pela elite. Através dos conceitos que ainda serão abordados, poderemos diagnosticar se a universidade ainda está para a elite e para si, ou já se permite outros saberes e outros grupos sociais.

O conceito de extensão universitária ao longo da história das universidades brasileiras, principalmente das públicas, passou por vários matizes e diretrizes conceituais. Da extensão cursos, à extensão serviço, à extensão assistencial, à extensão “redentora da função social da Universidade”, à extensão como mão dupla entre universidade e sociedade, à extensão cidadã, podemos identificar uma significação da extensão nas relações internas com os outros fazeres acadêmicos, e na sua relação com a comunidade em que está inserida (FREIRE, 1971, p. 30).

Através de seu ensaio, Freire, elucida essas dinâmicas e a diferenciação de conceitos de extensão, principalmente seus intuítos e objetivos. Juntamente com outros teóricos, traça os conceitos da extensão universitária. Faremos uma análise deste tipo, tendo como objeto o termo extensão. Ao fazê-lo, buscando descobrir as dimensões de seu campo associativo, facilmente seremos induzidos a pensar em:

**QUADRO 12- Dimensões de Extensão apontadas por Paulo Freire**

Extensão.....	Transmissão
Extensão.....	Sujeito ativo (o que estende)
Extensão.....	Conteúdo (que é escolhido por quem estende)
Extensão.....	Recipiente (do conteúdo)
Extensão.....	Entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra “atrás do muro” àqueles que se encontram “além do muro”, “fora do muro”. Daí que se fale em atividades extramuros)
Extensão.....	Messianismo (por parte de quem estende)
Extensão.....	Superioridade (do conteúdo de quem entrega)
Extensão.....	Inferioridade (dos que recebem)
Extensão.....	Mecanicismo (na ação de quem estende)
Extensão.....	Invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem). P.22

Fonte: FREIRE, 1983, p.22

O Instituto Paulo Freire (IPF)<sup>78</sup>, em seus 25 anos de existência, tem retomado o projeto originário de Freire em suas parcerias com as Universidades, propondo uma Extensão Universitária na perspectiva da Educação Popular. O IPF entende a extensão como um espaço de formação cidadã e de produção de conhecimento, além de ser um espaço privilegiado de interlocução com as comunidades, que oferece elementos para repensar o projeto político-pedagógico da universidade como um todo (GADOTTI, 2017 p.6).

Freire, através de seus escritos e da sua prática, demonstrava seus descontentamentos com a forma elitista e unilateral em que as universidades vivem. Os saberes produzidos pelas

<sup>78</sup> O Instituto Paulo Freire (IPF) em seus 25 anos de existência, tem retomado o projeto originário de Freire em suas parcerias com as Universidades, propondo uma Extensão Universitária na perspectiva da Educação Popular. O IPF entende a extensão como um espaço de formação cidadã e de produção de conhecimento, além de ser um espaço privilegiado de interlocução com as comunidades, que oferece elementos para repensar o projeto político-pedagógico da universidade como um todo (GADOTTI, 2017 p.6).

comunidades, muitas vezes eram marginalizados, negados ou silenciados pela academia, e esses são os seios da própria Extensão Universitária.

Os alunos precisam conhecer o local inserido da universidade, ir até os lugares mais empobrecidos. Precisam conhecer as favelas, prisões, hospitais, escolas, igrejas... precisam descobrir *in loco* como vivem os brasileiros, as mulheres, as crianças, os doentes, os idosos. Na realidade, o mundo é nosso primeiro grande educador.

O livro de Freire separa a extensão em quatro capítulos, dando uma nomenclatura para cada de acordo com a ideologia e a prática da extensão vivenciada. Desta maneira, percebe-se que para conceituar e demonstrar sua variedade tal procedimento torna-se mais didático. Logo, essas informações trazidas não somente por Freire, como também outros teóricos, será dialogada neste capítulo. Cada tópico trará uma dimensão da extensão, com concepções e aplicações, tendo em vista como ferramenta o diálogo com esses autores.

### **3.3.1 Conceção Vertical: Assistencialismo, Opressor, Unilateral, Capital**

A universidade, por muitos anos, era o local de referência para compreensão de saberes, propagação e vivências. Muitos acreditavam e/ou acreditam, que somente os saberes produzidos na mesma, são saberes. Negando, desta maneira, todos os outros produzidos extramuros. Pensava-se que não somente ela era detentora dos “verdadeiros e únicos” saberes, como também a construtora das culturas a serem aceitas. Caber à universidade o monopólio de transmitir os saberes para a comunidade em que está inserida, é uma dimensão messiânica da universidade, no qual, ela, detentora de toda glória, ajudará os desprovidos de conhecimento. Uma das concepções recorrentes de Extensão.

Na extensão universitária pode ser atribuída a função de Assistencialista para alguns setores sociais, como também para quem a oferece, pode pensar que esta prática é benéfica. Seu benefício realmente existe, entretanto podemos nos indagar se não limita a academia, assim como a diversidade da sociedade em que a universidade está inserida. Afinal, o que seria uma extensão universitária assistencialista? E por que tal escolha é realizada, até o momento presente, por algumas universidades?

Na prática, duas vertentes de Extensão Universitária têm se confrontado: uma mais assistencialista e outra não assistencialista, ou, como também se costuma dizer, uma prática extensionista e outra não extensionista (FREIRE, 1971, p.30.).

Na extensão, as aplicações se dão pela técnica, ou seja, a Universidade possui todas as técnicas, leva esses conhecimentos para sujeitos desprovidos dessas, compreendendo dessa maneira que pode haver uma grande contribuição para o crescimento social.

Freire, através de seu livro, *Extensão ou Comunicação*, nos traz a narrativa do sujeito Pedro, o agrônomo, um exemplo de todo este contexto. O agrônomo era o detentor do conhecimento acadêmico, daquele que possuía a técnica, o diploma. Os camponeses eram os sujeitos que necessitavam da assistência. A extensão em si mesma (e, quando não o é, está mal denominada) enquanto é um ato de transferência, nada ou quase nada pode fazer neste sentido “(...) tratar a extensão universitária como assistencialismo, é negar o diálogo, acreditando que pelos seus próprios pensamentos, é satisfatório para agir em uma realidade, negando sua diversidade” (FREIRE, 1971, p.32.).

Nesse ensaio, Freire narra que não é somente transmitir a técnica, substituir a forma de vivência e os saberes dos camponeses pelo conhecimento apresentado pelos agrônomos, negando suas experiências e saberes. Desta maneira, está ocorrendo uma imposição e não desenvolvimento.

Por tudo isto, o trabalho do agrônomo não pode ser o de adestramento nem sequer o de treinamento dos camponeses nas técnicas de parar, de semear, de colher, de reflorestar etc. Se se satisfazer com um mero adestrar pode, inclusive, em certas circunstâncias, conseguir uma maior rentabilidade do trabalho. Entretanto, não ter contribuído em nada ou quase nada para a afirmação deles como homens mesmos (FREIRE, 1971, p.36).

Serrano traz essa percepção empírica de assistencialismo analisando o decreto 19.851 de 11 de abril de 1931, construindo a seguinte reflexão:

Percebe-se nesta normatização a institucionalização da extensão centrada na forma de cursos e a difusão do conhecimento, uma via de “mão única” de uma Universidade que sabe para uma comunidade que não sabe. Esta extensão toma um caráter redentor, messiânico como diz (FREIRE, 1971.p. 8).

Essa prática, que pode se julgar unilateral, egocêntrica, arrogante, transforma sujeitos em objetos a serem manipulados e moldados de acordo com os saberes postulados. Uma transmissão de conhecimento que é chamada por Gadotti de vertical.

(...) a Extensão Universitária como a transmissão vertical do conhecimento, um serviço assistencial, desconhecendo a cultura e o saber popular. Basicamente essa concepção sustenta que aqueles que têm, estendem àqueles que não têm. Essa visão assistencialista traz, pois, uma direção unilateral, ou seja, é uma espécie de rua de mão única: só vai da universidade para a sociedade. A mão inversa não é considerada. É interpretada como não existente. Logo, não se leva em conta o que vem da sociedade para a universidade, seja em termos da sociedade sustentando o ensino superior, seja em termos do próprio saber que a universidade elabora. Entretanto, para que a universidade se insira efetivamente na sociedade de modo consequente, é necessário que se considere a mão inversa também (GADOTTI, 2017, p.2.).

Por muito tempo a extensão universitária ficou aprisionada nessas concepções: verticalizada, unilateral, uma relação de superioridade. Como exemplificação acompanho Serrano, visto que a autora utiliza o começo da extensão na Inglaterra (já abordada anteriormente), para elucidar essa aplicação de Extensão Universitária, uma prática que se arrasta até o século vigente,

Quando remetermos ao ensino superior brasileiro, a Extensão Universitária passou e ainda passa por problemas, desde de entendimento do que é extensão até suas práxis. Corrêa 2015, SOUZA 2005, narram brevemente essa trajetória de dificuldades, conflitos e construções da extensão universitária brasileira. Demonstrando que concepções apontadas nesse tópico foram recorrentes em sua trajetória.

Até que a extensão universitária no seu processo de luta interna dentro da universidade passasse a ser mais problematizada e disseminada, mesmo que de forma tímida, como parte fundamental da universidade brasileira, ela passou por diversas concepções: desde a visão de assistencialismo, até o reconhecimento de que a extensão universitária ultrapassava a mera disseminação do conhecimento acadêmico para a população, atingindo finalmente a compreensão de que ela poderia contribuir para o diálogo entre o saber popular e os conhecimentos academicamente produzidos. Essa discussão até hoje ainda perpassa a universidade, colocando em questionamento o real lugar da extensão dentro das universidades brasileiras (SOARES, 2017, p.40).

### **3.3.2 Concepção Horizontal: Comunicação, Diálogo, Troca De Saberes**

O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e transformando-o, o humanizam para a humanização. (p 43). Assim, Paulo Freire, define diálogo. Uma forma poética, e com os significados significantes que o diálogo permite, ressaltando seu caráter educativo, pois quando há diálogo, há impacto, escuta, troca e transformação. É com essa potencialidade do diálogo abrimos este tópico, desde já, exaltando que uma Extensão deve estar no diálogo, pensada e vivenciada nele. O diálogo é a empiricidade de se comunicar, ou seja, quando há um diálogo, ambas as partes falam, se respeitam, colocam-se a ouvir um ao outro, gerando um processo dialético, visto que, no diálogo os/os conhecimentos/s são trocados e, desta maneira, ocorre um novo conhecimento ou novos conhecimentos para ambas as partes, havendo assim, uma comunicação. Comunicar é comunicar-se em torno do significado significante.

Deste modo, permitindo uma troca horizontal, onde todos estão no mesmo plano e não um sobrepondo o outro, como acontece em uma troca vertical. “o diálogo se faz uma relação

horizontal, em que a confiança de um pólo no outro é consequência óbvia (FREIRE, 2019, p.113).

A extensão universitária precisa ser conceituada e dimensionada no diálogo. É ter uma educação autêntica, onde todos os participantes sejam mediatizados pelo mundo. Compreender que os saberes são diversos.

Partimos da compreensão de que a ação extensionista pode ser compreendida como um processo de diálogo entre conhecimentos e não, apenas, como transmissora destes. Nela o conhecimento emancipador inter-relaciona-se com o regulador. Isso porque essa ação tem possibilidades de se concretizar como uma prática acadêmica, institucionalizada nos cursos de graduação, que promove ações integradas entre as várias áreas do conhecimento; pode favorecer a aproximação de diferentes sujeitos admitindo, assim, a multidisciplinaridade e o desenvolvimento de uma consciência cidadã; permitindo que os estudantes extensionistas, no seu processo de formação, sejam entendidos como sujeitos comprometidos com a mudança e capazes de se colocarem no mundo com uma postura mais ativa e crítica diante dos problemas da sociedade (TOSCANO e JEZINE, 2006 *apud* SANTOS JÚNIOR, 2013, p.10).

Com a Reforma Universitária de 1968, o tripé foi firmado, ensino, pesquisa e extensão, colocando todas no mesmo grau de relevância – apenas no plano dos valores proclamados pois nos planos dos valores reais a extensão ficou por muitos anos em outro patamar, patamar abaixo, mesmo após esta lei. Entretanto, sua relevância é fundamental. É na extensão que podemos ter a ação conjunta do tripé, ou seja, a aplicabilidade deste entendimento de Universidade trazido não somente pelas leis que a competi, como também por educadores que relatam esse tema, reforçando a dinâmica e potencialidade da Extensão, que quando compreendida na sua potencialidade possibilita experiências uníssonas todos aqueles pertencentes a academia.

(...) concepção de extensão universitária, pois ela não pode ser mais vista como uma atividade à parte do ensino e da pesquisa – anseio de docentes e discentes que consideravam a conceituação da extensão como algo difuso porque não abarcava seu ideal de ação política, tendo em vista que ela é o próprio ensino e a pesquisa imersos numa “concepção político metodológica que privilegia as necessidades da maioria da população, numa perspectiva do movimento ação – reflexão – ação” (TAVARES, 1997. p. 15).

Saraiva compartilha deste mesmo pressuposto citado acima. Identificando na Extensão, aquela a oferecer a completude entre Ensino-Pesquisa e Extensão.. Promovendo uma Educação para transformação

(...) a extensão possibilita ao acadêmico a experiência de vivências significativas que lhe proporciona reflexões acerca das grandes questões da atualidade e, com base na experiência e nos conhecimentos produzidos e

acumulados, o desenvolvimento de uma formação compromissada com as necessidades nacionais, regionais e locais, considerando-se a realidade brasileira. Os três fundamentos da universidade, isto é, ensino, pesquisa e extensão, propiciam experiências a discentes e docentes, mas a extensão faz a associação paralela imediata entre o conhecimento científico e o popular. (SARAIVA, 2007 *apud* FERNANDES, SILVA, MACHADO e MOREIRA 2012, p.3).

Santos Júnior aponta para uma universidade comprometida com o seu meio, deve pretender buscar uma relação horizontal, preterindo ser a Extensão, a possuir o potencial para uma democratização do conhecimento, sua ação faz com que haja produção de novos conhecimentos em decorrência do diálogo e da diversidade.

Os estudantes extensionistas ganham uma dimensão de troca, construção de saberes coletivamente, de inter-relacionamento e de sólida contextualização da realidade, ou seja, nela permite-se o diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e culturais, possibilitando a democratização do conhecimento e a participação da comunidade em suas atividades, bem como a produção de novos conhecimentos a partir do confronto com diversos níveis da realidade.

Assim, sabemos que tal feito é impossível sem diálogo. Vemos essa compreensão já no FORPROEX e, por conseguinte, em vários fóruns e conselhos que envolvem a extensão universitária. E é nessa mão dupla que deve estar embasada.

A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade (FORPROEX, 1987, p.1).

Este movimento de entender a Extensão Universitária dialógica, interdisciplinar, multiplicadora de saberes, ações para transformação social, é contextualizado e compreendidas no documento intitulado como: Plano Nacional da Extensão Universitária,<sup>79</sup> esta Política foi aprovada no XXXI Encontro Nacional, realizado em Manaus (AM), em maio

---

<sup>79</sup> O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX apresenta às Universidades Públicas e à sociedade brasileira a presente Política Nacional de Extensão Universitária. Com essa iniciativa, dá-se materialidade ao compromisso das Universidades signatárias, estabelecido por meio de seus Pró-Reitores de Extensão, com a transformação da Universidade Pública, de forma a torná-la um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia.

de 2012, constituído através do FORPROEX, ou seja, concretizando uma política nacional, unificando as universidades e instituições de ensino superior públicas. Uma movimentação concomitante com outros atores sociais que vivem e pensam extensão universitária, para que a mesma aconteça em forma de comunicação e não imposição, autoritária ou até messiânica. Sabendo que estas últimas negam os saberes, vivências e histórias dos sujeitos que serão afetados pela extensão.

#### **QUADRO 13- 5 Diretrizes para as Ações de Extensão Universitária**

• Interação Dialógica,
• Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade,
• Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão,
• Impacto na Formação do Estudante, e
• Impacto e Transformação Social.

Fonte: Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação, 2012, p. 29.

Soares, em sua dissertação de mestrado, realiza uma pesquisa na área da extensão universitária, vendo como a mesma é benéfica para a formação dos educandos envolvidos assim como para a comunidade na qual está inserida. Através de uma brinquedoteca hospitalar, seu objeto de estudo, um projeto realizado na extensão e baseada no diálogo. Soares reforça que Extensão é diálogo.

Nesse sentido, torna-se necessário fazer o diálogo dos conhecimentos populares com os conhecimentos científicos academicamente produzidos, num movimento de socialização de conhecimentos recíprocos e de reflexão da prática, uma vez que não há conhecimento sem prática e vice e versa (SOARES, 2017, p.26).

A ideia de uma extensão a serviço de um processo transformador, emancipatório e democrático; e ainda desenvolvida a partir do diálogo, respeitando a cultura local nos permite perceber quanto o pensamento freiriano foi marcante e está presente no conceito da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (SERRANO, 2007).

No capítulo foi observado a dificuldade de se fazer Extensão nas Universidades, desde sua implementação a sua institucionalização pelo viés da reforma universitária de 1968 e depois, pela constituição de 1988, compreendo que toda Universidade deve ser atuante no ensino, na pesquisa e na Extensão. A dificuldade não ficou somente no tratamento diferenciado que recebia, como também no entendimento do que é Extensão. Através dessas problemáticas, podemos nos perguntar e possivelmente afirmar, que todo este processo está intrinsecamente ligado com a maneira em que a Universidade pública permaneceu e algumas persistem nesse entendimento, em que seus conhecimentos produzidos são suficientes de si e para o público que nela se encontra, não necessitando dá ouvidos para outros saberes,

principalmente o popular. Sendo a extensão a que melhor pode proporcionar essa troca e este movimento dialético.

Percebe-se no estudo que a relação que a universidade possui com as comunidades circunvizinhas ainda é bastante limitada, sendo, às vezes, restrita a atividades assistenciais e como campo de estágio das aulas teóricas. Nota-se também, ainda, que a universidade possui um grande potencial de transformação social e pode ser compreendida como um ambiente de formação de profissionais cidadãos, com capacidade de construir atividades voltadas para melhorias da qualidade de vida da sociedade (FERNANDES, SILVA, MACHADO e MOREIRA, 2012, p.22).

Por fim, é com esta concepção de extensão que serão analisados os projetos no próximo capítulo, vendo os projetos que possibilitam uma extensão para além dos muros acadêmicos, onde todos os sujeitos sejam participantes deste processo. Entendemos que é o melhor caminho para termos uma educação para a libertação, como Freire diz. Uma extensão, que seja comunicação, mediada pelo mundo em que estão inseridos com significados, significantes, ou seja, uma extensão com compromisso social.

## **CAPÍTULO 4: OS PROJETOS DE EXTENSÃO DA UFRRJ- NOVA IGUAÇU: UMA ANÁLISE CRÍTICA EM BUSCA DOS DIÁLOGOS QUE TRAGAM OS VENTOS DA MUDANÇA.**

Uma extensão que contenha um aprendizado pedagógico no sentido de um aprendizado dual - a universidade aprende enquanto ensina e é ensinada enquanto aprende com as classes sociais, com o estudo da realidade objetiva (JOSÉ NETO, 1996).

Neste último capítulo, apresentamos como a Extensão Universitária é compreendida na UFRRJ, trazendo a contextualização desse entendimento: documentos, editais, quantidades de ações extensionistas entre os anos 2015 a 2018. Após esse primeiro parâmetro, o Pré - ENEM do IM será abordado com um breve contexto histórico juntamente com suas ações entre os anos 2015 a 2018. Por fim, apresentaremos a análise dos projetos aprovados e classificados do BIEXT em Nova Iguaçu, pesquisa realizada no espaço físico da PROEXT a fim de responder quais são os interesses dos mesmos; os conceitos de extensão, o público alvo, os objetivos e a metodologia.

### **4.1. Extensão na UFRRJ.**

SOARES (2017) descreve com detalhes a em sua pesquisa de mestrado, seu empenho para coletar informações sobre a trajetória da extensão universitária na UFRRJ. A autora investe bastante tempo em busca desses dados. Entretanto, mesmo deparando-se com vários documentos, poucos eram de Extensão. Retratando a dificuldade de se falar do tema, pois seu objetivo era de contextualizá-la historicamente na universidade, visto que a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) não possuía todos os documentos organizados e nem um determinado lugar de guarda do acervo. Soares (2017) relata que os arquivos foram encontrados em espaços diferentes como: Auditório Gustavo Dutra - Gustavão, na própria Pró-Reitoria de Extensão, na Secretaria dos Órgãos Colegiados (SOC), este último disponibiliza alguns arquivos em sua plataforma digital institucional. Desta forma, a pesquisa foi ao encontro do interesse imediato da própria PROEXT em ter esses dados coletados e organizados, apontando os locais onde estavam.

A Pró-Reitoria de Extensão demonstrou de imediato bastante preocupação em não conseguir disponibilizar para a pesquisa os registros de forma organizada, informando que esse fato também dificulta muito o trabalho da gestão atual. O dado foi bastante significativo, pois desde então compreendemos o desafio que nos estava imposto e que não seria um trabalho nada fácil. Porém foi fundamental para que iniciássemos a pesquisa,

cientes de que seria um caminho desafiador e fundamental para o reconhecimento e reconstrução histórica da extensão na UFRRJ (SOUZA, 2017, p.79).

Dentre os arquivos localizados, trazemos como destaque aqueles que possuem as datas mais antigas e os documentos que abordam a Extensão Universitária:

**QUADRO 14-** Documentos antigos relacionados à Extensão

TÍTULO DO DOCUMENTO E ANO	LOCAL ENCONTRADO
Livro de Portarias expedidas do Decanato de Extensão de 1972 a 1980	Gustavão
Deliberação no 58/1981, que encaminha o anteprojeto que regulamenta os cursos de extensão e respectiva expedição e registro de certificados	SOC
Caderno da Coordenadoria de Planejamento da UFRRJ “Atividades da Coordenadoria de Planejamento 1979/1980”	Gustavão
Livrões (Ficha de Controle de Atividade) de registros aleatórios de ações de extensão, identificados registros desde 1989	PROEXT
Livro da Câmara de extensão referente aos anos de 1986 e 1987	Gustavão

Fonte: SOARES, 2017, p.75-77.

Abaixo, acrescentamos um relato da autora que provoca reflexão, em virtude das possibilidades de pensar e aperfeiçoar a extensão na UFRRJ.

Constatamos, a partir de relatos iniciais da Pró-Reitora, que também há pouca movimentação institucional para que a acreditação das atividades de extensão comece a se concretizar de fato dentro da UFRRJ. As informações que nos foram passadas nos transmitiram a ideia de que pode haver um desconhecimento, por grande parte do corpo social da instituição, em relação às leis e produção acadêmica que versam e discutem o papel da extensão universitária e, principalmente, sobre sua conceituação e importância no processo de formação, para contribuir com o ensino-pesquisa-extensão de forma indissociável (SOUZA, 2017, p.3).

Outra dificuldade apontada na confecção dessa pesquisa, é que para obter dados da Extensão do Instituto Multidisciplinar- IM, era necessário o levantamento na PROEXT-Campus Seropédica, isto é, pouca autonomia do IM necessitando ir até a sede. Outra

dificuldade era de saber que muitas atividades que aconteciam e acontecem no IM não passam pela PROEXT. Este ocorrido foi várias vezes vivenciado pela autora desta dissertação, onde participava na organização de minicursos, oficinas, palestras, e nem todas essas atividades a PROEXT tinha ciência. Frequentemente a atividade era realizada através dos instrumentos que já existiam, para acontecer o mais breve possível, pois dessa maneira, não ficaria retida por uma burocracia institucional. Mais uma adversidade compartilhada com SOARES (2017), é o fato de ter muitas atividades de Extensão que aconteceram e acontecem não somente na UFRRJ de Seropédica, como também no IM, com pouca visibilidade, não retratando a relevância social da Extensão dentro de uma Universidade.

Concordamos com SOARES, 2017, que a história da extensão na UFRRJ ainda é bem recente, com grandes caminhos a percorrer e melhorar. Os registros localizados, que ajudam a narrar todo esse processo não estão sistematizados em um arquivo institucional, e muito menos com fácil acesso. Podemos supor, deste modo, que a Extensão Universitária, mesmo sendo ela amparada pela mesma legislação de ensino e pesquisa, ainda sofre de desigualdade em comparação com as outras duas (ensino e pesquisa), por não ter os mesmos cuidados e tratamentos, inclusive com sua historicidade.

Importante frisar, que a aparentemente a Extensão Universitária não é uníssona para todos aqueles que fazem parte da academia no entendimento do que seja Extensão Universitária, seus conceitos e intuítos; a sua relevância perante a formação dos discentes e da Universidade. Percepção essa, também mencionada por Souza em sua pesquisa. Compartilhamos esta mesma sensação, quando a autora esteve atuando nas atividades de Extensão juntamente com as idas ao IM na fase de pesquisa e estudos para o mestrado. Nota-se que a Extensão ainda não é difundida (algo preocupante!), pois numa educação para emancipação, liberdade e autonomia, se faz necessário o entendimento do que é extensão e ter uma academia engajada para que este movimento educacional e social aconteça.

Constatamos, a partir de relatos iniciais da Pró-Reitora, que também há pouca movimentação institucional para que a creditação das atividades de extensão comece a se concretizar de fato dentro da UFRRJ. As informações que nos foram passadas nos transmitiram a ideia de que pode haver um desconhecimento, por grande parte do corpo social da instituição, em relação às leis e produção acadêmica que versam e discutem o papel da extensão universitária e, principalmente, sobre sua conceituação e importância no processo de formação, para contribuir com o ensino-pesquisa-extensão de forma indissociável (SOUZA, 2017, p.83).

Uma vez que, a Universidade está comprometida com a Extensão, e desta maneira com a população em sua volta, visto que mencionado diversas vezes do papel social da universidade é mais viável através da Extensão, isto posto, a forma com que a Universidade vivencia a Extensão podemos compreender como essa Instituição busca dialogar com seu entorno. Assim sendo, o orçamento para viabilizar a Extensão, com ações de comunicação, se faz muito importante, pois as atividades extensionistas necessitam de verbas, financiamento, caso haja redução de recursos financeiros a quantidade e a qualidade das ações decaem.

Infelizmente, a UFRJ somente disponibilizou distribuição de bolsas na Extensão em 2006, lembrando que desde a reforma universitária de 1968, a extensão é colocada juntamente com o ensino e pesquisa no mesmo patamar legislativo, algo que não ocorreu nesses anos, dado que essas últimas já contavam com projetos e programas com bolsas. Assim, observamos uma falha da Rural e uma comprovação que a extensão não é dinamizada na completude que necessita, ainda carecendo de bastante incentivo e financiamento. (SOUZA,2017).

No ano de 2008, ocorreu a elaboração do documento base (Deliberação nº 18, de 26 de março de 2008- CEPE), para a criação do primeiro programa no âmbito de extensão, o Programa de Bolsas Institucionais de Extensão, o BIEXT<sup>80</sup>. Para elucidar, a universidade estava a dois anos do seu centenário, demonstrando como foi tardio um programa Institucional no âmbito de Extensão.

Contudo, se faz perceber que a UFRJ tem um relacionamento com a Extensão tardio e com dificuldades institucionais. As memórias sobre a extensão não possuem o devido tratamento documental, corroborando para que sua função social não seja solidificada e democrática.

#### **4.1.1 Estrutura e Normas**

Iniciamos esse item da pesquisa com a informação dos principais marcos regulatórios, que definem, organizam e regulamentam a Extensão na UFRJ: Regimento Interno de 2012; Deliberação nº 125, de 06 de julho de 2006 (Anexo 1- Quadro das ações de Extensão:

---

<sup>80</sup> O BIEXT será aprofundado no decorrer do capítulo.

classificação e definição<sup>81</sup>); Plano de Desenvolvimento Institucional (2013-2017) e (2018-2022), Relatórios de Gestão (2016, 2017 e 2018); Relatório integral de autoavaliação institucional- (ano base 2015-2016-2017). O Regimento interno (2013) traz a seguinte definição.

## Capítulo II

### Da Extensão Universitária

Art. 38 – A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que se articula com o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

Parágrafo Único – O funcionamento dos programas e ações de extensão é regulamentado pelo Regimento Geral e pelo Regimento/Regulamento da Extensão (UFRRJ, Regimento Interno,2012, p.13.).

A Pró-Reitoria de Extensão está organizada da seguinte forma:

#### Departamento Logística e Infraestrutura- DLI

O Departamento de Logística e Infraestrutura faz a gestão do controle do orçamento da Pró-reitoria de Extensão, dos projetos contemplados com recursos do MEC e suas rotinas administrativas. Possui como atribuições: executar compras de materiais de consumo e permanentes da PROEXT, de seus grupos, projetos e eventos de extensão; atuar na contratação das pessoas físicas e jurídicas; operar na gestão e controle patrimonial; fiscalizar contratos e convênios da pasta; solicitar e acompanhar os pedidos para concessão de diárias e passagens e supervisionar a utilização dos veículos oficiais da Pró-reitoria de Extensão.

#### Departamento de Programas e Projetos de Extensão – DPPEX

O DPPEX é um órgão administrativo que tem por finalidade coordenar e apoiar as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Informação, Treinamento e Serviços de Extensão (NITSE) e pelos Projetos e Programas de Extensão. Tendo como principais atribuições: gestão dos Projetos de Extensão contemplados com recursos do Ministério da Educação (PROEXT-MEC); gestão das Bolsas Institucionais de Extensão (BIEXT); gestão de Grupos, Projetos e Eventos de Extensão; apoiar e acompanhar as atividades desenvolvidas pelos Grupos de Extensão e Empresas Juniores da UFRRJ; emissão de documentos para grupos, projetos e eventos de extensão cadastrados e expandir as atividades extensionistas intercampi.

#### Departamento de Relações Comunitárias e Interinstitucionais DRCI

---

<sup>81</sup> Os documentos citados podem ser encontrados na página da Pró-Reitoria de Extensão: Disponível em : <<https://portal.ufrj.br/pro-reitoria-de-extensao/normas/>>

Este departamento, o DRCI, é um órgão administrativo que tem por finalidade coordenar e apoiar as ações desenvolvidas pelos setores de Divulgação, Comunicação e Pré-ENEM. Atuando na promoção das ações extensionistas e das políticas de extensão da UFRRJ, na Divulgação dos *campi* da UFRRJ e seus cursos e na difusão das ações do Pré-ENEM da UFRRJ.

#### Departamento de Arte e Cultura – DAC

O DAC é responsável pela gestão do Centro de Memória da UFRRJ (o museu da instituição), do Centro de Arte e Cultura – CAC, espaço que oferece oficinas de música, teatro, artes e dança oferecidas aos/as discentes da Rural e à comunidade de Seropédica e cidades próximas. Sua atribuição ainda engloba as atividades do Anfiteatro Gustavo Dutra – Gustavão, que proporciona atividades culturais à comunidade universitária e local de forma gratuita.

#### Departamento de Esportes e Lazer – DEL

Este também um órgão administrativo que tem por finalidade coordenar as atividades de prestação de serviços vinculados ao esporte e lazer através do gerenciamento da infraestrutura disponível à comunidade acadêmica e do entorno da UFRRJ. O DEL compreende ainda as dependências da Praça de Desportos e do Parque Aquático.

No ano de 2019, foi declarada a extinção da imprensa Universitária, a mesma era gerenciada pela PROEXT. Trata-se de uma perda para a Universidade, visto que vários eventos dependiam da Imprensa universitária para confeccionar banners, cartazes, panfletos etc.,

#### Câmara de Extensão

Como o nome sinaliza é órgão consultivo e propositivo dos assuntos pertinentes às ações de extensão diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da UFRRJ. Tem por objetivos principais: analisar e emitir parecer dos projetos de extensão; analisar a pertinência das atividades acadêmicas, encaminhadas para cadastramento na Pró-Reitoria de Extensão, opinando a respeito da sua natureza extensionista, bem como analisar os relatórios dessas ações. Propor normas para concessão de bolsas de projetos de extensão e, pronunciar-se sobre a pertinência de convênios, contratos, parcerias ou quaisquer outros instrumentos que venham

a ser firmados pela UFRRJ, referentes às ações de extensão. É um órgão importante para debates sobre as melhorias na Extensão, entretanto o mesmo não é muito divulgado assim como seus pareceres.

#### Escola de Extensão

Este é o órgão mais recente criado na Extensão, através da Resolução nº 01, de 17 de abril de 2019. Seu objetivo principal é estimular o oferecimento de cursos de extensão, os quais compreendem atividades de ensino acadêmico, técnico, cultural ou artístico, não pertencentes ao âmbito regulamentar das atividades regulares de ensino de graduação no âmbito da PROGRAD, e pós-graduação *stricto sensu* ou *lato sensu* no âmbito da PROPPG, na UFRRJ, ampliando desta forma a transferência de conhecimentos disponíveis na Universidade para a Comunidade. As inscrições são realizadas através do SIGAA. A princípio a escola está voltada mais para as plataformas digitais de ofertas de curso.

É notório que todos os órgãos estão localizados em Seropédica, podendo dificultar o intercâmbio entre os campi, mesmo que os campus de Três Rios e o de Nova Iguaçu possuam uma sala com um técnico da extensão em seu território não é o suficiente. Devendo repensar esta estrutura ou pelo menos difundir mais nos outros campus os órgãos que compõem a Extensão.

#### 4.1.2 A Extensão Nos Documentos Institucionais: Ações e Conceitos

O documento base para definição das ações de Extensão na UFRRJ é a Deliberação nº 125, de 06 de julho de 2006 que tem como base o ANEXO 1 FORPROEX, ano de 2004, com o título QUADRO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO: CLASSIFICAÇÃO E CONCEITOS. No documento consta a definição de cada ação.

**QUADRO 15-** Quadro com ações de extensão por atividades desenvolvidas e eixos temáticos

AÇÕES DE EXTENSÃO	
Atividades desenvolvidas	Eixos temáticos
Programas;	Comunicação;
Projetos;	Cultura;
Cursos;	Educação;
Eventos;	Meio Ambiente;
Prestação de serviços;	Saúde;

Publicações e outros produtos acadêmicos;	Tecnologia;
	Trabalho;

FONTE: Deliberação nº 125, de 06 de julho de 200, p.2-3.

A Deliberação contém as normas das atividades de extensão, trazendo em seu capítulo primeiro as ações de extensão universitária, em seu capítulo segundo, as competências da extensão universitária, no artigo terceiro do capítulo segundo é destinado a PROEXT e o artigo de número quatro as normas que as propostas deverão seguir, o capítulo número três trata-se proposição da extensão.

Com a leitura dos principais documentos norteadores da extensão na UFRRJ, vemos que a universidade buscou estar em consonância com o FORPROEX. O próprio conceito do que é extensão tem bastante semelhança.

A Extensão é entendida, portanto, como processo acadêmico, indispensável na formação dos estudantes, professores, servidores e no intercâmbio com a sociedade, o que torna o ambiente universitário vivo, estimulante e criativo. A ideia de que o conhecimento elaborado pela Universidade não é único, que existem outras formas de perceber e sentir o mundo e que elas surgem dos inúmeros segmentos sociais, princípios fundamentais que orientam a extensão universitária (Cadernos de Extensão, UFRRJ, 2015, p.3).

O entendimento de como se compreende, organiza, promove, dentre outras afirmações sobre extensão, estão em um comum diálogo nos diversos documentos da Rural, Segundo a Deliberação nº 125, de 06 de Julho de 2006,

Art. 1º A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade (DELIBERAÇÃO Nº 125, DE 06 DE JULHO DE 2006, p.2).

Com objetivo de explicitar e analisar conceitualmente a Extensão nos documentos da UFRRJ, os quadros expostos, a seguir, trazem a possibilidade de uma compreensão mais apurada sobre este contexto, no qual os Relatórios de Gestão serão os suportes para elucidar as informações.

**QUADRO 16 - Compreensão de Extensão no Relatório de Gestão 2016**

Promover a extensão aberta à participação da população, visando à socialização das conquistas e benefícios, resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição; relatório de gestão. 2016, p.
--

Macroprocessos de Extensão:
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à socialização das conquistas e benefícios, resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- Contribuir para o processo de desenvolvimento regional e nacional, realizando o estudo sistemático de seus problemas e a formação de quadros científicos e técnicos ao nível de suas necessidades.

Fonte: Relatórios de Gestão, 2016, p 15-31

#### QUADRO 17 -Compreensão de Extensão no relatório de Gestão 2017

Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à socialização das conquistas e benefícios, resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
Macroprocessos de Extensão:
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à socialização das conquistas e benefícios, resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- Contribuir para o processo de desenvolvimento regional e nacional, realizando o estudo sistemático de seus problemas e a formação de quadros científicos e técnicos ao nível de suas necessidades.

Fonte: Relatório de Gestão, 2017, p. 15-19

No Regimento Interno está definido da seguinte maneira:

#### Capítulo II

#### Da Extensão Universitária

Art. 111 – A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que se articula com o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.  
Regimento Interno

O Plano Desenvolvimento Institucional indica a necessidade de:

Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à socialização das conquistas e benefícios, resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição (PDI 2013-2017, p.25).

Atentamos que nos Relatórios de Gestão, houve, praticamente, a presença do mesmo texto nos três anos analisados. E a permanência possibilita indagar se não são necessárias novas reflexões e estratégias. Um exemplo que justifica novas aparições de documentos como esses é que nos últimos anos se está propondo a curricularização da Extensão. Essa demanda apareceu primeiramente no Plano Nacional de Educação 2001-2010, em suas metas 21 e 23, e a obrigatoriedade reapareceu no Plano Nacional de Extensão de 2014-2023, na sua estratégia 7 da meta 12, com a seguinte redação

(...) assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (Plano Nacional de Extensão, 2014-2023, estratégia 7, meta 12 *apud* GADOTTI, 2017, p.1).

O autor esclarece a necessidade de um currículo no qual a extensão faça parte de suas grades, pois desta maneira fará uma melhor unificação entre o tripé (ensino-pesquisa-extensão) e também será desenvolvido um processo/espço de conscientização do papel da sociedade, logo, uma conexão com o seu contexto local mais aprofundada e consciente de sua importância.

A curricularização da extensão faz parte, de um lado, da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade, e, de outro, da necessária conexão da universidade com a sociedade, realçando o papel social da universidade, bem como a relevância social do ensino e da pesquisa. (GADOTTI, 2017, p.4).

Há uma real necessidade que essa problemática da curricularização (currículo mais flexível) seja mais discutida e disseminada dentro da universidade, abrangendo todos os seus campi, institutos e departamentos. Como aparenta, o que é conectado à extensão tende a ser mais vagaroso o processo ou é inibido. A curricularização pode se tornar uma ‘ordem’, entretanto se a universidade não compreender o seu papel perante ao local na qual está incluída e de que a mesma não é somente para a formação de novos profissionais e realizações de atividades acadêmicas, será mais um valor proclamado do que real. Cumprir somente a determinação, é negar toda essa pluralidade do que é a universidade, mais uma vez castrando a Extensão de toda sua diversidade e potencialidade. Portanto, a urgência de falar sobre o assunto em todas as esferas acadêmicas.

O grande problema está em como essas atividades serão vistas pelo corpo social da universidade, tanto pelos docentes, como pelos discentes. Elas não podem significar mais uma tarefa a ser cumprida de forma burocrática num mesmo período de tempo. Desta forma a extensão universitária, além de não ser colocada com o destaque que cabe a ela na formação do estudante e no

envolvimento do docente, pode se tornar um fardo na vida acadêmica, tornando-a cada vez menos desejada e compreendida na universidade. (SOUZA, 2017, p.61).

Dentre as análises que os documentos institucionais da UFRRJ nos permitem realizar, destaca-se a necessidade de que os relatórios de gestão e o PDI situem com clareza o que ocorre em cada campus, principalmente o que envolve a Extensão. Essa observância é pertinente por se tratar de um documento institucional. Além de ter uma melhor transparência para todos aqueles que fazem parte da comunidade acadêmica ou quem tenha acesso ao documento em si. Com a tecnologia encontramos estes documentos nos sites institucionais da UFRRJ, com suas informações detalhadas facilitaria e agilizaria as pesquisas que necessitam desses documentos haja vista o acesso mais rápido. Entretanto, se faz necessário ter mais detalhes nos documentos institucionais. Os problemas citados foram encontrados não somente nos relatórios de gestão e no PDI, como também no relatório integral de avaliação. As informações são mais voltadas para o ensino e infraestrutura, e as informações da extensão aparecem de forma breve.

A fim de demonstrar os dados das atividades relacionadas à extensão nos anos de 2016, 2017 e 2018, como dados quantitativos, nos relatórios de gestão desses anos serão expostas as partes que envolvem a produção na área pesquisada e, por conseguinte, o que tenha relação direta com o IM.

### **PROEXT – AÇÕES 2016 A 2018**

**QUADRO 18-** Quantitativo de atividades de extensão, realizadas pela PROEXT segundo o Relatório de Gestão 2016

AÇÕES DE EXTENSÃO EM 2016
Meta 1. Monitoramento das ações de extensão para incremento no número de atividades cadastradas. Em 2016 foram cadastrados 1 Programa, 29 Projetos não vinculados, 2 Projetos vinculados, 24 Cursos e 50 Eventos;
Meta 5. Ampliação do acesso à cultura, em 2016 foram oferecidas 20 diferentes oficinas de atividades artísticas-culturais, atendidas em três turnos (Mangá, dança do ventre, balé, jazz, violão, cerâmica, graffiti, pintura, desenho, canto, forró, teatro, yoga, capoeira, bateria, piano e teclado, dança de salão, zouck, teoria musical e tecido acrobático) e outros projetos com os alunos do CAIC Paulo Darcoso Filho, atendendo e oficinas de arte e cultura nas semanas de integração acadêmica da UFRRJ.

FONTE: UFRRJ, Relatório de Gestão ano base 2016 2017, p.31.

**QUADRO 19** -Quantitativo de atividades de Extensão, realizadas pela PROEXT segundo o Relatório de Gestão 2017

a) Abertura de quatro editais de bolsas – sendo 40 bolsas do programa Biext da Pró-Reitoria de Extensão e 144 bolsas de editais em outra ação, coorganizado com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Edital PROAES/PROEXT), visando apoio aos esportes;
b) Realização de Semana de Ciência e Tecnologia do CNPq;
c) 39 eventos em parceria com cursos de graduação;
d) 47 cursos de extensão em parceria com departamentos;
e) 46 exposições cinematográficas;
f) 11 exposições de peças teatrais;
g) 4 exposições e lançamento de 1 livro;
h) 6 intervenções artísticas na comunidade externa (com fins educacionais);
i) 6 Visitas artísticas externas - atividade de campo;
j) 1 mostra cultural;
l) 18 cursos de extensão com público total de 575 pessoas;
m) 64 oficinas culturais;
n) 4 eventos esportivos.
1- Foi realizado um Programa de Formação Continuada para 200 Professores, especialmente da Baixada Fluminense, envolvendo o uso da tecnologia na perspectiva do desenho universal da aprendizagem na escolarização de pessoas público alvo
da Educação Especial. O programa foi realizado no período de março a dezembro de 2017 com carga horária de 120 horas;
2- Um encontro sobre Educação Inclusiva na Baixada Fluminense e Desenvolvimento Educacional, no Instituto
Multidisciplinar/UFRRJ, Campus Nova Iguaçu, RJ, no dia 19 de agosto para cerca de 250 participantes nas oficinas e palestra;
3- Um Seminário intitulado III Seminário Processos de Ensino e Aprendizagem de Pessoas com Deficiências: inclusão, currículo e tecnologias e III Mostra de Objetos Pedagógicos Inclusivos, no dia 5 de dezembro de 2017, com a participação demais de 300 professores da Educação Básica da Baixada Fluminense, alunos do Curso de Pedagogia do IM/UFRRJ e da Pós-Graduação em Educação da UFRRJ e da UERJ – Campus de Caxias.

FONTE: UFRRJ, Relatório de Gestão ano base 2017. 2018, p.27-28.

Os dados acima correspondem a todas as atividades de Extensão realizadas pela PROEXT, tomando como base o relatório de gestão de 2017, mais uma vez os números não são separados por instituto ou por campus. Esses dados gerais não se encontram no relatório de gestão de 2018, assim sendo, o mesmo fica impossibilitado de ser usado para este fim.

Como fonte de pesquisa, ao utilizar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2013-2017), buscou-se ter informações sobre o quantitativo de atividades realizadas através

da Extensão no IM, porém, somente traz o contexto geral da Universidade, não deixando mais esclarecido qual campus tem mais atividade com sua comunidade e os cursos criados. Há uma tabela geral dividida em projetos e cursos primeiro e segundo semestre, informação sobre os anos correspondentes das atividades não foram encontrados. Segundo o PDI, a Universidade obtém um bom diálogo com as comunidades inseridas. Mas, o mesmo informa mais os dados quantitativos, como citado acima, sem informar os campus, institutos e anos correspondentes,

No que diz respeito ao diálogo com a comunidade, através de Programas e Projetos de Extensão Universitária, conseguiu-se, nos últimos anos, a consolidação das atividades já existentes e a aprovação de novos projetos junto a órgãos externos, ressaltando-se que ainda é muito escassa a oferta de editais públicos voltados para a extensão universitária. Destaque-se a realização de eventos e atividades culturais, artísticas e esportivas, vinculadas à Pró Reitoria de Extensão e ao Centro de Arte e Cultura- CAC, aberto à comunidade com o oferecimento de inúmeras oficinas, em diferentes manifestações artísticas (Relatório de Gestão, 2011 e 2012 *apud* PDI,UFRRJ, 2017, p.115).

Isto posto, partimos em busca de fontes primárias para entender o tamanho da Extensão na Rural, pois nos documentos quase não há informações por instituto ou campus, no que tange à Extensão, o detalhamento é mais frequente nos assuntos estudantis, infraestrutura e graduação. Porém, o Relatório Integral de Autoavaliação Institucional, 2015-2016-2017, nos permitiu o acesso a alguns dados sobre a Extensão não citados em outros documentos. Apontando ser esse um dos documentos institucionais com informações mais detalhadas sobre a universidade, trazendo acontecimentos de cada Departamento pertencente à Extensão. No documento há informações sobre conceito, metas, dificuldades, e dados quantitativos, tais como: quantidade de projetos realizados, cursos, oficinas, gráficos, número de projetos contemplados por área de conhecimento, percentual comparativo entre os anos 2015 e 2016, dentre outras informações. Como primeira fonte, usaremos a informação disponibilizada pelo Relatório Integral juntamente os anos de 2015 e 2016 Nos Editais de 2015 e 2016 foram aprovados 51 projetos com 76 bolsas institucionais de extensão para 10 áreas temáticas.

**QUADRO 20-** Correspondente a Projetos aprovados por áreas em 2015 e 2016.

ÁREAS	PROJETOS		DOCENTES		UNIDADES		BOLSAS	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Educação	10	10	10	10	04:IV, E(5), ICSA(3), CPDA,	04:IV(2),IE(4), IF, ICSA(2), PROPPG	14	15

Meio Ambiente	03	05	03	05	03:IB, IT, ICSA	05: IZ,CSA, IF, IT, IZ	03	06
Cultura	02	03	02	03	02:ICSA, CTUR	03: CTUR, IE, IM	03	05
Tecnologia e Produção	-	03	-	03	-	03: IF, IT, ICHS	-	04
Tecnologia	05	-	05	-	04:IE,IT(2), IB, ICSA	-	09	-
Saúde	03	01	03	01	02: IV, ICE	01: DAST	05	02
Ações Afirmativas	-	01	-	01	-	01: ITR	-	02
Desenv. Rural	02	-	02	-	02: IV e IF	-	02	-
Direitos Humanos	01	01	01	01	01: ITR	01: IM	02	02
Trabalho	-	01	-	01	-	01: ICSA	-	02
<b>10 ÁREAS</b>	<b>26</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>25</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>38</b>	<b>38</b>

Fonte: Relatório Integral de Autoavaliação Institucional- ano base 2015-2016-2017, 2018, p.140.

Em referência ao IM, podemos ver que não há nenhum projeto enviado à PROEXT, no ano de 2015, o mesmo só vai aparecer com dois projetos aprovados no ano de 2016, nas áreas de Cultura e de Direito Humanos. Indagamos se o próprio Instituto preferiu fazer algumas atividades com recursos próprios, algo que podemos supor.

O quadro traz como informativo os produtos (ações, programas e projetos) no ano de 2015 e 2016, um dado geral.

**QUADRO 21-** Atividades cadastradas na Extensão por produtos em 2015 e 2016

PRODUTOS	QUANTIDADE		% DE OCORRÊNCIA	
	2015	2016	2015	2016
EVENTOS	35	13	31	12
PROJETOS NÃO VINCULADOS	15	29	13	27
PROJETOS VINCULADOS	26	02	23	02
CURSOS	25	23	23	21
SEMANA ACADÊMICA	05	13	04	12
EXPOSIÇÃO	05	01	04	0,9
SEMINÁRIO	-	08	-	07
PALESTRA	-	04	-	03
ENCONTRO	-	03	-	03
SIMPÓSIO	-	02	-	02
OFICINA	01	02	01	02

FEIRA	-	02	-	02
FESTIVAL	-	01	-	01
MOSTRA DE ARTE	-	01	-	01
WORKSHOP	-	01	-	01
PROGRAMAS	-	01	-	01
REVISTA	01	-	01	-
<b>TOTAL</b>	<b>120</b>	<b>106</b>		

Fonte: Relatório Integral de Autoavaliação Institucional, 2018, p.145.

Em relação a 2017, temos as seguintes informações.

#### **QUADRO 22-** Ações realizadas pela PROEXT em 2017

(a) abertura de quatro editais de bolsas – sendo 40 bolsas do programa BIEXT da Pró-Reitoria de Extensão e 144 bolsas de editais em outra ação, coorganizado com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Edital PROAES/PROEXT), visando apoio aos esportes;
b) Realização de Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do CNPq com a temática “A matemática está em tudo”;
c) 39 eventos em parceria com cursos de graduação;
d) 47 cursos de extensão em parceria com departamentos;
e) 46 exposições cinematográficas;
f) 11 exposições de peças teatrais;
g) 4 exposições e lançamento de 1 livro;
h) 6 intervenções artísticas na comunidade externa (com fins educacionais);
i) 6 Visitas artísticas externas - atividade de campo;
j) 1 mostra cultural;
l) 18 cursos de extensão com público total de 575 pessoas;
m) 64 oficinas culturais; e
n) 4 eventos esportivos.

Fonte: Relatório Integral de Autoavaliação Institucional, 2018, p.143.

Todas essas informações possibilitam a compreensão do tamanho da Extensão na UFRRJ nos anos abordados, não é possível trazer uma análise mais específica do IM, pois a maioria dos dados são gerais, ou seja, da UFRRJ. Contudo, nas pequenas informações por Instituto ou Campus, percebemos que muitas atividades aconteceram em Seropédica.

#### **4.2. Pré-ENEM Ethós**

A fim de realizar a pesquisa proposta, a autora com o objetivo de conseguir informações da Extensão no IM,<sup>82</sup> entrou em contato primeiramente com a PROEXT, e a

<sup>82</sup> Devido à pandemia, não houve tempo hábil para fazer o levantamento de todas as atividades de Extensão do IM correspondentes aos anos 2015, 2016, 2017 e 2018. Para fazer este levantamento seriam necessários vários dias na PROEXT, pois os mesmos estão espalhados dentro dos departamentos. Desta maneira, optou-se pelo

partir deste primeiro contato foi explicada a metodologia de pesquisa assim como o objeto. A Pró-Reitoria demonstrou interesse pelo estudo a ser realizado, disponibilizando o acesso a documentos localizados na PROEXT. Esse acesso foi somente feito a partir de uma autorização, através de memorando institucional. E com a permissão, a autora passou semanas examinando e catalogando caixas que envolvem o BIEXT. Foi necessário catalogar, pois não há uma separação dos projetos aprovados, aprovados e classificados e não classificados em alguns anos, como também, não existia uma separação nem por campus, Instituto e/ou por linhas temáticas. Desta maneira, houve a demanda de verificar todas as caixas dos anos 2015, 2016, 2017 e 2018 e os projetos que lá se encontravam. O responsável por esta parte na PROEXT, deixou a autora sempre à vontade e também auxiliava com dicas de quais documentos utilizar para ter informações mais gerais. Tais dicas tornaram possível o encontro com os relatórios de gestão, o PDI, a auto avaliação, o caderno de extensão e os documentos que regularizam a extensão na universidade. Houve também diálogos com os outros técnicos dos departamentos que compõem a PROEXT sempre com objetivo de ter mais informações.

A autora dialogou com os diretores do campus de Nova Iguaçu para entender como estava sendo vivenciada a Extensão da universidade, esclareceu os objetivos da pesquisa, os diretores demonstraram bastante interesse e ajudaram com fotos e documentos que estão localizados no segundo capítulo dessa dissertação. O diretor do campus e seu vice foram grandes auxiliares para uma melhor compreensão do processo de instauração do IM e, por conseguinte, do Campus Nova Iguaçu, visto que o diretor encontra-se como técnico administrativo desde os primeiros anos de IM e passou por grande parte desse processo.

Um diálogo com a técnica administrativa que trabalha diretamente com o Pré-ENEM também foi realizado, e até essa última conversa, no ano de 2019, o Pré-ENEM de Nova Iguaçu estava passando por dificuldades administrativas, nesse caso de gestão. E estava buscando alternativas para sanar os problemas encontrados. Resolvida a questão, no ano seguinte, ocorreu a abertura dos editais.

O Pré-ENEM vigente, criado em 2015, não foi a primeira tentativa em ter um pela universidade. No ano de 2011, o grupo PETBaixada, do qual a autora fazia parte, elaborou um projeto de preparatório, pois entendia a demanda local, e a universidade oferecendo várias licenciaturas, viu-se ser uma grande oportunidade de ter a teoria e prática, pois alunos da graduação poderiam ser monitores e desta maneira iriam praticar seus aprendizados além de ajudar a outros moradores locais com a possível entrada na universidade. Essa tentativa foi

---

BIEXT, maior edital da extensão na UFRRJ e o Pré-ENEM apontada pelos técnicos como o projeto de extensão institucional e contínuo.

realizada, visto que a cidade não contava mais com um preparatório gratuito haja vista o término da parceria cujo entre a UFRJ e a Prefeitura de Nova Iguaçu. Esse preparatório tinha alguns polos na cidade e ajudou a muitos jovens a realizarem o sonho de aprovação em um vestibular. E com seu término, o impacto negativo se fez presente. O grupo elaborou o projeto e foi aprovado pela PROEXT. Entretanto. Por questões políticas dentro da universidade, e com reuniões diretamente com a reitoria, o projeto, que já estava aprovado, não foi instaurado. Este projeto foi confeccionado pelos próprios petianos, através das vivências dos mesmos em preparatórios juntamente com o entendimento das demandas locais, visto que, 90% por cento dos petianos eram da baixada e de origem popular. A autora desta dissertação possui todas essas informações, pois participou ativamente de todo o processo, e estava presente na reunião de aprovação com a PROEXT, assim como na reunião com a reitoria. Somente no ano de 2015, ocorreu a implementação do Pré-ENEM, sendo este gerenciado diretamente pela PROEXT.

O Pré-ENEM Nova Iguaçu, Curso Pré-Enem Éthos<sup>83</sup>, Educação Pública e Transformação Social na Baixada Fluminense, foi criado no ano de 2015. O preparatório, tornar-se um Programa de Extensão, garantido a permanência do mesmo independente de gestão. Seu Funcionamento se dá através da UFRRJ-NI e tem por objetivo: “Contribuir para a formação escolar de alunos egressos da rede pública de ensino, destinando-se, especificamente, à preparação de pessoas de baixa renda para o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM” (<https://portal.ufrj.br/pro-reitoria-de-extensao/pre-enem-nova-iguacu/>).

A UFRRJ-NI acredita que o preparatório contribui para uma relação entre a universidade e a comunidade, além de reforçar o caráter público das instituições federais, visto que este é um processo de ensino-aprendizagem dialético e potencializando a formação de cidadãos críticos de sua realidade. Sua equipe é composta por pessoas da própria universidade.

A equipe do Projeto é composta tanto por estudantes de graduação da própria UFRRJ – na organização pedagógica e monitoria das disciplinas curriculares do curso – como também conta com a participação de técnicos e professores da universidade, auxiliando diretamente os alunos-monitores no desenvolvimento das diversas atividades pedagógicas realizadas pelo projeto, tais como a elaboração de materiais didáticos, programas de disciplinas e planos de aula (COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA).

---

<sup>83</sup> O termo Ethos corresponde ao conjunto de princípios, ideias e práticas que caracterizam o comportamento e definem o sentido das ações de um grupo social; em outras palavras, refere-se ao modo de ser das pessoas em uma determinada época, em um dado lugar. Ethos representa assim a identidade de um grupo, os valores que compartilha, e ao mesmo tempo explicita o conjunto de princípios que regem o convívio social. Disponível em < <https://ethosufrj.wordpress.com/sobre/> >

Uma característica do Pré-Enem Éthos é ter como pré-requisito o atendimento de estudantes da Baixada com o seguinte perfil: egresso da rede pública de ensino; morador da Baixada Fluminense; renda bruta familiar baixa. E essa análise é realizada através do edital, pelo questionário socioeconômico.

O referido preparatório se tornou um programa de Extensão no campus de Nova Iguaçu que conseguiu ter alcance social, como também pode proporcionar uma intervenção social, oferecendo a este público a possibilidade de ter mais chances de ingressarem em uma universidade pública, próximo de sua residência e, por conseguinte, uma formação profissional. Sendo, também. Uma possibilidade de troca entre os monitores e discentes envolvidas com o enriquecimento da sua prática acadêmica e social, ocasionando a transformação dos próprios sujeitos envolvidos. O ‘cursinho Éthos’, assim chamado carinhosamente, é a exemplificação de uma troca de saberes e aprendizagens, que modifica a academia e a sociedade, demonstrando uma prática benéfica para todas que estão envolvidos.

Desse modo, ao mesmo tempo em que o Projeto Ethos se constitui num espaço que busca contribuir com a formação escolar de alunos egressos da rede pública de ensino – promovendo a atualização e o debate de conteúdos escolares comuns ao programa do ensino médio – ele também se caracteriza em um espaço para que os estudantes de licenciatura da UFRRJ alcancem uma formação ampla, possibilitando aos mesmos experimentar a prática da docência ainda durante o período de graduação (<https://ethosufrj.wordpress.com/sobre/>)

O preparatório ofereceu entre anos de 2016 a 2018, 260 vagas ao todo, sendo 80 vagas em 2016, 80 vagas em 2017 e 100 vagas em 2018<sup>84</sup>. Uma expansão gradual e delicada em decorrência das demandas de infraestrutura, equipe pedagógica, dentre outras.

A **expansão de vagas** promovida pelo ETHOS ocorreu de forma gradual, e em cada momento que foi realizada levou em consideração os seguintes aspectos: a) disponibilidade de infraestrutura para a realização das atividades do Curso (salas de aula, equipamentos eletrônicos, etc.); b) impacto sobre as atividades desempenhadas pelos Tutores/Monitores do Projeto (reflexos sobre suas atividades discentes, planejamento de aulas, realização de plantões, elaboração de materiais didáticos, etc.); c) impactos sobre as atividades administrativas e a organização das atividades pedagógicas do Projeto.(PROEXT, Balanço de atividades do Projeto Período 2015 – 2018, 2019, p.3).

O cursinho aconteceu nesses três anos em dois turnos, vespertino e noturno, ofertando as seguintes aulas: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Física, Química, Biologia e Língua estrangeira (Espanhola). O local das aulas é na própria universidade. Entre

---

<sup>84</sup> As informações citadas foram encontradas nos editais correspondentes.

2016 e 2018, 35 alunos do Curso Ethos foram aprovados em processos seletivos para ingresso no ensino superior (Ethos, 2020). Esse número representa aproximadamente 13% de 260 vagas ofertadas. Ao olharmos os dados quantitativos é uma numeração baixa, entretanto devemos refletir que o curso contribui para entrada de 35 alunos. O dado quantitativo é válido no sentido de aperfeiçoar, investigar. Entretanto, um percentual cujo necessite de mais sensibilidade e ações, é de evasão, variando entre 65% e 75% ao ano, demonstrando um desafio para a universidade em pensar estratégias de permanência desses/as alunos e alunas.

Um dos maiores problemas identificados pelo Projeto foi a elevada **evasão de alunos**. O índice de desistência variou entre 65% e 75% ao ano, o que significa que o grande desafio pedagógico com o qual o Projeto se depara, atualmente, não é o número insuficiente de vagas para atender à todos os candidatos que manifestam interesse em participar do Projeto, mas a dificuldade daqueles que ingressam no Curso permanecer nele ao longo de todo o ano letivo (Ethos, 2019, p.3).

A presença de um projeto como este, com um propósito fundamental em uma sociedade periférica, com grande desigualdade social como esta que a UFFRJ\_ NI está é capital. Por muitos anos esta região, a Baixada Fluminense, foi tratada com depreciamento e estereótipos. Desta maneira, a universidade é este espaço que propicia saberes, encontros culturais, desenvolvimento de cursos e ajuda a resgatar e até construir narrativas de uma cidade, de um bairro etc.

O Pré-Enem Éthos necessita de melhorias, os educandos do cursinho passam mais de 4 horas em aulas, e sem nenhum tipo de alimentação disponibilizado pela Universidade. A Universidade não tem recursos para viabilizar esta alimentação, em decorrência dos cortes orçamentários ao longo dos anos, mais ainda nos últimos três anos. Entretanto, poderia pensar em parcerias, inclusive com a própria prefeitura ou demais alternativas possíveis para viabilizar o alimento. Outro problema apresenta relação com o início das aulas. Em 2019, começaram em maio e o ENEM era previsto para novembro, ou seja, um tempo mais reduzido do que Pré-ENEM privados. Vejamos um exemplo: o vestibular da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) é muito disputado e a primeira prova da UERJ normalmente acontece no mês de maio. Assim, o ideal seria que o Pré-ENEM começasse no primeiro trimestre do ano. Por fim, a divulgação está restrita às redes institucionais da universidade, dificultando um melhor alcance. Para alcançar o público ao qual se propõem é fundamental um contato prévio com ao/as discentes, através de diálogos nas escolas públicas de ensino médio da cidade, alcançando mais educandos e bairros.

### 4.3. BIEXT no IM

O Programa de Bolsas Institucionais de Extensão- BIEXT, institucionalizado a partir da Deliberação nº 18, de 26/03/2008 do CEPE, sendo esse o maior e mais antigo programa a oferecer bolsas na Extensão. Em um único edital é ofertado um quantitativo de bolsas por inscritos, contemplando em um só programa vários projetos distintos. O BIEXT por ser um programa, é institucional, com editais anuais, no qual todos os campi, mais o CTUR e o CAIC podem participar.

O programa é financiado com recursos institucionais visando apoiar Programas e Projetos de extensão sob a coordenação de Professores lotados em unidades dos campi: Seropédica, Nova Iguaçu, Três Rios e Campos dos Goytacazes, do Colégio Técnico (CTUR) e do Centro de Atenção Integral à Criança Paulo Dacorso Filho (CAIC), por ampla concorrência.

Abre-se edital anualmente, no qual os inscritos devem submeter projetos de acordo com a descrição do edital. A seguir os projetos inscritos são analisados a partir de uma tabela disponibilizada no edital de 2018.

**Tabela 1-** Edital de 2018 BIEXT

ITEM	Descrição do Item	Peso	Nota do Item	Pontuação máxima do item
1	Amplitude do Público alvo	1,0	0 a 10	10
2	Apresentação e Justificativa	1,0	0 a 10	10
3	Objetivos e Metas	1,5	0 a 10	15
4	Metodologia	2,0	0 a 10	20
5	Plano de trabalho do aluno	1,0	0 a 10	10
6	Pertinência da proposta para a formação do aluno envolvido no seu curso de graduação e vinculação com a pesquisa	1,5	0 a 10	15
7	Multidisciplinaridade nas ações propostas	1,0	0 a 10	10
8	Grau de interação entre as unidades da UFRRJ	1,0	0 a 10	10
9	Interação entre os alunos de pós-graduação nas ações de extensão	1,0	0 a 10	10
	<b>Total</b>	-	-	<b>110</b>

Fonte: UFRRJ, EDITAL PROEXT Nº 26, 2008, p.4.

A tabela está presente nos editais, havendo alterações entre os anos de acordo com as demandas da universidade como, por exemplo, os itens 8 e 9 do ano de 2018, que não estavam presentes nos anos anteriores. Após essa análise são escolhidas as bolsas, sua distribuição dava-se a partir das áreas temáticas do CNPq.<sup>85</sup>

O programa vem aumentando gradativamente a quantidade de bolsas, sendo em 2018 com 50 bolsas institucionais, 2017 e 2016 com 40 bolsas, assim como o quantitativo por projetos, até o 2017 podiam dois bolsistas por projetos, a partir de 2018 mudou para um, contemplando em sua totalidade 50 projetos. Esta decisão de mudar para uma bolsa por projeto viabiliza que mais projetos sejam contemplados e isto é importante, pois o programa é para toda comunidade acadêmica. O quantitativo ainda é baixo, levando em consideração que todos os campi CTUR e CAIC podem submeter seus projetos.

Os objetivos foram aperfeiçoados ao longo do tempo, até 2016 a escrita era simplória, não explorando a Extensão em sua totalidade, até a forma exposta no edital não possui tantos cuidados. Sendo esses extremamente importantes, pois são os norteadores do programa e dos projetos a serem escolhidos, assim sendo suas definições são relevantes, por isso as alterações realizadas nos objetivos, buscaram reforçar o diálogo com a comunidade, a relevância da cultura na formação dos educandos, dentre outras alterações. Abaixo, os objetivos dos editais de 2016 e 2018.

- a) a formação cidadã dos alunos dos cursos de graduação participantes do projeto;
- b) o atendimento a diretrizes de natureza acadêmica ligadas ao cumprimento do preceito da dissociabilidade de extensão, ensino e pesquisa;
- c) a abordagem abrangente das diversas ações da extensão, contemplando a característica de interdisciplinaridade;
- d) a promoção de impacto na formação do estudante, de forma a contribuir para a flexibilidade e a integralização curricular das ações extensionistas;
- e) a promoção de impacto social pela ação transformadora sobre problemas sociais e pela interação bilateral entre conhecimentos e experiências acumulados na academia e o saber popular, na busca de somar esforços na formulação, execução e acompanhamento de políticas públicas (EDITAL DE SELEÇÃO Nº. 05/2016- BIEXT, p.1).

Os objetivos do edital de 2018.

#### 1. OBJETIVOS:

- 1.1. Institucionalizar ações, visando à difusão das iniciativas acadêmicas que tenham como eixo central a extensão e a cultura.
- 1.2. Estimular e apoiar a comunidade acadêmica na institucionalização de projetos de extensão e cultura existentes.
- 1.3. Contribuir para a formação acadêmica dos estudantes de graduação dos cursos presenciais, por meio da concessão de bolsas relacionadas à sua área

---

<sup>85</sup> A partir do ano de 2019, houve mudanças na forma de distribuição de bolsas para a demanda.

técnica e que tenham claro caráter extensionista, isto é, envolvam transferência, intercâmbio e diálogo de conhecimentos e experiências com a sociedade. No caso das bolsas para cultura, dado que a cultura transcende todas as formações profissionais e é inerente a qualquer atividade humana, estas não são direcionadas a nenhum curso de graduação em particular.

1.4. Selecionar estudantes de graduação para desenvolverem ações de extensão e cultura universitárias vinculadas ao Programa de Projetos Especiais da PROEXT.

1.5. Conceder bolsas de iniciação em extensão e cultura universitárias a estudantes de graduação para participação no Programa Institucional de Bolsas - BIEXT.

1.6. Promover o desenvolvimento de ações e atividades que viabilizem uma interação transformadora entre a UFRJ e os demais setores da sociedade (EDITAL PROEXT Nº 26/2018 –BIEXT, p.1).

As citações demonstram que houve um avanço no entendimento dos objetivos assim como a forma apresentada no edital.

Em relação aos bolsistas, o valor a ser recebido é de 400 reais, período de 12 meses, tendo a responsabilidade de desenvolver as atividades apontadas no projeto pertencido, tal como ter disponível pelo menos 20 horas semanais para se dedicar às atividades de iniciação em extensão ou cultura. Por ter como objetivo contemplar o máximo possível de bolsas, dando preferência somente um bolsista, pode ocorrer uma sobrecarga nesse sujeito, em vista do edital não possibilitar mais bolsistas. Seria mais adequado a universidade buscar mais fonte de recursos para que haja expansão do mesmo.

O BIEXT, maior programa de extensão da UFRJ, é o que mais oferece editais e bolsas. Anualmente, abre o processo de inscrição. Por ofertar diversos editais, e ser um programa que perpassa o campus, sentimos a necessidade de buscar informações a fim de ter respostas de quantos editais o IM conseguiu ser contemplado durante os anos de 2016 a 2018. Houve a necessidade de olhar todas as caixas desses anos, visto que não estão separados por instituto ou campus e catalogado virtualmente. Esses registros pertencem ao BIEXT, separadas por ano, dependendo da quantidade de inscritos, havia mais ou menos caixas. Nesses arquivos contêm inscrições não aprovadas, aprovadas e aprovadas e classificadas, porém sem separações, como também não há uma separação por campus. Assim sendo, foi necessário olhar todos os projetos inscritos primeiramente a fim de saber a qual instituto pertenciam. Com os anos estimados (2015 a 2018), houve a primeira separação dos registros destes anos e, por consequência, as que pertenciam ao IM foram destacadas para uma segunda seleção. Após ter os projetos somente do IM, dividiu-se entre os programas aprovados e programas aprovados e classificados, sendo estes últimos a serem detalhados.

A UFRRJ necessita compreender que a tecnologia precisa encontrar-se mais envolvida em seus processos burocráticos. Todas essas informações poderiam ser localizadas em plataformas digitais, agilizando o processo, desentulhando as salas que estão presentes estes tipos de materiais e facilitando o trabalho dos técnicos. A universidade possui o curso de ciências da computação, no campus de Nova Iguaçu, que tem condições de trazer à Universidade a agilidade tecnológica. Uma demanda que através de incentivo, projetos e ferramentas pode ser efetivada.

A reestruturação das universidades federais em modelos organizacionais mais simples, flexíveis e de ampla interatividade sistêmica na área de apoio, por meio de redes cibernéticas, é um imperativo da pós-modernidade. A esse imperativo as universidades federais não poderão fugir ou protelar por muito mais tempo, sob pena de danos irreparáveis à condição de instituições públicas, gratuitas, de qualidade e de legitimidade no desempenho das funções de ensino, pesquisa e extensão. A definição de áreas de especialização, a distribuição espacial estratégica e a escala de grandeza às universidades federais são outras medidas fundamentais à modernização do sistema organizacional, do aparelho burocrático e à eficácia no desempenho das atividades acadêmicas (VIEIRA e VIEIRA, 2004, p.8).

A burocracia contribui para a informalidade. Assim, a comunidade acadêmica do IM sabe que muitos eventos de extensão são realizados sem conhecimento da PROEXT, e o maior motivo para que isso ocorra é a burocracia. A forma de se propor um projeto de extensão por mais simplório que seja, torna-se demorado em decorrência da burocracia. Desta maneira, professores e alunos preferem realizar suas atividades, utilizando recursos que possuem. Assim, podemos dizer que ocorrem atividades de extensão sem a ciência da PROEXT, Segundo a PROEXT, desde 2013, a equipe vem realizando esforços importantes para o registro e monitoramento das atividades de extensão da UFRRJ. Devido à falta de uma plataforma acadêmica integrada e, principalmente, uma política de informalidade de ações de extensão por parte da comunidade acadêmica, incluindo docentes, coordenadores de curso e diretores de todos os campi, muitas das atividades não são devidamente registradas e monitoradas na Universidade. Muitos eventos e cursos ocorrem de forma independente à PROEXT<sup>86</sup>, conduzidas de forma que não nos permite a coleta de indicadores para a análise da gestão da Extensão Universitária. No momento, pela experiência, a PROEXT considera que grande parte dos dados encontra-se dispersa em formulários, o que dificulta o trabalho e a análise das tendências para a UFRRJ, ou seja, a universidade não tem noção da quantidade de atividades de extensão que ocorrem, sendo este um grande problema por não participar dessas

---

<sup>86</sup> Somente são reconhecidas como atividades de Extensão aquelas registradas na PROEXT, isto está previsto no Capítulo IV, Art. 13º, da Deliberação Nº 125, DE 06 DE JULHO DE 2006. Entretanto a capacidade de fiscalização e as burocracias institucionais corroboram para esta informalidade.

ações, a mesma fica fadada a analisar somente o que ocorre de forma institucional, podendo essa não ser uma análise fidedigna do que a PROEXT realiza e como a Extensão é compreendida pelo corpo acadêmico da instituição.

Uma situação que desde logo chama a atenção é a grande resistência da instituição universitária federal à mudança. Não se trata de uma realidade apenas nacional, pois vários analistas, críticos, sociólogos e outros têm levantado a discussão sobre a perenidade das estruturas universitárias, mesmo em países desenvolvidos. Contudo, as universidades federais brasileiras primam por estruturas organizacionais extremamente burocráticas tanto no campo administrativo como no campo acadêmico. Administrativamente, é crescente o processo de alargamento da faixa de atividades meio, com desdobramento de funções, hierarquização excessiva na movimentação das demandas de serviços e dos processos decisórios. Na área acadêmica a multiplicidade estrutural estabelece uma ampla nomenclatura de órgãos – faculdades, institutos, centros, departamentos, escolas, colégios, decanatos, núcleos e comissões – quase sempre repetindo funções, conflitando decisões e ampliando a burocratização no interior da atividade fim. As estruturas organizacionais altamente complexas, pesadas pelo quantitativo de órgãos, lentas na movimentação das demandas pelo excesso de normas e pouco eficientes pela hierarquização burocrática acabam, invariavelmente, em perda do impulso à eficiência. Por consequência, consagra-se um cenário de baixa energia funcional, alimentando a entropia que desgasta, que corrói o sistema organizacional e compromete, conseqüentemente, a qualidade do desempenho (VIEIRA e VIEIRA, 2004, p.2).

Em decorrência dessa informalidade, a pesquisa ficou voltada para os editais oriundos da PROEXT, mais precisamente o BIEXT e o Pré-ENEM. Com o objetivo de analisar o projeto na perspectiva de seu público alvo e se na sua construção a população local se fez presente, ou se nele encontra-se alguma demanda da localidade. Com o propósito de melhor ilustrar esse processo de pesquisa serão expostas imagens de fotos realizadas pela própria autora com o objetivo de analisar nos projetos relacionados ao BIEXT, os objetivos do mesmo, se há o interesse de ter a Baixada Fluminense como foco de construção dos saberes a serem explorados em cada projeto, se haverá participação da comunidade local nas atividades escritas, se as mesmas encontram-se envolvidas no processo de construção dos projetos, se fazem parte do público alvo dos mesmos. Desta maneira, tendo como foco a Baixada Fluminense, mais especificamente Nova Iguaçu.

Ressaltamos que todos os projetos aprovados têm por tempo de duração 12 meses, <sup>87</sup>demonstrando a importância da criação e objetivos dos inscritos. Fazendo o questionamento,

---

<sup>87</sup> Todos os projetos aprovados e classificados possuem validade de um ano, portanto, para a continuação dos mesmos após este prazo, se faz necessário uma nova inscrição ao edital correspondente, logo passando por um novo processo seletivo.

que projetos são esses onde a universidade compreende, a partir de suas aprovações, que fazem jus ao seu entendimento e implicabilidade do que é Extensão e de seus desdobramentos? Será que estão dialogando com os documentos norteadores juntamente com o conceito de uma Extensão que dialoga, que constrói juntos com seus pares, por uma relação horizontal que respeita os outros saberes e constrói juntamente com eles? Ou ainda aprova projetos de si para ‘si mesma’.

#### 4.3.1 BIEXT<sup>88</sup> 2016.

O edital do ano de 2016 teve como objetivo disponibilizar:

1.2 A quota institucional para a distribuição de bolsas do Programa BIEXT será de Quarenta (40) bolsas, com carga horária de 20 horas semanais em atividade no Projeto de extensão contemplado

podendo cada edital contar com :

1.3 Cada projeto aprovado e classificado será contemplado com no máximo duas (2) bolsas, de acordo com a pontuação alcançada no processo de avaliação.

1.2.1 – Uma quota até o limite de: duas mil (2000) cópias, para reprodução de materiais, tais como: textos, apostilas e folders e 03 (três) resmas de papel A4, desde que devidamente justificados e quantificados no projeto. (EDITAL DE SELEÇÃO Nº. 05/2016, p.1),

Os arquivos deste edital são os que apresentam uma melhor separação, pois nas etiquetas das caixas encontrava-se a descrição dos arquivos.

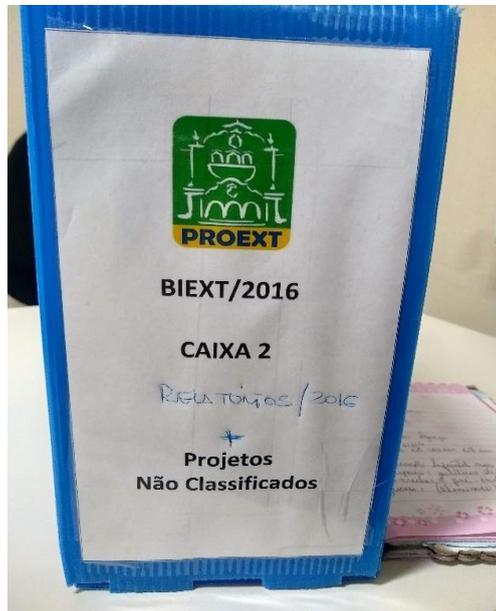
#### **Imagem 10** - ANO 2016 - Caixa nº 1: destinada aos bolsistas<sup>89</sup>



<sup>88</sup> NO EDITAL DE 2015, foram aprovados aproximadamente 25 projetos, sendo estes encontrados em uma única caixa, a outra correspondia a alunos bolsistas. Nesse edital, não foram encontrados nenhum projeto aprovado do Campus de Nova Iguaçu.

<sup>89</sup> Todas as imagens correspondentes a este arquivo foram fotografadas pela autora

**Imagem 11** - ANO 2016 -Caixa nº 2: Projetos não classificados do IM



**Imagem 12** - Caixa nº3: 26 projetos e 02 são do IM



**Imagem 13** – ANO 2016-Caixa nº 4: 11 projetos inscritos, 01 do IM (projetos aprovados e não contemplados).



**QUADRO 23** - Projetos concorrentes do IM ao edital BIEXT 2016

Empodera Jovem	Aprovado e contemplado
Leitura do Patrimônio Cultural em outros Territórios Simbólicos: As Representações culturais do Padre Cícero na Feira de São Cristóvão- Rio de Janeiro	Aprovado e contemplado
Novas Cartografias e Territoriais Indígenas: Processos formativos e mapeamentos junto à comunidade Guarani M'bya da Aldeia Ara Haruy	Aprovado e não contemplado

O Projeto Empodera Jovem estava inserido no Departamento de Educação e Sociedade (DES); as áreas temáticas são: cultura, educação e direitos humanos, tendo como público-alvo os jovens que cumprem medidas socioeducativas em unidades do Novo DEGASE<sup>90</sup>- Departamento Geral de Medidas Socioeducativas. No projeto o conceito de

<sup>90</sup> O Degase – **Departamento Geral de Ações Socioeducativas** é um órgão vinculado a Secretaria de Estado de Educação, que tem a responsabilidade de promover socioeducação no Estado do Rio de Janeiro, favorecendo a formação de pessoas autônomas, cidadãos solidários e profissionais competentes, possibilitando a construção de projetos de vida e a convivência familiar e comunitária. Criado pelo Decreto nº 18.493, de 26/01/93, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas é um órgão do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, responsável pela execução das medidas socioeducativas, preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aplicadas pelo Poder Judiciário aos jovens em conflito com a lei. Com o objetivo de atender aos preceitos constitucionais e de conformidade com o que passou a chamar-se Sistema Socioeducativo, ocorrido na vigência da Constituição da República de 1988, houve a descentralização político-administrativa. A criação do Novo Degase ocorreu a partir da interlocução do Governo Estadual com o Centro Brasileiro para Infância e Adolescência - CBIA, (órgão do Governo Federal no período de 1991 a 1994) em consonância com as diretrizes político-governamentais de promoção, defesa e garantia de direitos de proteção legal. Neste período, houve absorção integral dos adolescentes atendidos pela CBIA, o mesmo não ocorrendo com as instalações físicas, fato

extensão teve como base o FORPROEX, algo positivo, alinhando o pensamento teórico com um fórum importante e norteador da extensão brasileira. Além dessa percepção, no corpo do projeto o entendimento do papel do IM, perante ao público ao seu entorno foi mencionado, assim como a construção do projeto, tendo nas lutas dos movimentos sociais da Baixada Fluminense como ponto de partida para a concepção em si:

O presente projeto tem como embrião a prática política e cultural de grupos organizados da universidade e dos movimentos sociais das cidades do entorno. Tais práticas se inseriram naturalmente no Campus de Nova Iguaçu desde sua fundação e se intensificaram no processo de construção de identidade do campus como polo de conhecimento a serviço do desenvolvimento social da região. O Empodera Jovem tem então, um caráter social herdado dos movimentos sociais da Baixada Fluminense e carrega em si poder de oxigenar a produção cultural e política da universidade, dando um caráter orgânico a situação da universidade que as práticas convencionais não são capazes de realizar (Empodera Jovem, p.3).

Este projeto teve como características ser interdisciplinar, sua construção obteve contribuição de técnicos, discentes, docentes, ou seja, foi pensado por vários representantes da comunidade acadêmica, e este processo coletivo consolidou o engajamento e o envolvimento da universidade, pois quanto mais pessoas tendo participação da construção e das práxis, mais indivíduos se desenvolveram por este processo dialético que a Extensão propicia.

O Empodera Jovem foi confeccionado na perspectiva de desenvolvimento de espaços de transformações sociais, baseado na realidade local da Baixada Fluminense e das regiões periféricas do RJ, uma realidade com violência urbana, com desigualdades, onde jovens são atraídos por práticas criminais na busca de uma ‘melhor qualidade financeira’. Muitos desses jovens foram levados ao DEGASE para cumprir suas medidas socioeducativas, e este projeto buscou ressocializar estes jovens de diversos DEGASES, inclusive o de Nova Iguaçu e o de Belford Roxo, municípios pertencentes à Baixada Fluminense. A partir de oficinas culturais, como de dança, rap, também ocorrendo espaços para debates.

Portanto, o Empodera Jovem, a partir de uma análise feita do projeto em sua íntegra, demonstrou estar contextualizado com o entendimento do que é Extensão, do papel social de uma Universidade, da coletividade, do diálogo, da comunicação. Um projeto que somente com sua parte escrita, nos trouxe esperança, a esperança de ser dialógico, a esperança do olhar humanizado.

E ser dialógico, para o humanismo verdadeiro, não é dizer-se descomprometidamente dialógico: é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é não

invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade (FREIRE, 1975, p.43).

O Projeto Leitura do Patrimônio Cultural em outros Territórios Simbólicos: As Representações culturais do Padre Cícero na Feira de São Cristóvão- Rio de Janeiro.

O Projeto pertence ao Departamento de Administração e Turismo (DAT) e teve como linha temática a cultura. O objetivo do projeto é confeccionar materiais informativos sobre a memória e história de padre Cícero. A feira de São Cristóvão foi o local escolhido do projeto para recolhimento desses dados. A feira localiza-se no bairro de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro. É um local destinado à cultura nordestina, com comidas, músicas, artesanato, livros, dentre outros materiais, todos provenientes desta região brasileira, assim como os comerciantes que lá se encontram. Para a construção da narrativa proposta, os sujeitos desses espaços foram importantes haja vista que ‘contaram’ as suas memórias sobre o tema abordado.

Como público alvo temos os visitantes da feira de São Cristóvão, os migrantes nordestinos e os comerciantes da feira. Um objetivo específico se fez necessário na sua abordagem: “quem são os nordestinos do Rio de Janeiro”? Podemos supor que estes nordestinos propostos sejam somente os da capital. Pois o local a ser pesquisado é localizado essa cidade. Uma observação a ser realizada, é se os nordestinos da Baixada não contribuiriam para a construção dessa pesquisa, a fim de enriquecer mais o projeto, de trazer o povo local para este saber a ser produzido. Há uma grande quantidade de nordestinos, principalmente próximos à UFRRJ-NI. Os mesmos podem ser encontrados nas igrejas católicas, associações de moradores, feiras, ou seja, há uma forma de acesso a este público, que também poderia contribuir para o projeto. Mesmo o projeto se disponibilizando a dialogar com esses sujeitos, e a partir desse diálogo construir suas respostas e pensamentos, percebe-se que este diálogo já se faz com uma intenção, com um objetivo fechado, de coletar o máximo de informações distintas sobre o padre Cícero.

Esse projeto não teve como foco a população em que a universidade está inserida, mesmo os nordestinos sendo muito presentes na Baixada Fluminense, e especialmente em Nova Iguaçu. Não se faz nenhuma referência aos moradores nordestinos locais. Mesmo sendo esses protagonistas para a construção da Baixada Fluminense.

A Baixada, que num primeiro momento foi ocupada por fazendas com produção diversa (café, milho, animais de corte, extração de madeira etc.), teve seu processo de urbanização ligado à construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II, em 1858, cujo traçado ligava a área central da cidade a

Queimados (município que na época pertencia a Nova Iguaçu). Essa construção provocou a intensificação da urbanização nos trechos às margens da linha férrea através do loteamento das fazendas, em grande parte de forma ilegal, em terrenos pequenos e baratos, atraindo assim uma população de migrantes de baixa renda vindos do Nordeste em sua maioria, mas, também, do município do Rio de Janeiro, expulsos pelos preços dos aluguéis e terrenos (BARRETO, 2004, p.16).

#### 4.3.2 BIEXT 2017

O Edital de número 01/2017 concedeu 40 bolsas. Os inscritos estão organizados em quatro caixas, sendo todas essas examinadas pela autora.

**Imagem 14-** ANO 2017-Caixa nº 1, cadastro dos bolsistas.



**Imagem 15 -** ANO 2017- Caixa nº 2: 20 projetos ao todo, sendo dois do IM.



**Imagem 16** -ANO 2017- Caixa nº 3: 23 projetos ao todo e nenhum do IM.



**Imagem 17** - ANO 2017-Caixa nº 4: 21 projetos, sendo 6 do IM.



**QUADRO 24-** Projetos inscritos do IM ao edital BIEXT 2017

Educação infantil nos contextos municipais: políticas de currículo para creches e pré-escolas de Nova Iguaçu.	Eliminado
Computação para Todos.	Não classificado
A Feira vai à Universidade: diálogos entre os diferentes saberes.	Aprovado e classificado

Inventário, diagnóstico e capacitação turística em suporte ao etnodesenvolvimento de comunidades quilombolas na região da costa verde.	Aprovado e classificado
Educação para o turismo: utilizando o conceito de hospitalidade urbana.	Não classificado
Observatório do turismo da região turística baixada verde: a extensão universitária para o fomento do desenvolvimento regional.	Aprovado e classificado
Identidades e expressões populares no Rio de Janeiro: territórios da literatura de cordel.	Aprovado e classificado
Preservação e disponibilização de fontes históricas da Baixada Fluminense para a educação.	Aprovado e classificado

### **A Feira vai à Universidade: diálogos entre os diferentes saberes.**

O projeto faz parte do departamento de Geografia<sup>91</sup>, com sua área temática em meio ambiente. Foi este, um projeto pioneiro no IM, que envolveu-se com agricultura, mais precisamente, agricultura familiar. Em Nova Iguaçu, há uma cooperativa de agricultura familiar que é visitada por alunos do IM, e este projeto busca aproximar este público da Universidade. Esta aproximação estava prevista, segundo o projeto, com a implementação de uma feira, no espaço físico da universidade.

Esta iniciativa, trouxe como benefício o acesso a alimentos sem aditivos químicos, para aqueles que fazem parte dessa vivência da universidade, no horário matutino. Se faz necessário ter como ressalva que a maioria dos cursos do IM são noturnos, entretanto o idealizador do projeto fixou o horário matutino. Outro aspecto é a contribuição para que este grupo social da baixada, que por muitos é desconhecido, passou a ter um espaço que apoie e contribua para uma melhor comercialização dos produtos ofertados.

No decorrer da leitura dos objetivos do projeto fica explícito o entendimento de Extensão, buscando em Paulo Freire, a concepção deste entendimento, reforçando o entendimento de troca, de aprendizados mútuos de todos os envolvidos, de uma relação horizontal.

<sup>91</sup> O curso de Geografia estava inserido no Departamento de Educação e Sociedade- DES, entretanto o curso passou a ter um Departamento pela Deliberação, nº 35 de 29 de Junho de 2017, criando o Departamento de Geografia (DGEO).

Ressaltamos que este projeto de extensão articula o ensino e a pesquisa com as demandas sociais. Especialmente uma parcela considerada minoritária, no nosso caso os agricultores familiares de Nova Iguaçu, cooperativados ou não. Neste sentido, acreditamos que através da implementação da Feira da Agricultura familiar no campus Nova Iguaçu iniciaremos um longo processo de trabalhos conjuntos entre a academia e a sociedade, contribuindo tanto para as pesquisas quanto para as melhorias na qualidade de vida das pessoas envolvidas, direta e indiretamente. Além disso, muitas atividades desenvolvidas pelos docentes apenas nas salas de aula da Universidade podem ser desenvolvidas na Feira. É preciso que “a universidade vá à feira”, e que “a feira vá à universidade” (A Feira vai à Universidade, p. 4).

Com a leitura, percebe-se que este é um movimento inicial para que depois a feira<sup>92</sup> torne-se algo fixo na universidade, independentemente de edital. Entretanto para este início não obteve os recursos financeiros. A Extensão nesse contexto é o apoio teórico, prático e financeiro para idealização, construção e permanência desta atividade implicada.

Identidades e expressões populares no Rio de Janeiro: Territórios da Literatura de Cordel.

Pertencente ao departamento de Administração e Turismo (DAT), área temática: cultura e área de conhecimento: história. O projeto busca compreender como se dá o processo de produção de literatura de cordel em territórios da cidade do Rio de Janeiro. Esta literatura tem sua origem no povo nordestino. Além dessa pesquisa, o projeto propôs fazer um documentário em vídeo. Assim sendo, seu objetivo é a diversidade de territórios que onde encontra-se a literatura de cordel: especialmente na Feira de São Cristóvão e também na Academia Brasileira de Literatura de Cordel.

O projeto em si, não menciona a Baixada, poderia fazer alguma articulação a fim de saber se essa literatura também é difundida nesse território. Como já citado na dissertação, a Baixada Fluminense é vasta de migrantes nordestinos. Não percebe-se que ao fim do trabalho visa difundir o documentário em escolas, casas culturais ou algo próximo de divulgação de saberes. Este é mais um projeto aprovado, no IM, que não faz menção da Baixada Fluminense, ou de Nova Iguaçu, mesmo quando sabe-se que o objeto de pesquisa também está presente nessa realidade.

---

<sup>92</sup> A Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ, continua no ano de 2019, acontecendo semanalmente no Instituto Multidisciplinar, de 9 às 16 horas. Com outras parcerias a Emater-Rio e a Prefeitura de Nova Iguaçu. A feira integra o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar na Baixada e Centro-Sul Fluminense. *Assessoria de Imprensa do IM/UFRRJ*, Disponível em - < <https://portal.ufrj.br/feira-da-agricultura-familiar-no-im-agora-e-semanal/>> Acesso em: 22 de Outubro de 2020.

Observatório do turismo da região turística baixada verde: a extensão universitária para o fomento do desenvolvimento regional.

O projeto é mais um inscrito que pertence ao DAT, sendo esse da área de conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas, cuja sua área temática é tecnologia e produção. Este projeto busca dar visibilidade ao turismo na região da Baixada Fluminense que corresponde à Baixada Verde<sup>93</sup>. O curso de Turismo no IM, permitiu não somente formar profissionais, como trouxe discussões de como viabilizar o turismo nessa região, no qual não possui tanto essa prática econômica e cultural.

O Fórum Regional de Turismo da Baixada Verde foi o foco central do projeto, pois nele participaram grande parte dos municípios da Baixada Fluminense, dentre eles, Nova Iguaçu, buscado ser o suporte técnico para o desenvolvimento regional na parte do turismo de maneira sustentável e dialógica.

A Baixada ainda é uma região estigmatizada, onde muitos dos seus moradores desconhecem suas regiões de turismo ou com este potencial. E ter mais uma ferramenta que busque ir contra este estereótipo juntamente com aporte econômico é de grande relevância.

Assim, considerando o Turismo como um importante vetor de desenvolvimento local e regional, este projeto se justifica por acreditar no Turismo como uma ferramenta que pode auxiliar na mudança do estigma de região pobre e violenta que a Baixada Fluminense possui. O turismo como ferramenta de desenvolvimento que possibilite dar um dinamismo econômico local e regional levado a equalização com a preservação/conservação ambiental; a valorização da identidade cultural; a preservação de locais históricos e arqueológicos; a qualificação de espaços para recreação e lazer dos moradores visitantes; a melhoria nas paisagens naturais ou urbanas; além do incentivo às produções agrícolas, industriais e artesanais (Observatório do turismo da região turística baixada verde, p. 2).

O suporte técnico foi organizado através de assessoramentos aos municípios

---

<sup>93</sup> A Baixada Verde é composta pelos municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Os municípios originais da Baixada Fluminense ainda incluem Guapimirim, Itaguaí e Paracambi, que estão respectivamente incorporados às Regiões Turísticas da Serra Verde Imperial, Costa Verde e Vale do Café, conforme suas características e vocações. O projeto “Baixada Verde” foi pensado em função destes municípios abrigarem extensas áreas naturais preservadas conforme estudo realizado recentemente pela Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro. Dados coletados informam que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro mantém 36,27% de seu território verde conservado. E somente a área da Baixada Fluminense abriga cerca de um terço desse território, o que em muito influenciou a iniciativa de batizá-la com tal nome. Nas áreas naturais preservadas são encontrados parques, reservas ambientais e estações ecológicas que apresentam um forte potencial turístico. (Minha Baixada. Disponível em <<https://www.minhabaixada.com.br/post/2018/04/10/baixada-verde-onde-fica>>

participantes ao fórum, com espaços para dialogarem sobre o tema, fazendo análises de atas, bancos de dados organizados e atualizados de inventários de ofertas, demandas locais, dentre outras ações. Demonstrado ser um projeto com ações práticas, articuladas, visando ao turismo na Baixada Fluminense com o suporte técnico do curso de Turismo do IM.

Inventário, diagnóstico e capacitação turística em suporte ao etnodesenvolvimento de comunidades quilombolas na região da costa verde.

Englobando dois departamentos DAT e o DEGEO, o projeto tem como área temática: cultura e de conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas. Duas comunidades quilombolas da Costa Verde foram os espaços escolhidos para desenvolver o projeto exposto. As comunidades são essas: Campinho da Independência e Santa Rita do Bracuhy. Esta é uma área de interesses privados, e este também foi um dos motivos para que os autores do projeto escolhessem esta área, como também por serem locais com grande potencialidade turística, com riquezas naturais, culturais, gastronômica dentre outros saberes. Propondo ser um corpo técnico que auxilie essas comunidades produzindo mapeamentos, capacitando alunos e moradores, dentre outras ações, junto à comunidade para fortalecimento da mesma e propiciando a práxis dos cursos envolvidos. Nesse caso: Geografia e Turismo.

Preservação e disponibilização de fontes históricas da Baixada Fluminense para a educação

Baseado no Departamento de História e Economia (DHE), o projeto que se observa tem como linha temática a cultura e como área de conhecimento, as Ciências Humanas, visa sistematizar, preservar e disponibilizar diferentes fontes da história da Baixada Fluminense, e se falarmos do campo técnico, está inserido no DHE por viabilizar um melhor aproveitamento do objeto proposto. O objetivo principal é digitalizar fontes históricas da Baixada Fluminense e tornar o acervo disponível tanto para a comunidade acadêmica quanto para a comunidade no qual o campus de Nova Iguaçu está permeado.

No corpo do projeto está retratada a dificuldade<sup>94</sup> de encontrar um acervo da baixada e, principalmente, em Nova Iguaçu, e para efetivação da posposta seria necessário buscar fontes na Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu, no acervo do IM, nos TCC's desde 2008, nos Arquivos Históricos da Diocese e na Associação de Moradores.

---

<sup>94</sup> A dificuldade mencionada no projeto também é encontrada pela autora da dissertação, mesmo sua pesquisa sendo iniciada posteriormente à efetivação do projeto. Esta dificuldade é mencionada na introdução.

O objetivo é que fontes históricas sejam acessadas de maneira eficiente por toda comunidade escolar da Baixada Fluminense, região deficiente em arquivos públicos e centros de pesquisas especializados e, a partir disso, permitir que professores viabilizem o conhecimento histórico compreendido através da trajetória de uma família, rua ou bairro onde residem (Preservação e disponibilização de fontes históricas da Baixada Fluminense para a educação, p. 2).

Neste mesmo projeto, também, foram relatadas parcerias com duas escolas locais, Colégio Municipal Professor Osires Neves e Escola Estadual Dom Adriano Hipólito, no qual através de oficina auxiliaram a instrumentalização dos professores de história em relação ao Centro de Documentação e Imagem (CEDIM) para o melhor uso dos mesmos nas aulas ministradas ao nono ano e ao terceiro ano do ensino médio. O CEDIM será a plataforma/site que reunirá todo esse acervo

O projeto é uma tentativa de ter em um único lugar as fontes históricas sobre a Baixada, desta maneira, tornando contínuo o trabalho visto que a história é contínua. A Baixada possui uma história que necessita ser mais explorada e divulgada, e um projeto anual não daria conta de toda essa magnitude, entretanto. É o começo para que se tenha uma melhor coleta dessas fontes, das diversas formas que se apresentam, em um único lugar.

#### **4.3.3 BIEXT 2018**

O edital nº 26/20018 da PROEXT referente ao BIEXT trouxe a proposta de 50 bolsas, neste edital houve a mudança de apenas uma bolsa por projeto. Ou seja, contemplava 50 projetos em sua totalidade. Aumentando a quantidade de projetos a serem alcançados, entretanto limitando somente um por bolsa, e com essa limitação podemos supor que os projetos foram mais simples no sentido da execução haja vista que toda a o trabalho seria exercido por um/uma educando (a). Ao todo foram 72 projetos inscritos, sendo do 7 do IM (2 não classificados e 5 aprovados e classificados). A contagem foi realizada pela autora como também a necessidade de exame nas duas caixas de projetos inscritos, a fim de separar somente os do IM. Dos três anos observados, este foi o edital dentre os pesquisados com mais inscritos e aprovados do IM.

**Imagem 18** - Caixas 1 e 2 com o total de foram 72 projetos inscritos, sendo do 7 do IM



**QUADRO 25-** Projetos inscritos do IM ao edital BIEXT 2018

Introdução ao pensamento Algoritmo para os estudantes do Ensino Médio- PIPA-EM	Não classificado
Universidade encontra Economia para Sustentabilidade	Aprovado e classificado
Marketing Verde, Frugal e Digital: curtir, conhecer, cocriar, compartilhar, circular	Aprovado e classificado
Hortinha do IM: laboratório de agroecologia e economia solidária	Aprovado e classificado
Acervo Geográfico: compartilhando conhecimentos através da divulgação das produções acadêmicas do curso de Licenciatura em Geografia IM/UFRRJ	Aprovado e classificado
Preservação e disponibilização de fontes históricas da Baixada Fluminense voltadas para educação	Não classificado
Nós Propomos UFRRJ Nova Iguaçu: Geografia e Formação Cidadã na Escola Pública da Baixada Fluminense	Aprovado e classificado

Hortinha do IM: laboratório de agroecologia e economia solidária

A Hortinha do IM, foi um projeto concernido pelo DEGEO, da qual tem por área de conhecimento: Ciências Humanas e área temática: meio ambiente. <sup>95</sup>

Nós Propomos UFRRJ Nova Iguaçu: Geografia e Formação Cidadã na Escola Pública da Baixada Fluminense

A Baixada Fluminense faz parte do objetivo do projeto, pois já em seu título encontra-se explícito o interesse em se ter uma parceria com as escolas Públicas da Baixada, especificamente em Nova Iguaçu. Projeto constituído no DES, cuja sua área temática é Educação. O Colégio Estadual Engenheiro Arêa Leão, localizado no município de Nova Iguaçu, é a escola com a qual o projeto fez parceria, com alunos do primeiro ano do ensino médio. Uma escola próxima à universidade, que funciona em três turnos e já realizou outras parcerias com o IM. Cabe acrescentar que o referido projeto tem parceria com o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT/UL).

Visa utilizar a realidade virtual como recurso didático nas aulas de Geografia do Ensino Médio com o objetivo de contribuir para a inovação da educação geográfica por meio da construção da cidadania territorial. Através de oficinas procura aproximar os educandos dessa realidade Virtual. Outra ferramenta utilizada foram as atividades de campo com os alunos. Um projeto que envolveu tecnologia, criatividade, saberes, aprendizados. Importante para a Educação local, assim como para todos os discentes e docentes.

Como fruto do projeto, temos um artigo que contém informações de como foi sua implementação e resultados. Neste artigo também existem fotos das atividades realizadas<sup>96</sup>.

### Universidade Encontra Economia para Sustentabilidade

Este projeto tem sua área temática na Educação, e como área de conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas. Sua criação é proveniente das discussões e ações que envolvam desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que concilia as necessidades do presente sem comprometer a habilidade de futuras gerações em satisfazer suas próprias necessidades é a definição mais difundida até hoje do relatório de Brundtland. Desde então, surgiram incontáveis publicações e estudos sobre o tema (Universidade Encontra Economia para Sustentabilidade, p. 4).

---

<sup>95</sup> A autora, deparou com a perda dos matérias coletados sobre este projeto aprovado, com a pandemia, houve a necessidade de fechamento de todas unidades de ensino superior, incluindo a UFRRJ, desde de março de 2010. Assim, inviabilizando o acesso ao arquivo dado anteriormente presencialmente. Buscou, através de e-mail para conseguir outras informações, mas sem êxito. Mais uma vez, reforçando a iniciativa de ter nos aportes tecnológicos uma ferramenta para arquivar documentos como esse. Pois viabiliza um acesso não presencial.

<sup>96</sup> Disponível em: <<https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/GIRAMUNDO/article/view/2468>>

Na descrição do projeto há uma breve explicação da necessidade do tema referindo a demanda de aproximação das discussões e produções acadêmicas sobre sustentabilidade com as práticas realizadas por empresas e organizações não governamentais, alertando que estas produções necessitam ser mais difundidas para a comunidade local. Para isso, o projeto auxiliaria na construção de uma rede técnica (formação e pesquisa sobre sustentabilidade) e difundiria o tema em questão, como também possibilitaria discursos e alertas sobre catástrofes, segurança alimentar e outros assuntos provenientes dos recursos naturais.

Este projeto possui como uma característica diferenciada visto que se dá com parceiras com outras universidades que estão inseridas na mesma temática, sendo apontado essa parceria em sua metodologia e na construção do projeto. Seu público-alvo divide-se entre professores, estudantes, ONG's:

- Professores de programas de pós graduação em áreas com pesquisa aplicada. Já
- Estudantes de pós Graduação dos programas PPGPDS d PPGEA totalizando aproximadamente 120 alunos por ano.
- Estudantes de Graduação do curso de turismo, aproximadamente 300 alunos por ano.
- Parceiros externos de instituições públicas, provadas e ONG's, totalizando aproximadamente 200 pessoas.

Para o desenvolvimento das questões apontadas o projeto sinalizou que faria cursos, estabelecimento de uma rede técnica; conteúdos em disciplinas dentre outras ações. Contudo, trata-se de um projeto diferenciado dos outros demais em decorrência de uma parceria prévia internacional já apontada e esclarecida no projeto. Todas as ações foram e serão realizadas a partir dessa parceria estabelecida, ratificando também que seu maior público-alvo eram os discentes e docentes da pós-graduação. Mesmo sendo inscrito a partir de um Departamento de Graduação: o DAT.

### **Acervo Geográfico: compartilhando conhecimentos através da divulgação das produções acadêmicas do curso de Licenciatura em Geografia IM/UFRRJ**

O projeto tem como área temática a tecnologia e a produção e como área de conhecimento as Ciências Humanas, este também foi um projeto pertencente ao DEGEO. O objetivo do mesmo era criar uma biblioteca virtual vinculada ao Curso de Licenciatura de Geografia. No acervo seriam incluídas todas as produções dos discentes e docentes do curso, inicialmente com as monografias, buscando expandir o acesso à temática geografia, visto que a internet traz essa facilidade para aqueles que podem acessá-la.

O contexto do referente trabalho foi a academia, as produções do curso de Geografia foram o principal objetivo. A divulgação dos mesmos visava expandir o acesso principalmente para os discentes, aumentando e facilitando o acesso aos acervos. Entretanto, com a leitura perceber-se pouca ou quase nenhum diálogo com a comunidade que não seja a acadêmica, levando em consideração o objetivo de criação de um acervo para o curso de Geografia. Seria interessante divulgar este acervo para escolas, secretarias de educação, entre outros espaços fora da academia. O fato de não estar presente no contexto do projeto, não significa que não tenha ocorrido, porém não se faz menção a este público em si. E como mencionado nos escritos que antecedem, Nova Iguaçu e a Baixada precisam dessas parcerias, para aprimorar sua educação, como também difundir saberes de sua própria história, da sua geografia, enfim, é um projeto mais voltado para a academia.

**Objetivos Gerais:**

Divulgar as produções acadêmicas desenvolvidas no curso de Licenciatura de Geografia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro através de meios digitais, facilitando o acesso para todos.

**Objetivos Específicos**

Promover o resgate das monografias produzidas, visando a preservação dessas pesquisas;

Agrupar e resgatar trabalhos acadêmicos em geral produzidos por discentes e docentes do curso.

Criar um site para o curso visando o armazenamento e a divulgação das produções acadêmicas.

### **Marketing Verde, Frugal e Digital: curtir, conhecer, cocriar, compartilhar, circular**

O quinto projeto aprovado e classificado tem sua área temática: meio ambiente e área de conhecimento as Ciências Sociais Aplicadas. Não há menção do departamento pertencente, entretanto os coordenadores fazem parte do DAT. Observamos uma quantidade razoável de projetos inscritos desse Departamento. Em seu foco busca ser o espaço de desenvolvimento de saberes e ser o aporte técnico (crítico) para desenvolvimento de uma economia (familiar) com um consumo sustentável, consciente, simples e criativo, através do marketing verde. O marketing verde é uma forma da empresa estar preparada para a satisfação do consumidor que compra atento às questões ambientais.

Portanto, o projeto busca ser a ferramenta para a formação de consumidores esclarecidos em relação às questões econômicas e ambientais, tendo como público alvo discentes dos cursos de Turismo e Administração do IM e a quem desejar fazer parte da produção desse conhecimento. Mais um projeto voltado para a academia.

Cabe ressaltar que percebemos o aumento da quantidade de inscritos do IM e também o número de projetos contemplados. Entretanto, ter mais editais contemplados não se traduz numa universidade mais dialógica com sua comunidade.

#### **4.4 Interesses de quem?**

Dentre todas as atividades inscritas, pouco mais de 10% são do IM, e com o domínio dos departamentos DAT e DEGEO. O Instituto Multidisciplinar é composto por oito departamentos. Cabe uma reflexão sobre o domínio desses dois departamentos. Podemos supor a especialidade dos cursos de cada departamento: Turismo e Geografia, visto que o curso Turismo que demanda de grandes quantidades de atividades extramuros, com o objetivo de conhecer e explorar lugares com potencial para prática da profissão, e este edital possibilita projetos que trazem esse dinamismo. Geografia por também trabalhar territorialidade, sociedade, espaços, enfim, suposições nas quais os cursos presentes em cada departamento, perceberam nos editais do BIEXT uma grande chance de desenvolvimento de suas práticas.

Dos projetos aprovados e classificados somente dois trazem especificamente a Baixada Fluminense como foco, região onde o campus está inserido, e através desse diagnóstico nos perguntamos qual é o papel da Extensão? Qual é o papel do BIEXT<sup>97</sup> para esse campus em si?

Em toda dissertação está sendo paulatinamente reforçado o papel da Universidade, no qual tem na Extensão a sua funcionalidade. O BIEXT, conforme alertamos, é o maior edital de toda Rural, e traz a garantia de um ano de funcionamento do projeto, ou seja, são poucos projetos de Extensão que possuem um suporte anual. Logo, vemos que durante um ano, projetos não trazem como referência um diálogo com sua comunidade local.

GURGEL (1987) esclarece que a gênese da Extensão vem a partir da demanda do povo para a universidade e a necessidade da propagação do conhecimento técnico, ocorrido na Inglaterra no que denominamos de Revolução Industrial. Afirma que extensão se dá para o povo, é do povo e feita pelo povo. A universidade é a mediadora e quem viabiliza para que esses espaços de saberes aconteçam, sendo através de viabilização de espaços físicos, recursos técnicos, profissionais.

Gurgel assevera:

---

<sup>97</sup> Há um quantitativo relevante de projetos inscritos da área de Ciências Agrárias, que levam a uma boa parte dos projetos aprovados e classificados serem dessa área. Entre os anos de 2015 a 2018 aproximadamente 1/3 dos projetos aprovados e classificados são dessa área. Esta percepção foi viável através dos resultados finais disponibilizados pela própria PROEXT.

Para que a extensão assumisse uma proposta de comunicação, os segmentos da universidade teriam de se colocar na perspectiva do mais simples e aceitar a condição de aprendizes daqueles que, por terem um outro tipo de saber, julgam que nada sabem (1987, p.163).

Assim, para os que entendem que Extensão é comunicação, se faz necessário sair do círculo acadêmico e ‘ouvir’ os saberes locais e junto com a população local constituir este espaço juntos.

Fazer extensão é um ato político, pois tudo que vem ou faz parte da educação é isto, para tanto construí-la na perspectiva da comunicação é não ser o sujeito pensante sozinho, sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto, fazendo uma analogia com a Universidade com a comunidade local, no qual o objeto seja a extensão dialogando com Freire

Freire pensou o acordo como um ato necessário entre os sujeitos: isto é, a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito (1975, p.67). Acontece quando há um diálogo, comunicação. Entretanto, vemos que o sujeito (comunidade local) muitas vezes não está nem incluindo no “ fazer Extensão”, quiçá em fazer parte do processo de construção e não ser usado como objeto a ser pesquisado.

A universidade por meio das atividades extensionistas apresenta a oportunidade de unidade questionadora desta corrente cultural de massa. O desenvolvimento da relação entre os conhecimentos acadêmicos e populares integra sentido e significado ao educando universitário quando este se percebe parte integrante da mediação sociedade e universidade, agregando significado aos estudos para sua vida, de maneira a permitir a reconstrução de novo comportamento em direção ao fortalecimento e criação de novas culturas também nas dimensões sociais (COSTA; SANTOS, 2020, p.7).

Como bem posto pelas autoras acima, há na extensão a oportunidade de interação entre os saberes, assim como transformar e impactar educandos que fazem parte das atividades de extensão, portando a necessidade de não somente ver em seus editais a oportunidade de fazer uma pesquisa para seu interesse de campo acadêmico

Serrano afirma o quanto este intercâmbio universidade e comunidade corresponde a benefícios para as partes. Entretanto, a comunidade deve fazer parte desse processo e ser uma relação horizontal, caso não faça, tornar-se uma relação impositiva.

O fortalecimento da relação ensino/pesquisa/extensão, ao promover o intercâmbio entre a universidade e a sociedade, poderá proporcionar transformações nos sujeitos e na ação pedagógica, capaz de contribuir para a transformação social, num exercício democrático de socialização do saber,

viabilizando também uma aproximação teoria e prática (SERRANO. 2007 *apud* MELO NETO,2002, p.133).

Desta maneira, percebe-se por que Freire acreditava que o termo Extensão deveria ser substituído por comunicação, como vimos nas descrições dos projetos, para aqueles que compreendem Extensão como comunicação o diálogo é o fundamento da proposta, buscando superar uma educação bancária e domesticadora, relação esta imposta muitas vezes pela universidade a população, comunidade, recorrendo até os dias desse escrito.

Assim, está para além do oferecimento de cursos, palestras e oficinas e, sim, de ir além do discurso, compreender que todo o processo educativo se constitui com e entre sujeitos, e não somente uma reprodução de desigualdade de acesso às informações acadêmicas e/ou científicas. O diálogo deve estar nas práxis, caso contrário a mão-dupla é meramente utopia.

Uma visão falsa de um processo que tem pretensão de homogeneização e horizontalização na relação entre saberes, dos universitários (técnicos, professores e estudantes) com aqueles que não fazem parte do campo acadêmico ou universidade. Já que o conhecimento só vai ou só volta, cada um ficando com o seu, o papel mutuamente de transformação da extensão não é posto em questionamento. Normalmente essa ideia de “mão dupla”, significa uma concepção ingênua sobre métodos e resultados das ações extensionistas e, normalmente, as propostas levam à manutenção do status quo, num “faz de conta que te ensino e que você me ensina”, mas na realidade sou eu que mando no processo e cabe ao outro acatar o que é ditado, apontado como proposta pronta pelos universitários. É mão dupla, mas sempre o outro é o ignorante que deve aprender o que lhe cabe. Ainda é o difusionismo no qual o outro é local de depósito do saber de alguém que, lhe cabe. Ainda é o difusionismo no qual o outro é o local de depósito do saber de alguém que, no fundo, se julga sábio diante de um ignorante (COELHO; FREITAS; MARINHO; MELO NETO. 2019, p.10).

Gurgel. na década de 1980, pontuava a necessidade de ir para além do conceito teórico.

Porém, se no plano do conceito a junção foi fácil, não houve grande progresso na práxis, que, na maioria das vezes, continuou a ser a reprodução do processo de difusão convencional, onde a comunidade ou o povo não passam de simples receptores (GURGEL, 1986, p.162).

Com a análise necessária dos projetos, devemos nos perguntar: Interesse de quem? Para a comunidade? Universidade? O povo em si? Educadores e bolsistas? São esses questionamentos que impulsionaram as percepções preteridas em cada projeto visto. Os projetos estão contextualizados em uma instituição educacional, isto posto, não há neutralidade nos interesses abordadas, nas descrições, metodologia, metas, ou seja, em cada linha prescrita em cada projeto.

Quando se realiza um projeto com objetivos voltados para a academia, fica evidente que o seu interesse é este público, deixando os demais em segundo ou terceiro plano. Ao ter outros sujeitos como fontes para suas metas, se tem uma relação de interesse, no qual deparamo-nos com o outro com ações e respostas pré-definidas. Quando o projeto está constituído na comunicação, no diálogo, o outro se faz presente em todo o processo de elaboração, operação e conclusão. São perspectivas que temos nos projetos aprovados e com seus interesses definidos.

Acreditando ser a universidade pública federal uma instituição que deveria buscar um elo com o povo, visto que os recursos que a mantêm procedem do povo, e este elo, deveria ocorrer através da Extensão. Mas, como mencionado, a Extensão ainda é vista como um corpo estranho dentro da Universidade, e ainda podemos ter nas universidades o sentimento de saber supremo e egocêntrico. Saviani (*apud* Gurgel, 1986), compartilha deste mesmo pensamento, ressaltando que as Universidades/Extensão não somente devem desenvolver conhecimentos como devem entender que isto é obrigação, assim como compartilhar e criar a partir das demandas sociais. Desta forma, “A Extensão não pode ser vista como algo caritativo, mas como uma obrigação, e tem que ser desenvolvida em caráter permanente em atendimento às exigências da classe menos favorecida” (SAVIANI, 1981, p. 73 *apud* GURGEL, 1986, 167).

Assim posto, todos os envolvidos ou dispostos a fazer qualquer trabalho que envolva a Extensão, como também as Universidades públicas, em sua totalidade, necessitam dimensionar este tripé, em todos os seus aspectos e as suas potencialidades; os seus conceitos, as suas temáticas, reforçar o compromisso, o profissionalismo, a formação, a função política, dentre outros atravessamentos, tais aspectos e atravessamentos precisam estar presentes em editais, ações, fiscalizações. Se faz necessária uma ação atrelada com a teoria, com o objetivo de aproximar a comunidade local, pois as universidades federais e estaduais são serviços públicos, no qual todo cidadão brasileiro deveria ter acesso ou no mínimo estar situado face aos acontecimentos, combatendo uma suposta supremacia absoluta intitulada pela academia em relação aos demais saberes. Oliveira faz uma análise sobre esta relação da universidade e comunidade.

A verdadeira ligação da universidade com a comunidade deveria se situar numa redefinição da universidade como serviço público, produtora de um saber que não seria apropriado pelos especialistas, mas que os universitários constituiriam com os outros, com a população. Esse saber deveria poder enfrentar problemas mais agudos da nossa sociedade. Em outros termos, a natureza e a razão de ser, a destinação do saber universitário, devem mudar fundamentalmente. Certos setores da universidade poderiam prestar serviços relevantes aos movimentos sociais que visam uma transformação da

sociedade, graças as capacidades profissionais de que carecem tantas vezes os movimentos sociais par avançar em suas lutas (OLIVEIRA 1980, p.49 *apud* GURGEL, 1986, p.168).

A Extensão sofre ainda com vários conceitos e, por consequência, várias ações intituladas como ações extensionistas, mas que não correspondem exatamente ao que entendemos por ações de extensão, conforme defendemos na escrita dessa dissertação. O próprio edital do BIEXT tem suas áreas temáticas e, mesmo assim, há projetos diversificados e como Freire nos informa com equívocos gnosiológicos. Alguns aspectos e conceitos podemos perceber através de uma análise nos projetos classificados tais quais: missão social, prestação de serviços, outros voltados para ensino. Esses são alguns conceitos percebidos nos projetos. Isto ocorre, pois ainda há essa indefinição de entendimento de extensão, assim como de ter na extensão a oportunidade de elaborar um projeto próprio juntamente como a mesma ainda é vista dentro da universidade com diferenciação da pesquisa e do ensino. Tais questões dimensionam a complexidade da Extensão, visto que suas ações estão intrinsecamente imbricadas na forma como a universidade deseja atuar neste cenário que a contextualiza.

As práticas de extensão universitária estão ligadas às identidades das instituições que as promovem e aos sujeitos que as realizam, sendo influenciadas por diversos aspectos que vão além do institucional, como a sociedade, comunidade na qual é realizada, a história, a cultura, o país e os interesses envolvidos (CAPUTO; RIOS,2019, p.372).

Para tanto, não são esses somente projetos aprovados e, sim, interesses entrelaçados por todos os envolvidos, tornando-se uma ferramenta de identificação e proporcionando saber qual tipo de Extensão a Universidade deseja ter e como todo este processo está se desenvolvendo pelo corpo acadêmico. Se a mesma deseja superar conceitos que por alguns anos perduraram e persistem na Extensão tais como: assistencialista, messiânica, tecnicista, mudanças são necessárias. Posto isto, se envolvendo com as questões sociais, com a formação crítica de todos seus discentes, buscando construir saberes com sua comunidade local, preterida do diálogo. São algumas ações que ainda faltam em alguns projetos e que a universidade escolheu dentre os demais para apoiar durante um ano.

Caputo e Rios (2019) reiteram a compreensão de uma perspectiva de Extensão nos moldes citados acima, firmada para o diálogo, na comunicação universidade e comunidade local, diversidades de saberes, descrevendo da seguinte forma:

Extensão supera uma visão puramente assistencialista e de disseminação de conhecimentos para ganhar uma conformação que se preocupa com as

questões sociais, com a formação cidadã dos discentes, com o estímulo da interação entre os diferentes atores sociais e da universidade, além da aproximação do mundo universitário com as demandas reais da população. (2019, p.373).

É inegável que ocorreu um avanço de projetos inscritos e também classificados /aprovados, porém como mencionado no decorrer da narrativa, o quantitativo não corresponde por completo à concepção de uma extensão para além dos muros das universidades

O IM é muito importante para Nova Iguaçu, permite e já permitiu construções de grande valia para a sociedade iguaçuana como, por exemplo, a formação de educadores que já se encontram atuantes nas escolas locais. Mas, é uma relação pautada por complexidade e contradições, mais ainda ao se tratar da Extensão, demonstrando ser como outras instituições, com uma batalha de poderes. Há ainda muito que avançar haja vista que são poucos os projetos que buscam construir ou ao menos ter Nova Iguaçu ou Baixada Fluminense como foco central. E como ouvir a população sobre a extensão se a mesma muitas vezes não é nem o cerne do processo a ser realizado, não mencionando outras variantes que trazem ainda mais complexidade para esta relação, como o fato de ter uma linguagem que este público entenda, melhor dizendo, mesmo que o projeto busque minimamente a comunidade local, sua linguagem deve estar apropriada para que esse público interaja.

A universidade precisa, portanto, “aprender a ler”, concretamente, a realidade do povo e, em seu aprendizado, entender realmente como pode se estender ou, quem sabe, mais pretensiosamente, se comunicar, como assinala Paulo Freire. E este é um aprendizado que precisa ser vivido por todos aqueles grupos da universidade que pretendem trabalhar --como e a favor-- pelas causas da classe trabalhadora. Precisa-se realmente assumir uma postura de parceiro de construção de uma sociedade nova, onde, quem sabe, talvez o “saber popular” tenha muito mais a dizer do que tudo aquilo que é vivenciado hoje pelas universidades (GURGEL, 1986, p. 169).

O BIEXT no IM necessita ser mais parceiro do local na qual se encontra. Alguns questionamentos feitos por Gurgel podem ser confrontados com o exame dos projetos encontrados e, como consequência de se fazer extensão no IM, posto que, não podemos pensar que é só um projeto e sim tudo que envolve, desde de seu planejamento, a aprovação e a sua execução. A construção de um projeto, oficina, curso, etc., não é uma atitude uníssona, é uma construção acadêmica, ou seja, o(s) sujeito(s) que elabora/m faz/em parte de um curso, logo de um Departamento que está inserido num instituto, que por fim encontra-se em uma IES, Assim, são diversos setores institucionais envolvidos nesse procedimento, e ao aprovar,

afirma para esses setores sua consciência de universidade, extensão e sociedade, permitindo analisar se está comprometida ou não com sua função social.

A extensão universitária em uma dimensão de mudança social a direção de uma sociedade mais justa e igualitária tem obrigatoriamente de ter uma função de comunicação da universidade com seu meio, possibilitando, assim, a sua realimentação face à problemática da sociedade, propiciando uma reflexão crítica e uma revisão permanente de suas funções de ensino e pesquisa. Deve representar, igualmente, um serviço às populações, com as quais os segmentos mais conscientes da universidade estabelecem uma relação de troca ou confronto de saberes (GURGEL, 1986, p.170).

Enquanto os interesses, por sua maioria, forem somente para enaltecimento da própria academia, docentes, discentes Neste caso, a instituição negará saberes vindos de procedência popular, negará sua comunidade local, negará uma formação mais comprometida com seu meio, negará o diálogo, negará a dimensão social de uma instituição ímpar como uma universidade pública federal, negará que a Extensão/Comunicação aconteça, privando seus saberes para si e abrindo espaços para que somente aconteça aquilo que acredita que a beneficie. Projetos, que foram aprovados, têm a garantia de um ano de exercício, podendo novamente ser inscritos para mais um ano e, por conseguinte, é exatamente delicado quando os mesmos excluem seu meio ou trazem a população já predestinada a uma resposta, um interesse somente acadêmico.

Se faz necessário perguntar novamente, que Extensão queremos e quais são os interesses dos projetos aprovados. Seguimos afirmando, e, por conseguinte, compreendendo que a Extensão Universitária deve promover a comunicação, interação, perneada no diálogo, como bem define CAPUTO e RIOS:

(...) o estímulo ao diálogo, ao compartilhamento dos saberes- diálogo este que pode se desenvolver entre diferentes entes universitários. Discentes de distintas graduações, saberes científicos e populares, docentes e lideranças comunitárias. Esse processo dá-se da valorização das diferentes formas de saber, das vivências dos sujeitos e de elementos que são inerentes a sua forma de se posicionar perante o mundo. O contato entre diferentes sujeitos favorece inclusive a formulação de novos conhecimentos, a análise da realidade de forma mais ampla e o desenvolvimento de ações mais efetivas. (CAPUTO; RIOS. 2019, p.374).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do presente estudo, trouxemos o contexto histórico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pois acreditamos que este apanhado histórico possibilitaria uma melhor compreensão dessa universidade e do seu papel em relação à Extensão. A breve análise histórica da UFRRJ tem início na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV) em 1910 e aponta as mudanças ocorridas ao longo de sua história através de influências políticas, econômicas e sociais. Neste primeiro momento, surgiu a ESAMV e, posteriormente, uma troca significativa de nomes, passando pela Universidade Rural- (UR), Universidade Rural do Rio de Janeiro (URRJ) e sendo todas essas vinculadas ao Ministério da Agricultura. Somente em 1962 passou a ser vinculada ao Ministério da Educação e Saúde com o nome de Universidade Rural do Brasil (URB), pois este era o nome mais próximo dos cursos ofertados na Universidade, mas não demorou muito e na mesma década a nomenclatura mudou para Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Por fim, a Rural, assim ficou conhecida, virou uma universidade Multicampi, em decorrência do REUNI, programa de expansão do Ensino Superior no governo Lula, aumentou para mais dois campuses: Nova Iguaçu e Três Rios, como também faz parte do consórcio CEDERJ de ensino a distância.

Em relação ao campus de Nova Iguaçu, reconhecido assim a partir do Regimento Interno de 2013, fruto de luta popular, pois em meados de 1970 buscava-se ter uma Universidade Pública na Baixada Fluminense, e este ocorrido somente aconteceu através de um consórcio, já no século XXI, em 2004, surgiu a Universidade Pública da Baixada (UPB), uma parceria entre três instituições: UFF, CEFET-RJ E UFRRJ. Esta parceria se finda, e a UFRRJ mediante o REUNI, inaugurou o Instituto Multidisciplinar, em 2006, em meio a falta de estrutura física, sem um corpo docente completo, com poucos técnicos administrativos, com vários problemas e demandas que uma Universidade possui. Funcionou por alguns anos provisoriamente em três instituições em Nova Iguaçu, dificultando a socialização entre o corpo acadêmico pela dificuldade de locomoção, dentre outras. Em 2010, foi inaugurado o prédio do Instituto Multidisciplinar, mesmo sem ter finalizado as obras como, por exemplo, o Refeitório Universitário, o único auditório estava inacabado. Assim começou o Campus Nova Iguaçu, com dificuldades, sem organização institucional, de maneira improvisada.

Nova Iguaçu é um dos principais municípios do estado do Rio de Janeiro, que ao longo de sua história e expansão territorial possibilitou a criação de vários municípios: Nilópolis, Duque de Caxias, Mesquita, Queimados, São João de Meriti, Japeri e Belford Roxo, todos esses fazem parte da Baixada Fluminense. Uma região que por muitos anos sofreu com o descaso do poder público, sofreu por ser próxima ao município do Rio de Janeiro, sofreu por um estereótipo midiático como um lugar que somente ocorre violência, sofreu por falta de investimento na educação e em outras áreas. Por anos foi chamada de lugar dormitório. Entretanto, nessa região está um povo trabalhador, que sonha e busca por melhorias nesta região, dentre esses sonhos, uma grande conquista: o Ensino Superior Público, para o município de Nova Iguaçu, o coração da Baixada fluminense.

Uma expectativa foi instaurada, a partir das potencialidades de mudanças com a construção de uma universidade pública federal, mesmo com esse começo turbulento e até desconhecido da população local, ali se instaurou um local de criação de saberes e produção de conhecimento,

Em uma sociedade caótica em que vivemos, na qual o direito à vida, à educação, à saúde, à segurança é por muitas vezes esquecidos por nossos governantes, possibilitando que condições de desigualdade social só aumentem, cabe a academia a criar espaços de problematização desse sistema, não somente se preocuparem com a formação de seus educandos como profissionais críticos de sua realidade. É preciso atuar empiricamente no meio em que está inserida, seja através do ensino, pesquisa e ou extensão. Compreender que é necessário promover diálogo com a comunidade local, saindo dessa forma de seu meio excludente e elitizado, para construção de saberes e aprendizagens através da interação com seu meio.

O diálogo entre os saberes acadêmicos e não acadêmicos permite uma expansão da promoção de cidadania e organização social além de juntamente com a comunidade do saber fazer e pensar a universidade. Sendo assim, é fundamental a sua função social, devendo vivenciar na extensão universitária a sua consolidação como um espaço de diálogo e de interação entre a comunidade acadêmica, que desenvolve ensino e a pesquisa sob as perspectivas dos diferentes ramos da ciência, e a sociedade em geral, sobretudo aqueles segmentos organizados que são protagonistas dos vários saberes que contribuem para o desenvolvimento cultural da sociedade.

Mediante o exposto, a troca proporciona uma aprendizagem mútua entre a universidade e a todos que a permeia direta ou indiretamente, possibilitando o favorecimento de múltiplos olhares reunidos no mesmo espaço sobre temáticas diversas. Neste contexto, a vivência entre grupos e pessoas distintas promove a integração social e possibilita novas perspectivas a partir do conhecimento produzido academicamente, de saberes e de experiências que enriquecem o cotidiano da comunidade universitária e da população como um todo.

Assim, as universidades públicas não podem simplesmente se desconectar de seu caráter público e coexistir em um mundo paralelo. São nesses locais que ainda encontramos pesquisas que contribuem para o desenvolvimento social, educacional, político, investigativo, informações e empirismo de ações sociais, salientando ainda mais o seu papel de intervenção social. Por todas essas competências citadas e, principalmente, por todo o aspecto social e político que dispõe a educação e igualmente o ensino superior, se torna imprescindível o diálogo com a comunidade. Pois o diálogo torna estas intervenções sociais mais eficientes, sendo este mecanismo permissionário de uma compreensão mais eficaz das demandas do povo, não somente suas demandas como também de um espaço multicultural com saberes construídos com intervenções e participações da universidade e da comunidade local.

A Universidade proclama em discursos refinados presentes nos seus documentos institucionais sobre a Extensão, porém o que percebemos que a mesma ainda se dá como função universitária de somente levar o conhecimento ou construir um conhecimento para a comunidade acadêmica.

Ao se tratar do campus de Nova Iguaçu, é primordial que sua autonomia seja vivenciada em toda sua totalidade, não deveria ser necessário ir à Seropédica para ter acesso aos programas ou projetos de Extensão existentes.

São poucas dissertações e teses de doutorado que se propõe a falar de Extensão em relação à Universidade pesquisada, desta maneira tendo como o maior referencial teórico sobre a temática nessa instituição é a pesquisa de SOARES (2017). A dissertação de mestrado da autora se propôs a informar e analisar o desenvolvimento histórico da Extensão vinculada à temática Educação. Com um recorte diferente dessa pesquisa, no qual buscou analisar o que é Extensão para a UFRRJ, assim como para o IM, em decorrência das atividades aprovadas pela mesma. São duas pesquisas que contribuem de alguma maneira para o entendimento da

Extensão ali vivenciada, sendo suportes de aprimoramento e mudanças que se apontam necessárias,

Na realidade, toda UFRRJ deveria repensar qual é o papel de uma universidade em sua localidade? Como a extensão universitária possibilitaria uma melhor práxis deste papel? O que é e para quem se faz a Extensão? Qual a Extensão que desejamos? Perguntas que somente pesquisas futuras poderão trazer abarcar com mais propriedade. O que podemos afirmar é que ainda existe um longo caminho a percorrer, a conhecer e a vivenciar. Não somente pelo IM, mas para toda a UFRRJ. Um caminho que traduza um ‘feliz’ encontro de saberes acadêmicos e saberes populares que se transformem nas bordas pelo diálogo e se preservem no centro pela autonomia feito encontro de rio e mar.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cleverson; BRITO, Regina; MOLINA, Rinaldo. **O lugar da extensão na perspectiva da indissociabilidade ensino-extensão-pesquisa**. 2017.
- ALBUQUERQUE, Isabelle; CAVALCANTE, Ana; RIBEIRO, Marcos; VASCONCELOS, Maristela. **A extensão universitária na perspectiva de estudantes de cursos de graduação da área da saúde**. Interagir: pensando a Extensão. Rio de Janeiro. Nº 21. P.55-69, Jan/ Jun. 2016.
- AQUINO, Orlando; BORGES, Maria. **Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias**. Educação: Teoria e Prática, Vol. 22, n. 39, Período jan/abr-2012
- ARAÚJO, Alexandre Garcia. Ensaio sobre a universidade e sua função social. **Filosofando: Revista De Filosofia da UESB**. Ano 1, número 1, Julho-Dezembro, 2012, p. 38-47.
- ABREU, Alzira et al (orgs). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/nilo\\_pecanha](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/nilo_pecanha)> Acesso em: 27 de março de 2019.
- ABREU, Alzira et al (orgs). **Verbetes Eurico Gaspar Dutra**. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/eurico\\_gaspar\\_dutra](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/eurico_gaspar_dutra)> Acesso em :04 de abril de 2019.
- BAZOLLI, João. A extensão como indutora à participação popular; um relato de experiências com os jovens do ensino médio.In: CAPUTO, Maria; RIOS, David (coords). **Extensão Universitária na América Latina**. Bahia. EDUFBA, p. 85-100, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. Método científico e hierarquia social dos objetos. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (Orgs). **Escritos de Educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p 33-38.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 05 de outubro de 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, DR, v.134, n. 248, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Lei nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

BRASIL. **DECRETO Nº 8.319, DE 20 DE OUTUBRO DE 1910.** O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, á vista do que dispõe o art. 2º, § 1º da lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906 e de accôrdo com o art. 48, n. 1 da Constituição Federal, resolve crear o Ensino Agronomico e aprovar o respectivo regulamento, que com este baixa, assignado pelo ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Comércio. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8319-20-outubro-1910-517122-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em : 05 de abril de 2019.

BRASIL. **DECRETO nº 12.012, de 29 de Março de 1916.** Transfere as sedes da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária Escola Média ou Theorico-Pratica da Bahia e reúne em um só os dous mencionados estabelecimentos de ensino e a Escola de Agricultura anexa ao Posto Zootechnico Federal de Pinheiro, com a denominação de Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria. disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12012-29-marco-1916-521682-publicacaooriginal-97077-pe.html>> Acesso em: 05 de abril de 2019

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 982, de 23 de Dezembro de 1938.** Criação do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-982-23-dezembro-1938-350702-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 05 de abril de 2019.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 6.155, de 30 de Dezembro de 1943.** Mudança de nome para Universidade Rural. Disponível em : <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6155-30-dezembro-1943-416361-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em :04 de abril de 2019.

BRASIL. **DECRETO nº 16.787, de 11 de Outubro de 1944.** Aprovação do Regimento do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (C.N.E.P.A) e da inclusão da Universidade Rural. Disponível em : <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-16787-11-outubro-1944-327517-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 03 de abril de 2019.

BRASIL. **DECRETO nº 48.644, de 1º de Agosto de 1960.** Desligamento da UR ao CNEPA e mudança de nome para URRJ. Disponível em : <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48644-1-agosto-1960-388017-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 04 de abril de 2019.

BRASIL. **DECRETO Nº 60.731, de 19 de maio de 1967.** Transferência das Universidades do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura como também a

utilização do nome Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D60731.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D60731.htm)> Acesso em 03 de abril de 2019.

BRASIL. **DECRETO Nº 63.492, de 29 de Outubro de 1968.** Fica aprovado o Plano de Reestruturação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em : <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63492-29-outubro-1968-404844-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 05 de abril de 2019.

BRASIL. **DECRETO nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** É instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)> Acesso em 03 de abril de 2019.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.824, de 11 de Outubro de 2012.** Criação ações afirmativas para o ingresso nas IFES e Escolas Federais. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2012/decreto-7824-11-outubro-2012-774384-publicacaooriginal-137867-pe.html>> acesso em : 05 de abril de 2019.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE** - Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330350&idtema=156&search=rio-de-janeiro|nova-iguacu|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2015>> Acesso em: 20 de Set 2017.

BRASIL. MEC. **Programa de Educação Tutorial.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>> Acesso em: 22 de março de 2019.

\_\_\_\_\_. **O Programa de Consolidação das Licenciaturas** (Prodocência) Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=co>

BRASIL. **Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ.** Disponível em: <[http://r1.ufrrj.br/centrodememoria/ufrrj\\_historia.php](http://r1.ufrrj.br/centrodememoria/ufrrj_historia.php)> FONTE: Centro de Memória da BRASIL. UFRRJ. Acesso em:16 de janeiro de 2019.

BRASIL. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ. **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. PIBID.** Disponível em:<<http://portal.ufrrj.br/pro-reitoria-de-graduacao/programas/pibid-programa-institucional-de-bolsa-de-iniciacao-a-docencia/>>. Acesso em 22 de março de 2019

BRASIL. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ. **Histórico do Câmpus Campos de Goytacazes**. Disponível em: <<http://campuscg.ufrrj.br/historico/>> Acesso em: 28 de março de 2019

BRASIL. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ. **Rural cem anos**. Disponível em : < <http://r1.ufrrj.br/cem-anos/historia.php>: Acesso em : 27 de março de 2019

BRASIL. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ. Portal UFRRJ, Institucional. **A Rural Hoje**. Disponível em : <<http://portal.ufrrj.br/institucional/a-rural-hoje>> Acesso em :28 de março de 2019.

BRASIL. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ. **Grupos PET's Rural, PET Geografia**. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/grupospetrural/grupos/pet-geografia/>> acesso em 31 de março de 2019.

BRASIL. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ. Programa de **Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA)**. Disponível em: <<http://www.ufrrj.br/graduacao/prodocencia/pages/apresentacao.htm>>. Acesso em 30 de março de 2019.

BRASIL. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ. **Deliberação N° 125, de 06 de Julho de 2006**. Aprovar a Proposta de Normatização das Atividades de Extensão da UFRRJ. Disponível em: < [http://www.ufrrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/cepe/Deliberacoes\\_2006/Delib125CEPE2006.pdf](http://www.ufrrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/cepe/Deliberacoes_2006/Delib125CEPE2006.pdf) > Acesso em : 12 de maio de 2020

BRASIL. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ. **Projeto Político Pedagógico do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ (PPP- IM)**. 2006. Deliberação CONSU no 04 de 30 de março de 2006.

BRASIL. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ. **Deliberação N.º 32, DE 20 DE JULHO DE 2005**. Aprova a implantação de uma Unidade Universitária, no Município de Nova Iguaçu - RJ

BRASIL. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ. **Deliberação nº. 009, de 04 de março de 2009**. Aprovação para implementar o Curso de Direito no IM

BRASIL. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ. **Deliberação nº. 009, de 04 de março de 2009**. Aprovação de criação do Curso de Licenciatura em Geografia.

BRASIL. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ. **Deliberação nº 18, de 26 de março de 2008**. Aprovação de criação do Programa de Bolsas Institucionais de Extensão- BIEXT através CEPE.

BRASIL. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ. **Deliberação, nº 35 de 29 de Junho de 2017**. Aprovação de criação do Departamento de Geografia \_DEGEO

CARBONARI, Maria; PEREIRA, Adriana. **A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade**. Periódicos Kroton. V. 10. Nº. 10 , set. 2007)

CAPUTO, Maria; RIOS, David. A extensão universitária e seu pontencial transformador: balanços de uma ação extensionista no estado da Bahia, Brasil. In: CAPUTO, Maria; RIOS, David (coords). **Extensão Universitária na América Latina**. Bahia. EDUFBA, p. 371-383, 2019.

CASTRO, Celso. **O golpe de 1964 e a instauração do regime militar**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. Disponível em : <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>>

CEFET. **CAMPUS NOVA IGUAÇU**. Disponível em: <<http://www.cefet-rj.br/index.php/campus-nova-iguacu-contato/172-campus-nova-iguacu>> Acesso em: 04 de abril de 2019.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, nº 24, set/out/nov/dez, 2003, p. 5-15.

COSTA, Patrícia; SANTOS, Sonia. **A extensão universitária: seu fazer e seu pensar em uma perspectiva cultural**. VII SIMPED. 2015.

COELHO, France; FREITAS, Helder; MARINHO, Cristinae; NETO, Moisés. **Porque ainda falar e buscar fazer extensão Universitária?**. Revista de Extensão da UNIVASF. Petrolina. v. 7. n. 1. p. 121-140, 2019.

COELHO, Rúbia; MICHELOTTO, Regina; ZAINKO, Maria. **A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula**. Educar, Curitiba, n. 28, p. 179-198, 2006.

COUTINHO, Maria Angélica. **Da universidade surge a cidade, da cidade as escolas: a UFRRJ e a educação pública municipal de Seropédica**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p.265, 2014.

DOURADO, Luís; OLIVEIRA, João. **A Qualidade Da Educação: Perspectivas E Desafios**. Cad. Cedes, Campinas, V. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009

FERNANDES, Marcelo; MACHADO, Ana; MOREIR, Thereza; SILVA, Luciane. **Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas**. Educação em Revista, Belo Horizonte.V.28. Nº 04. p.169-193, Dez. 2012.

FORPROEX. Extensão Universitária: organização e sistematização. Fórum de Pró-Reitores de das Universidades Públicas Brasileiras; organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. -- Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

FRANK, ERWIN H. Da Função Social das Universidades de Ciências Sociais. **Revista Textos & Debates**, n° 07, Agosto a Dezembro, 2005.

FREIRE, João B.; SCAGLIA, Alcides. **Educação como pratica corporal Autonomia e Tomada de Consciência**. São Paulo: Scipione, 2003, p. 114-124.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia do Oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à pratica educativa** . 34ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos Professores. **Revista Estudos Avançados**, 2001, p.259-268.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 8ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FUNDAÇÃO CECIERJ. **Consórcio CEDERJ**. Disponível em <<http://cederj.edu.br/fundacao/consorcio-cederj/>> Acesso em 30 de março de 2019.

GURGEL, Mauro. **Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação**. São Paulo: Cortez,1986.

GURGEL, Mauro. Extensão universitária e saber popular. In: MELO NETO, José. (org.) **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA- diálogos populares** – Editora Universitária, p.163-179.2002

LIMA, Joselita. Extensão universitária: possibilidades de diálogo entre o saber acadêmico e o saber popular. In: MELO NETO, José. (org.) **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA- diálogos populares** – Editora Universitária, p.157-.162. 2002.

LINS, Maria. Educação popular e extensão universitária: diálogos entre saberes sobre educação popular. In: MELO NETO, José. (org.) **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA- diálogos populares** – Editora Universitária, p.123-156. 2002

LUCKESI, Cipriano Carlos; PASSOS, Elizete Silva. **Introdução à Filosofia aprendendo a pensar**, 3ª ed. São Paulo: Cortez, p.1-33, 2000.

[m\\_content&view=article&id=12244&Itemid=491](#)> Acesso em 22 de março de 2019.

MARTINS, Rosemari; STEIGLEDER, Luciane; ZUCHETTI, Dinora. **Trajetória para a curricularização da Extensão Universitária: atuação do FOREXT e Diretrizes Nacionais**. Revista Brasileira de Extensão Universitária. V. 10, N. 3, p. 167-174, set.–dez. 2019.

MELO Neto, José. Extensão universitária: bases ontológicas. In: MELO NETO, José. (org.) **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA- diálogos populares** – Editora Universitária, p.7-22.2002

MOTTA, Flávia; NASCIMENTO, Anelise Monteiro; SANTOS, Ana Maria Marques. Formação Continuada, Pesquisa E Prática: A Experiência De Um Curso De Pós- Graduação Para Professores Do Município De Mesquita. In: BASTOS, Patricia Azevedo; RIZZO, Gabriela (coords). **Universidade e Formação: Reflexões Contemporâneas**. Rio de Janeiro. EDUR, p. 26-40, 2012

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2ªed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

O DIA. **Centro Olímpico de Nova Iguaçu tem 150 vagas para natação e hidroginástica**. Disponível em: <[https://odia.ig.com.br/\\_conteudo/odiabaixada/2015-02-24/centro-olimpico-de-nova-iguacu-tem-150-vagas-para-natacao-e-hidroginastica.htm](https://odia.ig.com.br/_conteudo/odiabaixada/2015-02-24/centro-olimpico-de-nova-iguacu-tem-150-vagas-para-natacao-e-hidroginastica.htm)> Acesso em 24 de março de 2019.

OTRANTO, Celia Regina. **A autonomia universitária no Brasil: dádiva legal ou construção coletiva? O caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. Seropédica, EDUR, 2009.

OTRANTO, Célia Regina; Souza, Aline. As Mudanças no Estatuto e Regimento Geral da UFRRJ No Período De 1970-2011: Novas Políticas e Novos Rumos para a Instituição. **Anais da ANPED sudeste**, 2014.

OTRANTO, Célia Regina; Souza, Aline. As Políticas Educacionais Para O Ensino Superior Da Ditadura Militar (1968-1985) E Do Governo Lula Da Silva (2003-2010) E Seus Reflexos Na Reformulação Do Estatuto E Regimento Geral Da UFRRJ (1970-2011). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. **Anais Eletrônicos**.

Partido dos Trabalhadores. **Lula**. Disponível em :<<https://pt.org.br/lula>> Acesso em: 04 de abril de 2019.

Partido dos Trabalhadores. **Lindbergh Farias**. Disponível em :<<https://pt.org.br/lindbergh-farias>> Acesso em: 04 de abril de 2019.

PAULA, Lucília. O Curso de Pedagogia da UFRRJ: Da Criação de um curso. In: Ramos, Lilian; Paulo, Luciana (org). **Memórias da Pedagogia: Relatos Pioneiros do IM/UFRRJ**, Nova Iguaçu, 2014, p.29-42

PAULA, Antônio. **A extensão universitária: história, conceito e propostas**. Interfaces - Revista de Extensão, V. 1, N. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013

RIZZO, Gabriela. **A Parceria Conexões dos Saberes / Escola Aberta: Ideias sobre uma educação para coesão social**. Seropédica: UFRRJ, 2010.

SANTOS, Bruno. **Levantamento dos Aspectos Relacionados à Criação do Instituto Multidisciplinar (IM) e do Campus De Nova Iguaçu Da Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro (UFRRJ)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração). UFRRJ. Nova Iguaçu. 2016, p 117.

SANTOS. Clézio; ARAÚJO, Gláucio. **O uso da realidade virtual na formação cidadã e aprendizagem significativa da geografia no ensino médio através do projeto nós propomos UFRRJ Nova Iguaçu**. Giramundo. Rio de Janeiro, V.6. Nº 11. P.115-125. Jan/Jun. 2019.

SANTOS, Alcides Júnior. **Universidade E Sociedade: Uma Relação Possível Pelas Vias Da Extensão Universitária**. Revista Inter-Legere, V. 1, N. 13, p. 299-335, 5 set. 2013.

SERRANO. Rosana Maria Souto Maior. **Conceitos de Extensão. 2019, tensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. Disponível em:

[http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos\\_de\\_e\\_xtensao\\_universitaria.pdf](http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_e_xtensao_universitaria.pdf). Acesso em 26 de outubro de 2018.

SOARES. Renata. **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL E NA UFRRJ: QUANDO E COMO ESTAS HISTÓRIAS SE ENTRELAÇAM**. Dissertação (Mestrado em Educação). UFRRJ. Seropédica, 2017, p.138.

SOARES, Vanessa. **A experiência universitária no processo de formação profissional: experiência da TECA**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Alagoas, 2019, p.68.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SOUZA. Renan. **O Significado Social dos Cursos de Licenciatura do Campus Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro para a Baixada Fluminense**. Dissertação (Mestrado em Ciências). UFRRJ. Seropédica. 2016, p.129.

TEIXEIRA, Anísio. Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.37, n.86, abr./jun.1962. p.59-79.

UFRRJ. **EDITAL PROEXT Nº 26/2018 –BIEXT**. Seropédica. 2018.

UFRRJ. **RELATÓRIO INTEGRAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL Ano base 2015-2016-2017**. Comissão Própria de Avaliação -CPA. Seropédica, 2018.

**UFRRJ. Plano de Desenvolvimento Institucional:2013-2017/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**, Seropédica, 2013.

**UFRRJ. Plano de Desenvolvimento Institucional: 2018-2022/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. Seropédica. 2017.

**UFRRJ. Relatório Integral De Autoavaliação Institucional Ano base 2015-2016-2017**. Seropédica. 2018.

**UFRRJ. Relatório de Gestão 2016**. Seropédica. 2017.

**UFRRJ. Relatório de Gestão 2017**. Seropédica. 2018.

**UFRRJ. Relatório de Gestão 2018**. Seropédica. 2019.

# ANEXO A- TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 49, DE 1970.

Atividade Legislativa

Secretaria-Geral da Mesa 

## Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1970

**Autoria:** Senador Vasconcelos Torres (/)

**Iniciativa:**

**Ementa:**

CRIA A UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAIXADA FLUMINENSE, COMPREENDENDO OS MUNICIPIOS DE CAXIAS, NILOPOLIS, SÃO JOÃO DE MERITI, NOVA IGUAÇU, ITAGUAI E MAGE, NO ESTADO DO RIO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

**Assunto:** -  
**Data de Leitura:** 25/11/1970

**Tramitação encerrada**

**Decisão:** - **Último local:** 03/04/1972 - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO  
**Destino:** - **Último estado:** 03/04/1972 - ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

### TRAMITAÇÃO

03/04/1972 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO  
**Situação:** ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA  
**Ação:** ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE TERMOS ART 370 DO REG INT.

03/04/1972 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO  
**Ação:** COMUNICAÇÃO PRESIDENCIA ARQUIVAMENTO DEFINITIVO TERMOS ART 370 REG INT. DCN2 04 04 PAG 0016.

01/04/1971 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO  
**Ação:** COMUNICAÇÃO PRESIDENCIA ARQUIVAMENTO TERMOS ART 370 REG INT. DCN2 02 04 PAG.

25/11/1970 SF-MESA - MESA DIRETORA  
**Ação:** DESPACHO A CCJ, CEC E CF. DCN2 26 11 PAG.

25/11/1970 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO  
**Ação:** LEITURA.

# ANEXO B- TODAS AS INFORMAÇÕES DE TRAMITAÇÃO DA UNIBAF

30/03/2020 [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_imp.jsp?sessionId=58E1A392F912C624F3E075AEA7F84DBD](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_imp.jsp?sessionId=58E1A392F912C624F3E075AEA7F84DBD).proposicoesWebExte...

## PL 4104/2004

Projeto de Lei

Situação: Arq

### Identificação

**Autor**  
Dr. Heleno - PP/R.

**Ementa**  
Dispõe sobre a cri de Caxias, no Esta

### Informações

**Forma de aprecia**  
Proposição Sujeita

**Despacho atual:**

Data	D
14/09/2004	Á T

### Documentos

Ávulsos

Destaques (0)

Emendas (3)

Histórico de despa

### Tramitação

Data
25/08/2004

14/09/2004

15/09/2004

15/09/2004

07/10/2004

11/10/2004

19/10/2004

23/06/2005

30/03/2020 [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_imp.jsp?sessionId=58E1A392F912C624F3E075AEA7F84DBD](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_imp.jsp?sessionId=58E1A392F912C624F3E075AEA7F84DBD).proposicoesWebExte...

- |            |  |
|------------|--|
| 16/08/2005 | <b>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - 14:00 Reunião</b><br>* Aprovado por Unanimidade o Parecer  |
| 29/08/2005 | <b>Comissão de Educação e de Cultura (CEC)</b><br>* Recebimento pela CEC.  |
| 30/08/2005 | <b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b><br>* Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público publicado no DCD de 31/08/05 PÁG 43082 COL 02, Letra A. |
| 13/09/2005 | <b>Comissão de Educação e de Cultura (CEC)</b><br>* Designado Relator, Dep. Chico Alencar (PT-RJ)  |
| 15/09/2005 | <b>Comissão de Educação e de Cultura (CEC)</b><br>* Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 16/09/2005)  |
| 22/09/2005 | <b>Comissão de Educação e de Cultura (CEC)</b><br>* Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.   |
| 02/12/2005 | <b>Comissão de Educação e de Cultura (CEC)</b><br>* Parecer do Relator, Dep. Chico Alencar (PSOL-RJ), pela aprovação deste, da Emenda de Relator 1 da CTASP, e da Emenda de Relator 2 da CTASP, com emenda.  |
| 17/05/2006 | <b>Comissão de Educação e de Cultura (CEC) - 09:30 Reunião Deliberativa Ordinária</b><br>* Aprovado por Unanimidade o Parecer  |
| 29/05/2006 | <b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b><br>* Recebimento pela CFT.  |
| 31/05/2006 | <b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b><br>* Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Educação e Cultura publicado no DCD de 01/06/06, PÁG 28073 COL 02, Letra B.                          |
| 31/05/2006 | <b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b><br>* Designado Relator, Dep. Milton Barbosa (PSC-BA)  |
| 01/06/2006 | <b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b><br>* Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 02/06/2006)  |
| 14/06/2006 | <b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b><br>* Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.   |
| 11/12/2006 | <b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b><br>* Devolvida sem Manifestação.  |
| 31/01/2007 | <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b><br>* Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno. DCD de 01 02 07 PÁG 245 COL 01.Suplemento A ao Nº 21.                                      |
| 28/02/2008 | <b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b><br>* Ao Arquivo - Memorando nº 32/08 - COPER   |

<https://www.camara.leg.br/prc>

# ANEXO C- DIÁRIO DA CÂMARA, PUBLICANDO O PARECER FAVORÁVEL PARA CRIAÇÃO DA UNIBAF- ANO DE 2006, DEPUTADO CHICO ALENCAR O RELATOR

Junho de 2006

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Quinta-feira 1º 28073

## Publicação do Parecer da Comissão de Educação e Cultura

### I – Relatório

Pelo projeto de lei em exame, pretende seu Autor autorizar o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal da Baixada Fluminense – UNIBAF, a ser sediada no Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.

A proposição apresenta os dispositivos usuais para a criação de uma instituição dessa natureza: objetivos, constituição do patrimônio, recursos, cargos de Reitor e Vice-Reitor e demais providências básicas para implantação.

O projeto já foi apreciado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, que manifestou-se pela sua aprovação, com duas emendas. Uma altera a ementa e outra o “caput” do art. 1º, com o objetivo de deixar clara a instituição da nova universidade como fundação pública, como por sinal já se encontrava sugerido pelo teor do parágrafo único do artigo citado.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão de Educação e Cultura.

### II – Voto do Relator

Trata-se de iniciativa meritória, na medida em que procura instituir uma nova universidade federal em uma das regiões mais populosas do Estado do Rio de Janeiro: a Baixada Fluminense. Ali estão situados treze Municípios do Estado, reunindo população próxima dos quatro milhões de habitantes.

Como menciona a justificativa do projeto, Duque de Caxias é centro dinâmico da região, sendo, em termos de arrecadação, o segundo no Estado e o oitavo no País. Nele estão sediadas cerca de setecentas indústrias, além de uma importante refinaria de petróleo.

Como é do conhecimento geral, o desenvolvimento econômico traz consigo a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais em nível cada vez mais elevado. E fortalece as legítimas aspirações das comunidades por educação superior.

No âmbito da adequada política hoje implementada de expandir, fortalecer e descentralizar a rede pública federal de ensino superior, a proposta de uma universidade mantida pela União na Baixada Fluminense faz todo sentido. Trata-se de oferecer educação de qualidade nas localidades mais populosas e que concentram camadas da sociedade anteriormente sem acesso a esse nível de ensino.

As emendas oferecidas pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público devem ser

consideradas pertinentes, pois explicitam a natureza institucional da nova universidade.

Cabe, porém, uma observação. Os incisos do art. 2º parecem oferecer excessivo detalhamento às finalidades da nova instituição, inserindo pontos que não têm propriamente o caráter de objetivos, mas antes de meios ou procedimentos de ação. Tal é o caso da educação a distância, que é uma modalidade de ensino a ser desenvolvida por todas as instituições. Assim como a integração com os demais setores da sociedade e níveis de ensino. Por outro lado, fixar desde logo as áreas de pesquisa pode ser fator limitador da autonomia universitária, ainda que seja de se esperar que, pela vocação local, venha a ser dada ênfase às questões de petróleo e correlatas. Assim sendo, cabe sugerir uma emenda, suprimindo os incisos do art. 2º.

Pelas razões apresentadas, voto pela aprovação do projeto de lei nº 4.104, de 2004, com as alterações aprovadas pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e com a emenda anexa.

Sala da Comissão, 1º de dezembro de 2005.  
– Deputado **Chico Alencar**, Relator.

### EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

“Art. 2º A UNIBAF terá por objetivos indissociáveis ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, com ênfase no desenvolvimento regional.”

Sala da Comissão, 10 de dezembro de 2005.  
– Deputado **Chico Alencar**, Relator.

### III – Parecer da Comissão

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 4.104/2004, com emenda, e as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Chico Alencar.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Fátima Bezerra e César Bandeira – Vice-Presidentes, Alice Portugal, Antônio Carlos Biffi, Ariosto Holanda, Bonifácio de Andrada, Carlos Abicalil, Celcita Pinheiro, Chico Alencar, Colombo, Costa Ferreira, Dr. Pinotti, Eduardo Seabra, Gastão Vieira, Iara Bernardi, Ivan Valente, João Matos, Lobbe Neto, Nilson Pinto, Paulo Rubem Santiago, Professor Luizinho, Professora Raquel Teixeira, Ricardo Izar, Severiano Alves, Dr. Heleno, Gilmar Machado, Joel de Holanda e Nazareno Fonteles.

Sala da Comissão, 17 de maio de 2006. – Deputada **Fátima Bezerra**, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

# ANEXO D- DIÁRIO DA CAMARA DOS DEPUTADOS SOBRE A CRIAÇÃO DA UNIBAF, PROJETO DE LEI 4104

Fevereiro de 2007

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS - SUP.

Quinta-feira 1º 245



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI			
Nº	ANO	AUTOR	EMENTA
4099	2004	EDSON DUARTE	Cria o Seguro Obrigatório sobre a Propriedade de Armas de Fogo, SOAF
4100	2004	EDSON DUARTE	Altera a Lei nº 6.453 de 17 de outubro de 1977, que trata de atividades nucleares.
4101	2004	LUIZ ANTONIO FLEURY	Veda a retenção de cópias de documentos pessoais.
4102	2004	JOVINO CÂNDIDO	Permite às pessoas físicas a dedução, na declaração de ajuste anual, de pagamentos efetuados a empregados domésticos.
4104	2004	DR. HELENO	Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Baixada Fluminense - UNIBAF, com sede no município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
4106	2004	COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA	Prevê a inclusão de medicamentos fitoterápicos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME).
4107	2004	COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA	Acréscita artigo a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
4109	2004	CARLOS NADER	Modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, prevendo penalidades para quem financiar, custear ou veicular publicidade em emissoras que operem ilegalmente.
4111	2004	ARNALDO FARIA DE SÁ	Dispõe sobre a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Cabeleireiros e Barbeiros.
4112	2004	CARLOS NADER	"Proíbe a ingestão de bebidas alcoólicas nos postos de gasolina localizados nas áreas urbanas."
4113	2004	CARLOS NADER	"Dispõe sobre criação de sala de aula nas escolas para atendimento de alunos com deficiência auditiva e dificuldade de aprendizado e linguagem."
4114	2004	CARLOS NADER	"Dispõe sobre a instalação de hidrômetros individuais em unidades de condomínio e dá outras providências."
4115	2004	CARLOS NADER	"Disciplina o funcionamento de estabelecimentos comerciais de desmonte de veículos automotores e dá outras providências."
4117	2004	CARLOS NADER	"Dispõe sobre a fixação de propaganda comercial nas escolas públicas."
4118	2004	CARLOS NADER	Torna obrigatório o adestramento de animais agressivos para permissão de trânsito em locais públicos e de uso comum.
4119	2004	CARLOS NADER	"Dispõe sobre o registro e informação sobre publicidade nos três Poderes do União."
4121	2004	CARLOS NADER	"Institui o Sistema de Comunicação, Cadastro e Atendimento Psicológico e Social aos pais de crianças e adolescentes desaparecidos e dá outras providências."
4122	2004	CARLOS NADER	Torna obrigatória a destinação de pelo menos 5% (cinco por cento) das unidades habitacionais desenvolvidas pelos Estados, Municípios ou por eles subsidiados com recursos da Administração Pública Federal, a pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
4124	2004	CARLOS NADER	"Regula a divulgação de obras e projetos da Administração Pública Federal Direta e Indireta."
4128	2004	ANTONIO CARLOS MENDES THAME	Altera o caput do artigo 1.º da Lei nº 9.665, de 19 de junho de 1998, obrigando o Executivo a obter autorização expressa e específica do Congresso Nacional para conceder remissão parcial de créditos externos da União em relação a outros países, negociar o valor de mercado de seus títulos representativos ou receber em pagamento títulos da dívida externa do Brasil ou de outros países.
4131	2004	ALMERINDA DE CARVALHO	Altera o art. 114 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 "O veículo será identificado obrigatoriamente por caracteres gravados no chassi ou no monobloco, reproduzidos em outras partes, conforme dispuser o CONTRAN e dá outras providências."
4132	2004	JOSÉ CARLOS ALÉLUIA	Dispõe sobre a isenção do pagamento da contribuição previdenciária prevista no art. 4º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no § 18 do art. 40 da Constituição Federal de 1988, aos servidores inativos e os pensionistas da União portadores de doença grave."
4134	2004	JULIO LOPES	Dispõe sobre custas e emolumentos referentes a registro de imóveis, concede isenção tributária na alienação de bem imóvel, prevê a atualização



243

Documento : 33726 - 1

2062 (JAN/05)

## ANEXO E - SITE DA FAPERJ INFORMANDO SOBRE A EGBF: COMO ERA

15/04/2019

FAPERJ



Você está em: Página Inicial > Comunicação > Arquivo de Notícias > Baixada ganha curso de Ciências Sociais

Publicado em: 07/07/2003

### Baixada ganha curso de Ciências Sociais

A Escola de Governo da Baixada Fluminense (EGBF) e a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) lançaram, no dia 3 de julho, um Curso de Introdução às Ciências Sociais. A iniciativa conta com o apoio da Associação Comercial e Empresarial de São João de Meriti (ACEME), onde as aulas serão realizadas. O curso é gratuito e terá a duração de cinco meses. As inscrições podem ser feitas até o dia 22 de julho. Estão sendo oferecidas 60 vagas.

O Curso de Introdução às Ciências Sociais é destinado, preferencialmente, a todos aqueles que têm interesse em obter conhecimentos sobre os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais da Baixada Fluminense e desenvolver estudos sobre a região. Desta forma, pretende atender a líderes comunitários, representantes de ONGs que atuam no local, representantes de órgãos públicos e secretarias de governo, pesquisadores, professores de ensino fundamental e médio, estudantes de graduação, e demais interessados.

Dirigida pelas professoras Inês Patrício e Angela Ganem, do Departamento de Economia da UFF, a EGBF é um projeto de extensão que une pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

A FAPERJ tem todo o interesse em apoiar as atividades da Escola de Governo da Baixada Fluminense. ♦ "rgão de fomento à pesquisa vinculado à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, a FAPERJ concedeu 11 bolsas para os pesquisadores que vão atuar no Curso de Introdução às Ciências Sociais, o que corresponde a um valor em torno de R\$ 15 mil mensais.

O programa do curso abrange tópicos como economia, sociologia, ciência política, antropologia e a economia brasileira, fluminense e da Baixada. As aulas serão realizadas às segundas-feiras, das 9 horas ao meio-dia. O curso começa no dia 4 de agosto e vai até 10 de janeiro de 2004, quando será realizado um seminário de encerramento e a entrega dos certificados, que serão emitidos pela Universidade Federal Fluminense.

A criação do Curso de Introdução às Ciências Sociais é mais um passo da Escola de Governo da Baixada Fluminense para a implantação de um projeto de pesquisa e ensino em níveis médio, de graduação e de pós-graduação. A expectativa é oferecer cursos de graduação, já a partir de 2004, o que aponta para a criação de uma universidade pública e gratuita na região.

"A decisão de criar uma universidade pública na Baixada Fluminense não depende apenas de uma decisão política, mas de conhecer profundamente as demandas locais. Na região está sendo construído um pólo gás-químico. Temos mão-de-obra para atuar nesse pólo? Esta é uma das questões que precisam ser avaliadas", destacou o diretor-presidente da FAPERJ, Professor Eptácio Brunet.

Segundo a Professora Inês Patrício, a Baixada Fluminense apresenta características significativas dentro do estado do Rio de Janeiro. "A região é responsável pela geração de cerca de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial do estado e reúne 3,5 milhões de habitantes. A proposta da Escola de Governo é dar à população da Baixada recursos públicos de qualidade", afirmou. Já o diretor-presidente da ACEME, Manuel Claro Palmeira, destacou a união do governo, do empresariado e das universidades em torno da criação do Curso de Ciências Sociais.

Em atividade desde dezembro de 2002, a EGBF tem por objetivo criar um núcleo de referência técnico e intelectual, contemplando formação, pesquisa, consultoria, intercâmbio e documentação de natureza técnica e acadêmica na Baixada Fluminense, com o oferecimento de cursos gratuitos e abertos à comunidade. A Escola de Governo já mantém em funcionamento um Núcleo de Pesquisa em Segurança Alimentar. Os pesquisadores envolvidos nesse trabalho estão levantando indicadores para a formulação de um mapa da desnutrição na região. Foi firmado, ainda, um acordo com a Fundação CIDE para a elaboração de um anuário estatístico local.

O corpo docente do Curso de Introdução às Ciências Sociais conta com os professores Aloysio Carvalho (EGBF); Ana Cláudia Marques (USP); Ângela Ganem (UFF); Camille Bemerguy (UFF); Carlos Eduardo Rebello de Mendonça (UERJ); Carlos Vidotto (UFF); Célia Lessa Kerstenetzky (UFF); Fernando Latman-Weltman (PUC); Hélio Silva (EGBF); Hildete Pereira de Mello (UFF); Inês Patrício (UFF); Jorge Britto (UFF); João Trajano Sento Sé (UERJ); Jorge Mattar Villela (Museu Nacional/UFRJ); Leilah Landim (Museu Nacional/UFRJ); Mirane Girão (PUC); Marta Cartilho (UFF); Maurício Blanco (IETS); Ruth Dweck (UFF); e Vivian Braga (Ibase), entre outros.

**ANEXO F- DELIBERAÇÃO QUE APROVA A CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE DA UFRRJ EM NOVA IGUAÇU**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO  
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

**DELIBERAÇÃO N.º 32, DE 20 DE JULHO DE 2005.**

**O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**, tendo em vista a decisão tomada em sua 210ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de julho de 2005, e considerando o que consta do processo número 23083.004855/2005-55,

**RESOLVE:**

aprovar, de acordo com o disposto na alínea "r", do Art. 8º, do Regimento Geral, a implantação de uma Unidade Universitária, no Município de Nova Iguaçu - RJ.

  
RICARDO MOTTA MIRANDA  
Presidente

**ANEXO G DELIBERAÇÃO DE APROVAÇÃO DO PRIMEIRO PROJETO  
POLÍTICO PEDAGÓGICO DO IM.**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO  
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

**DELIBERAÇÃO Nº 04, DE 30 DE MARÇO DE 2006**

**O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**, tendo em vista a decisão tomada em sua 148ª  
Reunião Extraordinária, realizada em trinta de março de 2006, e considerando o que consta do  
processo nº 23083.002130/2006-11,

**RESOLVE:**

aprovar o Projeto Político Pedagógico do Instituto  
Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro – Unidade Acadêmica desta Universidade em Nova  
Iguaçu.

  
**RICARDO MOTTA MIRANDA**  
Presidente

## ANEXO H- REVISTA DA ADUR ENFATIZANDO A AMPLIAÇÃO DA UFRRJ, UNUGURAÇÃO DO IM E ENTREVISTA COM A PIMEIRA DIRETORA DO IM

### Inauguração do Instituto Multidisciplinar, em Nova Iguaçu, reúne comunidade universitária e governo do Município

A UFRRJ realizou, no último dia 17 de abril, uma semana de atividades para recepcionar os 250 calouros do novo campus da Universidade, em Nova Iguaçu – fruto de convênio entre o Ministério da Educação, a Prefeitura de Nova Iguaçu e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O Instituto Multidisciplinar (IM) da UFRRJ estará sediado naquele município, e, enquanto a sede do novo prédio não é concluída, os estudantes e professores estão realizando suas atividades na Escola Municipal Monteiro Lobato. Atualmente, as aulas ocorrem no período noturno e atendem aos alunos matriculados nos cursos de Matemática, Pedagogia, História, Turismo e Hotelaria, Administração e Economia.

Em aula inaugural, realizada no dia 17 de abril, os alunos e novos professores do IM foram recepcionados pela administração superior da Universidade. Entre eles, os professores: Ricardo Motta Miranda (Reitor), Ana Maria Dantas Soares (Vice-Reitora), Nidia Majerowicz (Decana de Ensino de Graduação), Ana Lúcia dos Santos Barbosa (Decana de Assuntos Administrativos) e Lucília Augusta Lino de Paula (atual Diretora “pro tempore” do Instituto Multidisciplinar). A ADUR-RJ foi representada pelo Prof. Delson Lima Filho, e o discente Marcelo de Souza Grade representou o



DCE. O Prefeito de Nova Iguaçu, Lindbergh Farias, a Secretária de Educação do Município, Marly de Freitas, e o Vereador Carlos Ferreira, Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu, também estiveram presentes na Vila Olímpica do Município para dar boas-vindas aos alunos e professores. A ausência dos representantes do MEC e dos reitores da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNI-Rio) e da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) foram justificadas.

Antes dos discursos iniciais, houve a apresentação do grupo de teatro universitário, “Zouthrous”, que apresentou uma peça criticando a desigualdade social, a miséria e o descaso com os oprimidos no País. Depois, os decanos e os representantes da ADUR e do DCE parabenizaram os alunos e professores do IM e destacaram a importância do novo campus da Universidade em Nova Iguaçu, ressaltando o fato de uma instituição pública ainda ser o locus do ensino de qualidade. De acordo com os representantes da Reitoria, a UFRRJ tem o perfil de Universidade da Baixada do RJ, e o fato de estar presente agora em Nova Iguaçu o corrobora.

“A afirmação de que a UFRRJ é a Universidade pública da Baixada se consolida com a inauguração do novo campi, como um espaço de produção e disseminação do conhecimento, ajudando a construir novas propostas para a sociedade, para a comunidade”, afirmou a Vice-Reitora, **Prof** Ana Maria D. Soares.





A Reitoria também afirmou que há a intenção de construir projetos de ensino, pesquisa e extensão entre o Campus de Seropédica e o de Nova Iguaçu, já que não se pretende promover nenhum isolamento entre todas as instâncias da Universidade Rural.

O Prof. Delson Lima Filho, pela ADUR-RJ, e o estudante Marcelo de Souza Grade, pelo DCE, também parabenizaram os alunos e professores que foram aprovados nos concursos para o IM. Eles também frisaram a importância de se lutar pela educação pública, gratuita e de qualidade, resistindo ao descaso e ao sucateamento imposto pelo governo às instituições federais de ensino superior.

O Prefeito e demais representantes do Município de Nova Iguaçu disseram estar muito felizes com a iniciativa, pois afirmaram ter a educação como prioridade para o local.

A Diretora "pro tempore" do IM, Profª Lucília Augusta Lino de Paula, agradeceu o apoio recebido da Reitoria da UFRR, da Prefeitura de Nova Iguaçu e das demais pessoas que se empenharam para que o novo campus pudesse tornar-se realidade.

As atividades daquele dia foram encerradas por volta das 22 horas, após o Reitor proferir a aula magna "Universidade, Sociedade e Formação Profissional: inclusão social e desenvolvimento social", quando ele reforçou a necessidade de investimento na educação pública, desde o ensino fundamental até o superior. Disse que, para desenvolver-se, o Brasil tem que propiciar a educação de qualidade para todos.



## Expansão da UFRRJ em discussão

Entrevista com a Profª Lucília Augusta Lino de Paula, Diretora "pro tempore" do Instituto Multidisciplinar da Rural



*Na edição nº 82 do ADUR INFORMA, de 8 de fevereiro de 2006, publicamos a nota pública divulgada pelo ANDES-SN sobre a expansão das Instituições Públicas Federais de Ensino Superior, que vem sendo estimulada pelo governo Lula.*

*O atual governo anunciou, como meta a ser cumprida entre os anos de 2006 e 2009, "a criação de quatro novas universidades, seis transformações de instituições de ensino superior em Universidades, duas consolidações de instituições já convertidas em Universidades, mas que não foram concretizadas, e a criação de 41 novos campi – embora insuficientes (a meta para 2009 é a criação de 150 novas mil matrículas)", segundo a Circular 022/06 do Sindicato Nacional.*

*O ANDES-SN tem criticado a forma como as expansões dessas instituições têm sido realizadas, tendo em vista as*

ANEXO I- IMAGENS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE CÓRDOBA (1918) E DO JORNAL RETRATANDO O ASSUNTO.





# ANEXO J- I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, REALIZADO NOS DIAS 04 E 05 DE NOVEMBRO DE 1987- DOCUMENTO FINAL.

I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS  
UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Conceito de extensão, institucionalização e  
financiamento

UNB — Brasília, 04 e 05 de novembro de 1987

## DOCUMENTO FINAL

Foi realizado na Universidade de Brasília, no Distrito Federal, nos dias 4 e 5 de novembro de 1987, o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Participaram do evento 33 universidades públicas, representadas por seus pró-reitores ou ocupantes de cargo similar nas instituições.

Neste documento, são apresentadas as conclusões aprovadas nas sessões plenárias do Encontro.

## I CONCEITO DE EXTENSÃO

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

## II INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Como um processo que permeia o ensino e a pesquisa, integrando essas atividades, a extensão deve ser parte indispensável da rotina universitária, institucionalizando-se tanto do ponto de vista administrativo como da prática acadêmica.

A institucionalização da prática extensionista, na medida em que reduz a distância que atualmente separa a atividade acadêmica dos interesses concretos da população, deve ser visualizada como um instrumento básico da recuperação da função social da universidade e restauração de sua credibilidade.

A institucionalização da extensão implica na adoção de medidas e procedimentos necessários ao direcionamento das atividades acadêmicas as questões de relevância social. Essas medidas e procedimentos podem ser classificados em três grandes grupos:

- medidas e procedimentos de ordem metodológica;
- medidas referentes à estrutura universitária;
- medidas para valorização da extensão regional e nacional.

### MEDIDAS E PROCEDIMENTOS DE ORDEM METODOLÓGICA

As medidas e procedimentos de ordem metodológica dizem respeito a forma como as ações acadêmicas devem ser desenvolvidas, visando maior integração da universidade na sociedade. Neste contexto, devem ser enfatizadas no processo extensionista os seguintes enfoques e ações:

1. As Instituições de Ensino Superior Públicas (IESP), orientarão sua política de extensão objetivando prioritariamente a transformação social que implique na melhoria das condições de vida da maioria da população.
2. Serão consideradas atividades de extensão, exclusivamente aquelas referenciadas nas diretrizes conceituais deste documento.
3. Os estágios curriculares e extracurriculares estarão inseridos na política extensionista definida pela Universidade.
4. Será garantida a participação das comunidades envolvidas no trabalho, na elaboração, execução e avaliação dos projetos de extensão das Universidades.
5. Serão fomentadas ações que propiciem a sensibilização da comunidade acadêmica as atividades de interesse social.

12

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DIRETRIZES CONCEITUAIS E POLÍTICAS

Os pró-reitores e equivalentes das IESP do Estado do Rio de Janeiro encaminham para notação ao plenário do Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das IESP, moção de repúdio à recente campanha de difamação das Universidades Públicas, veiculada pela grande imprensa, que reflete interesses espúrios privatistas, colocando em risco o ensino público e gratuito.

Assinam: todas as IESP presentes.

### INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS PRESENTES NO ENCONTRO

Fundação Universidade do Amazonas  
Universidade Federal do Pará  
Fundação Universidade Federal do Maranhão  
Universidade Federal do Piauí  
Universidade Federal do Ceará  
Universidade Estadual do Ceará  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte  
Fundação de Ensino Superior de Pernambuco  
Universidade Federal de Alagoas  
Universidade Federal de Sergipe  
Universidade Federal da Bahia  
Universidade Estadual de Feira de Santana  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Universidade Federal de Ouro Preto  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Universidade Federal do Rural do Rio de Janeiro  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Universidade Federal Fluminense  
Universidade Estadual de Campinas  
Universidade Federal de São Carlos  
Universidade Federal do Paraná

16

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DIRETRIZES CONCEITUAIS E POLÍTICAS

6. A divulgação dos trabalhos de extensão será estimulada através de publicações e outros meios de comunicação
7. Recomenda-se que as universidades desenvolvam mecanismos de avaliação permanente da pesquisa e do ensino, do ponto de vista de suas importâncias para a sociedade.

### MEDIDAS REFERENTES À ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA

1. O órgão de extensão em cada IESP deverá se ater exclusivamente a este tipo de atividade, ocupando na estrutura organizacional, o mesmo nível dos órgãos de ensino e pesquisa. A este órgão deverá competir: propor normas e políticas aos conselhos competentes a partir da ampla discussão com a comunidade acadêmica, e fomentar, acompanhar, avaliar, articular e divulgar os trabalhos de extensão em cada IESP.
2. A política de extensão deve ser gerenciada de forma colegiada pelos responsáveis.
3. Caberá aos departamentos acadêmicos a promoção e a execução das atividades de extensão, de forma articulada às de ensino e pesquisa.
4. A extensão deverá ter representação específica nos órgãos colegiados superiores de cada IESP já responsáveis pelas atividades afins.
5. As atividades de extensão deverão ser computadas na carga horária semanal mínima do departamento, bem como constar do plano individual de trabalho dos professores.
6. O trabalho de extensão também será computado para concessão do regime de DE, de acordo com os planos aprovados por cada departamento.
7. Deve ser observado o grau de envolvimento de cada departamento em atividades de extensão, para fins de atendimento às solicitações de contratação de pessoal.
8. Também deve ser considerada, para efeito da contagem de pontos, a experiência extensionista dos candidatos aos concursos públicos nas IESP.
9. Nas avaliações para a progressão dos docentes, deve-se considerar o seu envolvimento nas atividades de extensão para efeito de pontuação.

Ativar o Windows

Acesse Configurações para at

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DIRETRIZES CONCEITUAIS E POLÍTICAS

13

Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Universidade Estadual de Londrina  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Universidade Federal de Pelotas  
Universidade Federal de Santa Maria  
Universidade Federal de Goiás  
Universidade Estadual de Mato Grosso  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Universidade de Brasília

### REGIMENTO

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, criado e implantado no dia 06 de novembro de 1987, durante o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, realizado em Brasília, reger-se-á pelas normas contidas no presente regimento.

### 1 DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º - São membros natos do Fórum, com direito a voz e voto, todos os Pró-Reitores de Extensão ou responsáveis por órgãos congêneres às Pró-Reitorias de Extensão das IESPs do país.

### II Dos OBJETIVOS

Art. 2º - São objetivos do Fórum:

I - Formulação de diretrizes básicas que permitam a articulação das ações comuns das Pró-Reitorias das IESP da área, a nível regional e nacional;

II - Estabelecimento de políticas de ações que visem a orientação e fortalecimento de atuação das Pró-Reitorias;

III - Articulação permanente com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileira (CRUB), visando a análise e encaminhamento das questões referentes à área de atuação das Pró-Reitorias;

IV - Articulação permanente com o Fórum de Pró-Reitores de Ensino e com o Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação,

Ativar o Windows

Acesse Configurações para ativ

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DIRETRIZES CONCEITUAIS E POLÍTICAS

17

10. Deve-se definir mecanismos que incentivem e garantam a participação dos discentes no planejamento e execução das atividades de extensão
11. Deve-se ser assegurada a participação de representantes de organizações populares nos conselhos decisórios da universidade.

#### MEDIDAS PARA VALORIZAÇÃO DA EXTENSÃO REGIONAL E NACIONAL

1. Na estrutura organizacional do MEC, deverá existir um órgão de caráter representativo, responsável pela extensão.
2. Deve-se buscar uma participação formal de representação da área de extensão junto ao CRUB.
3. Criação e fortalecimento dos Fóruns Regionais e Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas.

#### RECOMENDAÇÃO

Que se busque uma integração efetiva entre os Pró-Reitores de Extensão, de Ensino e de Pesquisa e pós-graduação a níveis regional e nacional, através de encontros periódicos.

#### III FINANCIAMENTO DA EXTENSÃO

1. Obedecendo o princípio de descentralização de alocação de recursos, é imprescindível que sejam reservados recursos do tesouro para extensão, através de destaque orçamentário ou outro mecanismo que garanta disponibilidade permanente de verbas para os programas/projetos de extensão, de modo a assegurar continuidade de atividades.
2. Além dos recursos orçamentados, as IESP deverão captar recursos junto a agências e/ou fontes financiadoras, para os projetos de extensão.
3. Criação, no MEC, de um fundo especial para financiamento de Programas/Projetos de Extensão.
4. Restabelecimento do sistema de bolsas de extensão do MEC, nos mesmos níveis das bolsas de iniciação científica e de monitoria, além das bolsas próprias já existentes em algumas IESP ou bolsas oferecidas por outras agências.

5. As agências de fomento e financiamento deverão financiar também programa/projetos de extensão, de vez que estes constituem também atividades acadêmicas.

#### FÓRUM DOS PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO

Ficou definida a criação do Fórum dos Pró-Reitores de Extensão, tendo sido tomadas as seguintes decisões:

A Coordenação provisória inicial será colegiada, formada por cinco elementos, sendo um por região:

- Norte: Prof. Nilson Pinto de Oliveira (Pará)  
Nordeste: Prof. Aldy Mello de Araújo (Maranhão)  
Sudeste: Profa. Dulce Helena Chiarcuin (Rio)  
Centro-Oeste: Prof. Volnei Garrafa (Brasília)  
Sul: Prof. Mário Portugal Pedemeiras (Paraná)  
Local de referência: Brasília  
Local do próximo encontro: Belo Horizonte  
Época: 1º semestre letivo de 1988.

#### RECOMENDAÇÕES AO FÓRUM DOS PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO

1. Proceder o cadastramento de todas as agências financiadoras de extensão, enviando-o a todas as universidades.
2. Discutir, no próximo encontro, o papel do Projeto Rondon, com base em discussões levadas a efeito no âmbito das IESR.
3. Enviar documento aos órgãos financiadores, ressaltando a importância de extensão enquanto atividade acadêmica e a necessidade de que programas/projetos de extensão sejam contemplados em igualdade de condições com projetos de pesquisa.
4. Agilizar, em conjunto com o CRUB, providências para que universidades públicas possam beneficiar-se do Fundo de Promoção Cultural do MinC.
5. Encaminhar ao MinC documento expressando o interesse dos participantes deste encontro na agilização dos procedimentos de regulamentação do Fundo de Cultura, criado a partir dos recursos oriundos da aplicação da Lei Sarney.

Acesse Configurações para ativar o Windows.

com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem a real integração da extensão, ensino e pesquisa;

V - Contato com os órgãos governamentais e outros segmentos da sociedade, atuando como interlocutor sobre questões e políticas relacionadas com a área de atuação das Pró-Reitorias.

#### III DO FUNCIONAMENTO

Art. 3º - O Fórum reunir-se-á ordinariamente pelo menos uma vez por ano, e, extraordinariamente, sempre que a Coordenação entender necessário ou o próprio Fórum através de 1/3 de seus membros.

Art. 4º - O Fórum terá uma Coordenação Nacional e cinco coordenadores regionais, a saber: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Parágrafo 1º - Os coordenadores regionais serão eleitos durante a reunião anual ordinária, dentre os membros da região, para o mandato de um ano, permitida uma recondução.

Parágrafo 2º - O coordenador Nacional será eleito pelos coordenadores regionais, dentre seus pares, para o mandato de um ano permitida uma recondução.

Art. 5º - Compete à Coordenação Nacional coordenar os trabalhos do Fórum, bem como encaminhar as decisões do mesmo juntamente com as Coordenadorias Regionais.

Art. 6º - A Coordenação Nacional do Fórum juntamente com as Coordenadorias Regionais deverão dar conhecimento aos membros do Fórum dos resultados de suas ações.

Art. 7º - Compete à Coordenação Nacional e às Coordenações regionais do Fórum manter registro de suas atividades.

Art. 8º - Os casos omissos serão decididos pela plenária do Fórum.

Reproduzido de:

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas** – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.

Ativar o Windows  
Acesse Configurações para ativar o Windows.